

ANA PAULA GONÇALVES ALVES

**OBJETIVAÇÃO PARTICIPANTE – UM ESTUDO SOBRE A
IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO.**

IFCS/UFRJ

2007.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**OBJETIVAÇÃO PARTICIPANTE – UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE
PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

ANA PAULA GONÇALVES ALVES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

Rio de Janeiro

Maio de 2007.

**OBJETIVAÇÃO PARTICIPANTE – UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE
PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

Ana Paula Gonçalves Alves

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada por:

Prof.^a Dra. Maria Lígia de Oliveira Barbosa (Orientadora) Presidente.

Prof.^a Dra. Gláucia Kruse Villas Bôas.

Prof.^o Dr.^o Jabob Carlos Lima.

Rio de Janeiro

Maio de 2007

Alves, Ana Paula Gonçalves.

Objetivação Participante – um estudo sobre a identidade profissional dos sociólogos da cidade do Rio de Janeiro/Ana Paula Gonçalves Alves. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

9i,117f.: il; 31 cm.

Orientadora: Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/IFCS/Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 113-117.

1. Introdução. 2. Revisão da Literatura. 3. Análise dos Resultados. 4. Conclusão.
I. Barbosa, Maria Lígia de Oliveira. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
III. Objetivação Participante – um estudo sobre a identidade profissional dos sociólogos da cidade do Rio de Janeiro.

RESUMO

OBJETIVAÇÃO PARTICIPANTE – UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOS SOCIÓLOGOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Ana Paula Gonçalves Alves

Orientadora: Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Este estudo procura analisar de que maneira a identidade dos sociólogos é construída, a partir dos discursos desses profissionais enquanto participantes de uma coletividade. O objetivo proposto é o de verificar se há um projeto coletivo de profissionalização de sociólogos que atuam em diferentes instituições e organizações, observando a formação, o mercado profissional e a construção simbólica desenvolvida em torno de sua expertise, de seu conhecimento próprio. Desta forma, a identidade desses profissionais apresenta-se configurada em torno de um “ideal de serviço” de tipo acadêmico, com tentativas de caráter individual, de cada profissional elaborar suas carreiras em busca de maior prestígio e reconhecimento social. Esse reconhecimento, portanto, é de caráter individual, não dependente do grupo para se realizar.

Palavras-chave: Profissão; Identidade; Sociólogo.

Rio de Janeiro

Maio de 2007.

ABSTRACT**PARTICIPANT OBJETIVATION – A STUDY ABOUT PROFESSIONAL IDENTITY
OF THE SOCIOLOGISTS FROM THE CITY OF RIO DE JANEIRO.**

Ana Paula Gonçalves Alves

Orientadora: Prof. Dr.^a Maria Lígia de Oliveira Barbosa.

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

This study it looks for to analyze how the identity of the sociologists is constructed, from the speeches of these participant professionals while of a collective. The considered objective is to verify if it has a collective project of professionalization of sociologists who act in different institutions and organizations, observing the formation, the professional market and the symbolic construction developed around its expertise, of its proper knowledge. In such a way, the identity of these professionals is presented configured around a “ideal of service” of academic type, with attempts of individual character, each professional to elaborate its careers in search of bigger prestige and social recognition. This recognition, therefore, is of individual character, independent of the group to become fulfilled itself.

Key-words: Profession; Identity; Sociologist.

Rio de Janeiro

Mai de 2007.

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria Lígia Barbosa, pelos anos de convivência e trabalho, responsáveis, em grande parte, por minha formação acadêmica e também por fortalecer meu gosto pela pesquisa.

À Professora Maria Helena Castro, por suas sugestões e críticas apresentadas na defesa do projeto e, ainda, pela colaboração na construção da amostra do estudo. Também agradeço a Professora Liana Cardoso, pela atenta leitura de meu projeto de pesquisa.

Ao corpo docente deste Programa, pelas discussões em torno dos mais variados temas, sob o ponto de vista sociológico, que tanto enriqueceram meu olhar sobre o objeto de pesquisa.

Aos meus colegas de turma, pelo convívio e amizade, além das trocas de experiência na arte de pesquisar.

A todos os meus entrevistados, pela disponibilidade de tempo com que participaram deste trabalho.

As minhas amigas Carla e Eliene, pela amizade construída desde o início da faculdade, pelo apoio incessante diante das dificuldades e pelas discussões em torno do meu objeto.

À Denise e Cláudia, pelo suporte administrativo dado pela Secretaria deste Programa.

Finalmente, agradeço aos meus pais, irmã, namorado e amigos pela compreensão e apoio durante esta jornada.

Aos meus pais e irmã, meus incentivadores e as
minhas amigas Carla e Eliene,
pela amizade dedicada e sincera.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Capítulo I – Introdução. | 10 |
| 1.1. O estudo e sua importância. | 12 |
| 1.2. Delimitação do âmbito de estudo. | 13 |
| 1.3. O Ensino Superior de Ciências Sociais. | 14 |
| 1.4. Os ditames legais e de organização da profissão de sociólogo. | 18 |
| | |
| Capítulo II – Revisão da Literatura. | |
| 2.1. Introdução. | 21 |
| 2.2. Teoria Clássica das Profissões. | 22 |
| 2.3. Profissão vista como estamento. | 36 |
| 2.4. Estilo de Vida e construção de identidades coletivas. | 43 |
| 2.5. Metodologia. | 52 |
| | |
| Capítulo III – Análise de Resultados. | |
| 3.1. Introdução. | 58 |
| 3.2. Tipo Ideal de Profissional. | 59 |
| 3.3. Entrevistas. | 68 |
| 3.4. Resumo da Análise. | 97 |
| | |
| Capítulo IV – Conclusão. | 104 |
| | |
| Anexos. | |
| Anexo I | 107 |
| Anexo II | 112 |
| Anexo III | 119 |
| Anexo IV | 120 |
| | |
| Referências Bibliográficas. | 122 |

Capítulo I – Introdução.

Segundo Weber (1992), o principal objetivo das Ciências Sociais é compreender a originalidade que caracteriza a realidade em que se vive, ou seja, as razões pelas quais os fenômenos históricos existem e como se apresentam. Pensando por meio desse ponto de vista, o sociólogo é o agente que vai compreender essa realidade.

A realidade, no entanto, como bem afirmou o velho autor, é infinitamente divisível e não é simples como a dedução exposta anteriormente. Os sociólogos entrevistados são exemplos de complexidade, principalmente quando se trata da variedade de definições que possuem de seu trabalho, de seu fazer profissional. Mas antes, falemos de forma mais geral sobre a perspectiva que se adotará neste trabalho.

A divisão social do trabalho desenvolve-se como forma de organização das diferenças entre as esferas da vida social, estabelecendo variados tipos de relações sociais. Nesse processo, apresentam-se formas de conhecimento e pensamento que se especializam, tomando a configuração técnica e de instrumentos de ação específicos e reconhecidos como legítimos para a realização de determinadas atividades. As profissões conquistaram posições privilegiadas nas modernas sociedades do Ocidente, devido a elementos como a expansão do mercado para seus serviços, o desenvolvimento científico e tecnológico e o prestígio da educação como critério de estima social.

De maneira geral, cada profissão é vista como grupo social capaz de formatar determinados padrões de sociabilidade, estabelecendo certo padrão de organização das relações sociais, com a conseqüente constituição e hierarquização, enquanto grupos sociais heterogêneos e, mais precisamente, espaços de conflito das relações sociais.

Os grupos profissionais buscam o monopólio legítimo sobre uma área específica do saber e da divisão social do trabalho, envolvendo uma dimensão técnica e uma dimensão social e de poder, que constituem a autoridade. Trata-se de relações de dominação, pois envolvem disputas por campos de atuação e pelo reconhecimento da sociedade, por meio de uma configuração de forças sociais específicas que disputam seu lugar social com os demais grupos (WEBER: 2004a).

De acordo com Weber (1993), o desenvolvimento da especialização de função acontece, expressamente, ao mesmo tempo em que a ordem social moderna estabelece-se. Em suas palavras, há a renúncia do “homem universal faustiano” para se optar pela especialização do trabalho.

Os elementos constitutivos do “perfil” profissional compõem a identidade coletiva, relacionada à representação interna do grupo, que se dedica à produção e aceitação do modelo ideal de “bom” profissional, e à representação externa ao grupo, fundamentada na legitimação das atividades executadas pelos membros do grupo na sociedade.

As profissões dispõem de mecanismos de socialização e controle que baseiam a construção das identidades profissionais e que transcendem as situações sociais particulares. No entanto, não se deve perder de vista que as práticas adotadas por um grupo são próprias de seu momento histórico e a pesquisa empírica faz-se importante para a compreensão dos grupos em diferentes circunstâncias.

A partir de uma visão sobre as profissões como grupos portadores de uma organização específica de seus quadros e com a construção de uma autoridade fundamentada em um saber técnico específico e no reconhecimento de sua atuação (STARR: 1982), pretende-se compreender a construção da identidade profissional do sociólogo, ou seja, estudar uma profissão sob o ponto de vista dos agentes responsáveis pela realização das atividades no campo da Sociologia. A interação profissional será vista, basicamente, em três níveis: trajetórias profissionais dos indivíduos que fazem parte deste grupo; a definição das tarefas atribuídas ao grupo no sistema das profissões e a conformação da atividade de sociólogo a esse sistema.

Essa identidade implica no reconhecimento de cada indivíduo enquanto sociólogo¹, sua descrição e sua impressão do que sua formação acadêmica ou profissional significa. Pretende-se, portanto, pesquisar o quadro de profissionalização das Ciências Sociais², de acordo com o conceito de projeto coletivo de profissionalização (LARSON: 1977) abordando um aspecto simbólico que reflete a inserção do indivíduo em um grupo social específico, o estilo de vida, em que são adotadas e encenadas certas práticas sociais (BOURDIEU: 2005).

Dessa forma, a profissão diferencia-se pelo valor de mercado que o conhecimento especializado possui e as normas éticas que as profissões procuram aplicar a padrões mais gerais de conduta. Neste contexto, analisar-se-á um dos aspectos do estilo de vida, o comportamento profissional e as representações que os indivíduos

¹ Considera-se como sociólogo o indivíduo que possui diploma universitário em Ciências Sociais. Neste estudo, serão analisados sociólogos que atuam em diferentes áreas que tenham como base essa formação, mesmo que ainda se encontrem em fase de treinamento na pós-graduação.

² BONELLI, M. G. **As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro**. Rio de Janeiro: BIB, n.36, 2º semestre, 1993.

possuem sobre a atividade que exercem, baseadas em sua inserção no grupo, para a composição da identidade profissional.

1.1. O estudo e sua importância.

A investigação bibliográfica empreendida na primeira fase dessa pesquisa foi bastante árdua, visto que não há, na Sociologia brasileira, muitos estudos que tratem do tema da identidade profissional entre profissões que não fazem parte da tríade clássica – Medicina, Direito e Engenharia. Mesmo entre trabalhos de sociólogos ingleses ou franceses, são essas as atividades profissionais que possuem maior atenção dos estudiosos. Deste modo, parece urgente que se realizem estudos que discutam a identidade profissional, principalmente por estudá-la a partir da visão dos agentes e da compreensão de sua atividade.

Cabe ressaltar que é complicado encontrar dados quantitativos referentes à atividade de sociólogo, pois as classificações são muito pouco específicas, como por exemplo, a categoria adotada pelo IBGE, de grupamentos de atividade³. O sociólogo poderia inscrever-se na categoria de “administração pública, defesa, seguridade social, educação”, mas também em “outras atividades”, se sua ocupação direcionar-se a um fim privado. A mesma dificuldade apresenta-se em encontrar dados de referência junto às associações profissionais, o que é bastante significativo para se discutir o status organizacional da profissão, visto que ter controle sobre seus membros e sobre sua atuação permite uma maior coesão e reconhecimento profissional (ABBOT: 1988).

As profissões são um importante campo de estudo, pois projetam a implementação de princípios específicos de organização e divisão do mundo social. São grupos sociais que possuem uma posição na sociedade, por meio de disputas por um lugar na hierarquia social, por intermédio de prestígio e autonomia.

O processo de construção da identidade profissional e do reconhecimento social das práticas adotadas por determinado grupo é elemento constitutivo das relações sociais dominantes. Sua investigação é um fator de relevância no conhecimento sociológico como um todo, por tratar de relações, acima de tudo de poder, que

³ A ausência de dados pode ser um indicativo de que o status que a profissão possui, baseado em sua organização, não é elevado, visto que o controle sobre seus membros, quem são e quantos são, permite maior coesão interna e tentativa de elaboração de estratégias para alcançar reconhecimento social (FREIDSON: 1998).

permeiam as relações sociais. O estudo das profissões permite compreender e analisar formas específicas de exercício do poder e da dominação. Os sociólogos fazem parte deste processo de formatação das formas modernas de organização social e estudá-los é conhecer suas formas de ação social.

Além disso, a importância dessa pesquisa pode se inserir em um âmbito maior de estudos que visam ao entendimento das Ciências Sociais brasileiras, sua conformação e configuração, mas no contexto atual e de prática profissional, aliando o entendimento de seu desenvolvimento histórico ao momento atual da profissão.

Como o título da dissertação sugere, houve uma tentativa de empreender a objetivação participante (BOURDIEU: 2005), o exercício mais difícil de investigação, porque requer ruptura com as aderências mais profundas que o pesquisador possa ter e, muitas delas, encontram-se na base do próprio interesse pelo objeto. É, em suma, o exercício mais profundo de uma Sociologia reflexiva, da própria configuração da Sociologia, enquanto profissão.

Por fim, mesmo que não seja o objetivo deste trabalho, sua importância social e política é evidente, visto que permite verificar de que maneira a profissão de sociólogo, na cidade do Rio de Janeiro encontra-se e, a partir desta reflexão, empreender estratégias para a organização do grupo profissional.

1.2. Delimitação do âmbito de estudo.

Quando se escolheu o tema para a dissertação, surgiram de imediato as seguintes questões: como delimitar a amostra da pesquisa? Que critérios utilizar? Para responder a essas dúvidas, primeiramente, investigou-se a respeito de possíveis dados quantitativos que demonstrassem de que maneira a profissão de sociólogo estava configurada, sua organização em associações ou sindicatos, número de profissionais formados e atuantes no mercado de trabalho, instituições de treinamento e seus cursos. No entanto, esses dados não estão sistematicamente compilados por nenhuma organização de pesquisa ou associação profissional, não existindo, portanto, dados que representem a situação profissional dos sociólogos.

Deste modo, a tarefa tornou-se ainda mais árdua. Inicialmente, como aparato metodológico, adota-se Bonelli (1995) e seu estudo sobre cientistas sociais no início da década de 1990 em São Paulo, com formação acadêmica nas décadas de 1970 e 1980.

Adotando como ponto de partida essa referência, a amostra dos sociólogos entrevistados foi construída a partir dos seguintes critérios: primeiramente, indivíduos que possuísem formação em curso superior de Ciências Sociais; posteriormente, os que estão atuando como sociólogos⁴ no mercado de trabalho, segundo faixas de tempo de até 5 anos; de 5 a 15 anos e mais de 15 anos; finalmente, a seleção teve como critério a variedade de atividades exercidas com a formação em Sociologia (Academia – universidades públicas e privadas, consultorias de pesquisa, empresas privadas, magistério – aulas de Sociologia no Ensino Médio, organizações não-governamentais e assessoria política). Segundo esses parâmetros, a amostra compõem-se de 18 sociólogos, 12 com formação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e 6 com formação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

1.3 . O Ensino Superior de Ciências Sociais.

A institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, na década de 1930 foi marcada pela ênfase na afirmação de uma Ciência com métodos e conteúdos próprios, constituindo-se como disciplina acadêmico-científica. A pesquisa empírica era o foco de toda a atenção, como forma de aplicabilidade dos conhecimentos sociológicos (MICELLI: 1989)⁵.

Essa fase inicial de afirmação de uma Ciência faz parte da construção de uma identidade profissional que não se estabelece por um momento isolado, mas é processual, desenvolvida historicamente. A marca da cientificidade, com o combate à tradição ensaística, não tão preocupada com o método sociológico (ALVES: 1993), como o sentido de missão política e social do intelectual das Ciências Sociais, ligado à questão da elaboração de um projeto de nação, presentes na caracterização do sociólogo em determinada época, mais precisamente entre as décadas de 1930 e 1960 (MIGLIEVICH RIBEIRO: 2000), são traços importantes para se compreender a atual formação do quadro de profissionais em questão.

⁴ Os sociólogos são um conjunto de cerca de 40 mil profissionais, sendo 10 mil com registro no Ministério do Trabalho (www.sociologos.org.br). Acesso em fevereiro de 2007).

⁵ A Sociologia francesa, em contraposição a essa perspectiva, originou-se de uma atividade profissional por muito tempo configurada por várias tarefas, com uma estrutura de “corps” de funcionários, organizados principalmente de maneira transdisciplinada, ou seja, produzindo conhecimento com a acumulação de dados de várias disciplinas, como a História e a Antropologia. Na década de 1960 há uma tentativa de profissionalização da Sociologia por Tréanton com o projeto de diploma de “especialista em Sociologia”, sem, no entanto, grandes conseqüências (CHENU: 1998).

A formação, quando da institucionalização da disciplina, voltava-se para a composição de um quadro de docentes do ensino secundário ou técnico e consultores aptos a resolver, de forma racional, portanto científica, os problemas nacionais (MICELLI: 1987).

Na década de 1940 formou-se um mercado de posições e oportunidades regulado pelos créditos governamentais, com forte ênfase nas agências publicitárias e veículos de divulgação. Não havia uma academia forte que promovesse a aglutinação desses profissionais, que então se espalhavam em torno de empresas e incentivos governamentais.

Era este o quadro que apresentava o Rio de Janeiro, durante o período de 1939-1948. Os praticantes das Ciências Sociais desse período são, em sua maioria, membros por inteiro das elites políticas e culturais e também cabe ressaltar que não se dedicavam ao trabalho intelectual exclusivamente. Os termos usados para definir a Ciência Social carioca, em contraposição a paulista, muito mais voltada para a produção de conhecimento, na referida época, eram: “intervencionista”, “militante” e “aplicada” (MICELLI: 1989).

“As Ciências Sociais são um conhecimento específico tanto pela sua constituição intrínseca como pelo fato de que a possibilidade de elaborá-las está definitivamente associada à existência de um grupo social e a um tipo de sociedade. (...) Os cultores do conhecimento erudito formam assim um grupo privilegiado, pois elaboram e possuem um saber prestigiado que não é acessível a todos”. (p.6).⁶

Surge uma nova corporação profissional, com competências técnicas legítimas e muitas vezes com titulação realizada no exterior, marcados pela excelência acadêmica com a adoção de uma ideologia profissional própria.

Atualmente, a expansão do Ensino Superior⁷ como um todo é bastante significativa atualmente, momento ao qual a pesquisa detém-se. Em 1991, nas universidades públicas brasileiras havia 2.139 cursos de todas as áreas de conhecimento;

⁶ VILLAS BÔAS, G. **A vocação das Ciências Sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1992.

⁷ Na França, o período de expansão ocorre nos anos 1970, com a aproximação da Economia e da Sociologia no quadro mais geral das Ciências Sociais, no que diz respeito aos conteúdos programáticos das universidades, que se expandiam quanto ao número de alunos. Em 1975, o número de diplomados em Sociologia, na graduação era de 500; Em 1995, esse número chegou a 3500 formados (CHENU: 1998).

em 2002 o total de cursos finalizava 5.252. Essa expansão exigiu um maior número de docentes, cada vez mais qualificados ⁸.

O curso de Ciências Sociais apresenta-se, atualmente, bastante difundido nas universidades do país, acompanhando o crescimento e expansão do ensino como demonstrado pelos dados anteriores ⁹ (tabela 1.3.1).

Tabela 1.3.1. Curso de Ciências Sociais no Brasil ¹⁰.

| | |
|--------------------------------------|---------------|
| Total de cursos de graduação: | 73 |
| Vagas oferecidas: | 5.172 |
| Candidatos inscritos: | 24.382 |
| Matrículas: | 3.985 |
| Número de concluintes: | 2.422 |

Fonte: MEC/INEP/DEAES/2005.

Quanto à pós-graduação, é a partir da década de 1970, que ocorre sua expansão¹¹, para o atendimento da demanda do mercado universitário através de políticas públicas efetivas, com o crescimento do quadro de especialistas na área de Sociologia. Atualmente, no que se refere à Pós-Graduação ¹² no Rio de Janeiro em Sociologia, apresentam-se os dados a seguir, com a posterior divisão pelas instituições em que os entrevistados da presente pesquisa obtiveram suas titulações:

⁸ O setor privado de educação superior absorve mais de 67% das matrículas e abrange 83% das instituições de ensino superior. Em vários países asiáticos, mais de 80% das matrículas também estão no setor privado e na América Latina é o setor que mais cresce (CASTRO: 2005).

⁹ Em 1991, as matrículas em cursos de graduação no Brasil, na rede pública, estavam em torno de 605.000; em 2002, as matrículas chegaram a ultrapassar a faixa de 1.000.000, um aumento de mais de 80%, segundo o Censo Superior realizado pelo INEP/MEC.

¹⁰ Cabe uma ressalva no que diz respeito à nomenclatura utilizada por esse levantamento feito pelo MEC. Contabiliza-se o número de cursos referentes às Ciências Sociais, mas também há uma subdivisão em outro curso, referente somente e Sociologia. No entanto, para fins de análise de dados, tomam-se como indicativo somente os dados referentes ao curso de Ciências Sociais no Brasil.

¹¹ Ver: BARBOSA, M.L. VILLAS BOAS, G; MARTINS, C. B; MAGGIE, Y. *Mestres e Doutores em Sociologia*, In VELLOSO, J. (org) *A Pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de Mestres e Doutores no país*. Brasília: CAPES/UNESCO, v. 1, 2002.

¹² A Pós-Graduação na área de Sociologia iniciou-se no final dos anos 1960, com a criação do curso de Mestrado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No Brasil, segundo dados da Capes, atualmente existem 39 programas de Pós-Graduação na área de Sociologia, sendo que 24 possuem, concomitantemente, Mestrado e Doutorado. No total, são 63 cursos de Pós-Graduação na área de Sociologia.

Tabela 1.3.2. Dados referentes à Pós-Graduação em Sociologia no Rio de Janeiro.

| Matrícula Novos | Titulados | Abandonos | Desligados | Tempo Médio de Titulação (mês) |
|------------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------------------------|
| Mestrado: 73 | Mestrado: 58 | Mestrado: 4 | Mestrado: 2 | Mestrado: 33 |
| Doutorado: 52 | Doutorado: 40 | Doutorado: 2 | Doutorado: 16 | Doutorado: 57 |

Fonte: CAPES/MEC/2004.

Tabela 1.3.3. Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ – Pós Graduação em Sociologia¹³.

| Matrícula Novos | Titulados | Abandonos | Desligados | Tempo Médio de Titulação (mês) |
|------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Mestrado: 11 | Mestrado: 14 | Mestrado: 1 | Mestrado : 0 | Mestrado: 31 |
| Doutorado: 7 | Doutorado: 6 | Doutorado : 1 | Doutorado: 0 | Doutorado: 53 |

Fonte: Capes/Mec/2004.

Tabela 1.3.4. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Pós-Graduação em Sociologia¹⁴.

| Matrícula Novos | Titulados | Abandonos | Desligados | Tempo Médio de Titulação (mês) |
|------------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Mestrado: 24 | Mestrado: 15 | Mestrado: 1 | Mestrado : 0 | Mestrado: 29 |
| Doutorado: 13 | Doutorado: 15 | Doutorado: 0 | Doutorado: 3 | Doutorado: 56 |

Fonte: Capes/Mec/2004.

¹³ A Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ possui conceito 5, de acordo com a Capes (2004).

¹⁴ A Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ possui conceito 6, de acordo com a Capes (2004).

1.4. Os ditames legais e de organização da profissão de sociólogo.

A profissão de sociólogo no Brasil foi regulamentada na década de 1980, passando por um processo longo até sua consecução, de 20 anos. Foram três Projetos de Lei¹⁵ a tramitarem até a regulamentação. Essa Lei reconhece e dispõe sobre o exercício da profissão, imputando ao Ministério do Trabalho a autoridade para a emissão de carteiras, registro, fiscalização e disciplina da atividade profissional. Esse ponto chama a atenção para o fato de que os Conselhos regionais e federal, responsáveis por esse controle no interior de outras profissões, não foram criados pela própria Lei de regulamentação, algo feito normalmente entre as demais profissões. Atualmente, existe um Projeto de Lei em trâmite no Congresso Nacional (ANEXO I) para a criação desses Conselhos, o que poderia levar à formalização de um dispositivo de controle interno sobre seus membros, de seu conteúdo, atuação e proteção das fronteiras jurisdicionais da profissão (ABBOTT: 1988).

Seu conteúdo aferido no momento da regulamentação, contudo, não é definidor de uma área exclusiva de atuação profissional, o que proporciona a discussão em torno do conflito de jurisdição existente entre sociólogos e outras profissões, tais como antropólogos, economistas, assistentes sociais e historiadores, posto que suas competências são relativas a diferentes formas de compreensão das relações sociais. Essa ausência de uma definição legal do que é a profissão faz pensar o próprio entendimento que a sociedade possui do que é ser sociólogo e da forma pela qual o próprio profissional constrói sua representatividade diante da sociedade (FREIDSON: 1996).

A regulamentação da profissão está inserida em um contexto histórico específico, em que a Sociologia está presente nas escolas desde o ano de 1925, com o pioneiro Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Nas décadas de 1920 e 1930 houve uma expansão do ensino da disciplina interrompida com a Reforma de Gustavo Capanema na década de 1940, que retira a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio. Em 1961, ano do primeiro Projeto de Lei sobre a regulamentação a tramitar no Congresso, a disciplina volta a ser lecionada no curso médio regular, até o golpe de 1964. Somente

¹⁵ Primeiro Projeto de Lei foi elaborado pelo Deputado Aniz Brada, em 1961; o segundo Projeto de Lei foi defendido pelo Deputado Francisco Amaral, em 1971; Em 1974, o Senador Vasconcellos Torres também apresentou um Projeto de Lei para a regulamentação da profissão, que foi finalmente sancionada pelo Presidente da República João Baptista Figueiredo (Lei nº 6888 de 10.12.1980).

em 1982, após a regulamentação da profissão, há uma reivindicação do ensino da Sociologia, que passa a ser disciplina optativa. Em 1996, noções de Sociologia e também de Filosofia são propostas para serem ministradas nas escolas para o exercício da cidadania, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Acrescenta-se a esse quadro, a obrigatoriedade da Sociologia no nível médio conferida pelo Conselho Federal de Educação, no ano de 2006.

Em 1997 é elaborado, no X Congresso Nacional de Sociólogos do Brasil, o Código de Ética da profissão, composto por 37 artigos que descrevem as diretrizes a cerca do exercício da profissão (ANEXO II) ¹⁶. O conhecimento e reconhecimento sobre sua existência e, sobretudo, a respeito de seu conteúdo são ainda, apesar dos quase 10 anos de vigência, pouco ou nada percebidos entre os sociólogos. Esse fato faz pensar de que maneira é feita a delimitação da sua área de atuação, de seus direitos e deveres, de como é garantido seu monopólio profissional.

As questões atuais mais significativas que permeiam os discursos dos sociólogos ligados a associações ou a sindicatos são a inserção definitiva da disciplina de Sociologia em todas as escolas do país¹⁷ e a criação dos Conselhos regionais e federal da profissão (ANEXO I). Constata-se, preliminarmente, um discurso sobre as dificuldades de entrada desses profissionais nos possíveis campos de atuação, enquanto sociólogos¹⁸. Dessa forma, considerando esses profissionais¹⁹ como atuantes em várias áreas de atividade no mercado de trabalho, como os “intelectuais” que desenvolvem a produção teórica e de conhecimento concomitantemente ao ensino e aqueles profissionais que exercem uma atividade ou outra, de forma separada²⁰, pretende-se verificar se as questões de discussão em torno da profissão para os não-associados diferem ou se aproximam das levantadas acima.

O que se pode aferir, no âmbito da organização da profissão, é a atuação significativa dos acadêmicos, como por exemplo, na ANPOCS (Associação Nacional de

¹⁶ MIGLIEVICH RIBEIRO, A. M. **O Sociólogo nos anos 90: uma profissão em redefinição?** Salvador: XI Congresso Nacional de Sociólogos, 1999.

¹⁷ Sua inclusão como disciplina obrigatória nos currículos escolares do Ensino Médio foi aprovada pelo Conselho Federal de Educação no dia 10 de julho de 2006, estabelecendo o prazo de até um ano para que as escolas de nível médio cumpram essa decisão.

¹⁸ Elementos presentes no grupo de discussão encontrado na internet, composto de membros da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro – APSERJ entre outros profissionais, ligados à Sociologia.

¹⁹ Categoria profissional que pertence aos 33,7% das pessoas inseridas no mercado de trabalho no Brasil, de acordo com sua escolaridade (ensino superior): 11 anos ou mais de estudo. Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento/PNAD (2004).

²⁰ CUNHA MARINHO, M.J.da. **A profissionalização da Sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro: DADOS, V.30, n.2, 1987.

Pós-Graduação em Ciências Sociais) e na SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia). A questão da inserção dos profissionais no mercado de trabalho não é a principal e mais relevante, como entres os advogados, representados pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). Essa é uma questão que será discutida ao longo do trabalho, pois parece que os sociólogos não acadêmicos dão pouca importância à questão das formas de associação de caráter profissional e, a partir dessa perspectiva, se pode estabelecer conexões com a definição de uma identidade coletiva dos sociólogos.

A sentença: “sociólogos existem somente para formar outros sociólogos”, dita a mim em algumas das entrevistas, faz pensar em como é construído o reconhecimento externo a cerca da profissão, como projeto coletivo, iniciando mesmo pela própria formação, em seus cursos. A preocupação com a percepção dos próprios sociólogos a respeito de sua atividade e de seus pares é um meio de entendimento da busca coletiva pela institucionalização de um saber que se faz reconhecido pelo Estado e pela sociedade (LARSON: 1977).

Capítulo II – Revisão da Literatura.

2.1. Introdução.

Neste capítulo será desenvolvida a discussão teórica que baseará a análise do objeto de estudo proposto, a identidade profissional dos sociólogos. Iniciar-se-á com a abordagem dos conceitos-chave encontrados na Teoria Clássica da Sociologia das Profissões e da maneira pela qual os autores observam a constituição dos vários grupos profissionais. Posteriormente, definir-se-á como se pretende observar o grupo profissional, baseando-se no conceito de estamento de Weber (1993), seguindo com a discussão de escolhas e gostos de classe empreendida por Bourdieu (2005) e o estudo dos “cadres” realizado por Boltanski (1987), para o entendimento da constituição de uma profissão enquanto coletividade, formadora, portanto, de uma identidade coletiva.

“The professions dominate our world. They heal our bodies, measure our profits, save our souls. Yet we are deeply ambivalent about them. For some, the rise of professions is a story of knowledge in triumphant practice. It is the story of Pasteur and Osler and Schweitzer, a thread that ties the lawyer in a country village to the justice on the Supreme Court bench. For others it is a sadder chronicle of monopoly and malfeasance, of unequal justice administered by servants of power, of Rockefeller medicine men. Beneath the impassioned contradictions of these interpretations lie some common assumptions. Most authors study professions one at a time. Most assume that professions grew through a series of stage called professionalization. Most talk less about what professions do than about how they are organized to do it”

(ABBOT: 1988: 1)

A escolha por iniciar este capítulo com uma transcrição longa não foi por acaso. Pelo contrário, este trecho da obra de Abbot (1988) contém os dados de uma possível justificativa para a realização do presente trabalho.

Iniciando com a impactante frase: “as profissões dominam nosso mundo”, o autor fornece o primeiro elemento para a construção de um olhar mais preciso que se deve ter para este assunto, enquanto objeto sociológico relevante. Os conhecimentos, saberes, práticas e visões de mundo de cada profissão perpassam a compreensão de todos os indivíduos de uma sociedade, sendo que os grupos profissionais mais fortes, com maior prestígio, os dominantes, conseguem fazer com que sua compreensão de mundo seja mais bem reconhecida.

As formas de analisar as profissões, segundo suas funções, atos ou reflexões variam de acordo com a corrente sociológica adotada. Dessa forma, acreditando ser importante realizar uma revisão do que foi construído em termos conceituais na área, inicia-se a discussão sobre os modelos clássicos na Sociologia das Profissões.

2.2. Teoria Clássica das Profissões.

As profissões são um objeto de estudo ainda pouco explorado nas Ciências Sociais brasileiras²¹. No entanto, há estudos bastante pontuais a respeito do tema na Sociologia de todo o mundo, principalmente a realizada nos EUA e França. Dessa forma, serão apresentados a partir de agora alguns autores e seus conceitos que servirão de base para a compreensão da profissão de sociólogo, entendendo que a busca pelos tipos ideais é um objetivo presente em toda a Sociologia das Profissões²².

Nos modelos clássicos de análise das profissões são encontrados os seguintes elementos constitutivos: a base cognitiva como garantia de monopólio de um conhecimento especializado; a organização e as condições objetivas do grupo, enquanto detentor desse saber único; o domínio do processo de burocratização e a capacidade do simbólico de criar diferenciações sociais concretas, em relação às demais profissões ou grupos sociais, entre outros. Pensando através do modelo sociológico clássico de análise

²¹ BONELLI, M^a da G. ; DONATONI, S. **Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras**. BIB. Anpocs, 41, 1996.

²² Os primeiros estudos sistemáticos na área da Sociologia das Profissões datam dos anos de 1930, com os trabalhos dos sociólogos funcionalistas, ganhando grande destaque o trabalho de Parsons, sobre a Medicina. Ver DINIZ, 1995.

de profissões, uma questão a ser verificada é a de se os sociólogos, enquanto profissionais, são ou não são possuidores desses elementos, e de que maneira se processará a diferenciação do grau de prestígio social, pela administração desses elementos pelo grupo.

No entanto, antes de entrarmos no mérito das teorias mais específicas, é imprescindível lembrar Durkheim (1977) e seu conceito de grupo profissional, composto de idéias, interesses, sentimentos e ocupações próprios e que desenvolve uma vida moral que traz naturalmente a marca das condições particulares em que o grupo está inserido. O grupo profissional, primeiramente, é visto como fonte de solidariedade, realizando a integração social, função moral específica e essencial para o bom desempenho da sociedade e de sua organização moderna.

Durkheim (1977), portanto, dedica atenção à função integradora do grupo profissional, conseguida pela divisão técnica do trabalho. Apesar de a diferenciação técnica ter sido alcançada pela intensificação das relações sociais, houve uma reorganização da vida social, identificando em cada profissão uma função específica²³ para a manutenção da harmonia social²⁴.

Sua análise também recai sobre a moral profissional em relação aos deveres a cumprir, ou mais precisamente, à ética com que cada grupo baseia sua atuação na sociedade. Cada grupo profissional, segundo o autor, possui uma diferenciação funcional que corresponde ao “polimorfismo moral” (DURKHEIM: 2002: 10), ou seja, à variedade de deveres que cada grupo deve seguir. A moral profissional é, portanto, o meio pelo qual o grupo regula suas ações, seus direitos e deveres e, ao mesmo tempo, o próprio grupo desenvolve essa moral, que será tanto mais forte ou presente nas vidas dos indivíduos quanto mais organizado for o grupo.

Essa moral profissional, reguladora em primeira instância, gera solidariedade entre os membros do grupo a partir e pela razão da existência dos muitos deveres comuns a todos. A solidariedade não é fruto de razões puramente econômicas, mas é

²³ “... uma função apenas pode especializar-se se essa especialização corresponder a alguma necessidade da sociedade” (DURKHEIM: 1991: 53).

²⁴ Durkheim reafirma em sua discussão contida na obra “A Divisão do Trabalho Social” que as corporações ou grupos profissionais trariam a solidariedade orgânica e seriam a solução para a anomia. Encontra-se nessa afirmação a relevância que o autor fornece às profissões enquanto meios para a integração da vida social.

desenvolvida em bases de um sistema de direitos e deveres que unem esses indivíduos de maneira permanente, proporcionando a existência da coesão social²⁵.

A questão da função da profissão, tão discutida por Durkheim, é estudada por dois autores importantes para a Sociologia das Profissões, principalmente no estudo sistemático da Medicina, que são Parsons e Merton, integrantes da corrente funcionalista.

Essa corrente baseia suas análises de profissões na existência de um estereótipo social relacionado a uma parte da divisão do trabalho, as associações profissionais, com o objetivo de construir os princípios gerais das profissões referindo-se constantemente à idéia de função na sociedade (CHAPOULIE: 1973).

Parsons (1968), por sua vez, caracteriza as profissões segundo sua competência técnica cientificamente fundamentada e também na aceitação de um código de ética que regulamenta a atividade profissional e que tende a ter um caráter universalista. É de acordo com esses princípios determinantes que o tipo ideal de profissão é construído, baseado também na especialização, no controle efetivo pelos pares, na regulação em termos legais. O primeiro critério de identificação do status profissional, portanto, é o treinamento técnico acompanhado de um modelo institucionalizado que valida tanto a adequação do treinamento como a competência dos indivíduos treinados (a racionalidade cognitiva aplicada a um campo particular).

Partindo dessa base técnica para o entendimento das profissões, o autor aponta como determinante no desenvolvimento do sistema profissional moderno o crescimento das universidades²⁶ e também a demanda por treinamento de nível superior sobre um número considerável de questões práticas. Essas exigências foram tornando difícil a prática individual de um ofício, sem que houvesse participação numa organização coletiva. As universidades abrangem novos campos no processo de constituição das profissões²⁷, porém seu desenvolvimento une-se ao pensamento que a sociedade tem,

²⁵ Em sua visão funcionalista, Durkheim analisa o grupo profissional como elemento assegurador da unidade social devido às funções integradoras que possui.

²⁶ A universidade aparece na análise de Parsons como a instituição que organiza as disciplinas intelectuais e, ao mesmo tempo, como responsável pela formação prática das profissões, essas últimas preenchendo as necessidades da sociedade, cumprindo suas funções.

²⁷ Larson (1977), autora que será discutida mais detidamente a seguir, também trata da estrutura universitária, porém não fornece valor ao conhecimento em si como único elemento capaz de proporcionar à profissão a configuração de seu status. Sua preocupação detém-se na maneira pela qual esse conhecimento é utilizado, inclusive sendo convertido em outros “ganhos” (recompensas sociais econômicas e políticas).

principalmente quanto à crença de sua contribuição para o bem-estar geral, ou seja, a adequação das atividades profissionais às necessidades da sociedade.

Outro autor da mesma corrente sociológica é Merton (1982), que pensa as profissões de acordo com a seguinte tríade de valores humanos: 1) o conhecimento, como corpo teórico sistematizado, não partilhado pelo resto da população; 2) a prática, momento no qual esse conhecimento é trabalhado na solução de problemas da vida; 3) a colaboração, na conjugação da teoria e da prática a serviço dos outros. Essa conjugação de valores também pode ser vista formulada em outros conceitos, como os de “ideal de serviço” em Goode; “collectivity-orientation” em Parsons e “service to the public” em Tawney²⁸. Essa tríade formada por valores institucionalizados dá forma ao ethos profissional.

O sistema de recompensas institucionalizado, baseado na tríade exposta, permite tornar possível o reforço da relação entre interesse próprio e altruísmo: os privilégios profissionais, referentes à autonomia e ao monopólio de seus serviços, são concedidos pela sociedade em troca da garantia de que os profissionais não vão usar os privilégios fornecidos para explorar seus clientes. Neste ponto, a teoria de Freidson (1998)²⁹ aproxima-se, pois afirma ser a orientação profissional de serviço uma imputação pública concedida em um processo de persuasão da sociedade para garantir o suporte de sua autonomia.

Analisando um pouco do aparato teórico de Parsons e Merton, é possível perceber que os funcionalistas esquecem em suas análises do processo histórico pelo qual os corpos profissionais são estruturados, além de estudarem os grupos em si mesmos, sem referência à posição que ocupam na estrutura social ou suas relações com outros grupos. Partem da premissa de que há uma “necessidade” da sociedade por determinado trabalho e a partir dessa necessidade surgem os especialistas para a realização das tarefas (CHAPOULIE: 1973).

²⁸ GOODE, W. J. **Community within a community: the professions**. American Sociological Review, 22, 1957, p. 194-200; PARSONS, T. **The Social System**. New York: The Free Press, 1951; TAWNEY, R. H. **The Acquisitive Society**. New York: Harvest Books, 1946.

²⁹ Autor a ser discutido mais adiante.

2.2.1. Abbot e o conceito de jurisdição.

Abott (1988), autor que retoma a linha funcionalista de Parsons, define como eixo principal de análise o grau de abstração do conhecimento que as profissões controlam. As profissões são definidas como grupos ocupacionais que aplicam conhecimentos de cunho abstrato a casos particulares. Conseqüentemente, a profissionalização é vista como processo que visa à consecução do monopólio por determinadas categorias de trabalhadores, definida pela correlação de forças existentes, não sendo um processo unidirecional. O título em si, portanto, não determina o prestígio e poder de cada grupo profissional, mas sim as relações estabelecidas com outros títulos e com outros grupos proporcionam o reconhecimento da sociedade. A dimensão relacional e a abstração são seus elementos centrais de análise, sendo que a abstração é variável historicamente.

Abbott (1988) retoma Parsons principalmente quando trata da existência de um sistema profissional. As profissões são necessárias à vida social, possuindo um conhecimento de que a sociedade precisa. No entanto, apesar de acreditar nesse sistema que engloba todas as profissões, avança teoricamente ao introduzir o conceito de jurisdição, pois permite entender um pouco mais os conflitos pelo monopólio dos espaços de atuação profissional.

O autor define “jurisdição” como a relação social que o grupo estabelece com o conhecimento específico, ou seja, é um laço estabelecido, dependente do ponto em que as disputas por áreas da divisão social do trabalho se encontram. O que importa para o autor é a maneira pela qual os grupos organizam-se para conseguir, em parte, o controle de uma área específica da divisão social do trabalho. O que permeia e direciona essa disputa é o grau de abstração do conhecimento; quanto mais alto esse grau, mais ferrenha fica essa disputa pelo controle de uma área do conhecimento e de atuação profissional. A capacidade de abstração é o princípio de dominação das relações de poder. Seu enfoque, portanto, está no cercamento de uma área de atuação própria do grupo profissional, baseado num conhecimento abstrato, diferente da experiência. Jurisdição é um conceito importante para entender o conflito existente entre grupos na luta pelo monopólio e na constituição de suas fronteiras no mercado de trabalho.

Tendo como fundamento essa visão que privilegia o conhecimento abstrato, pensemos a situação dos sociólogos atualmente. Esse grupo profissional possui uma jurisdição própria? A partir de uma investigação mesmo que breve do mundo empírico,

constata-se que o corpo teórico bastante abrangente fornece uma possibilidade de atuação ampla no campo profissional. No entanto, o reconhecimento dessa jurisdição pela sociedade é uma questão problemática, pois a atuação desses profissionais depende da demanda da vida social. Além disso, a disputa com outros campos profissionais é constante, como com os economistas, os jornalistas, os assistentes sociais, entre outros³⁰.

Contudo, não se deve deixar de lado a constatação da conformação desse campo de atuação próprio, composto de um arsenal teórico-abstrato vasto e que probabilisticamente forneceria a configuração de um grupo profissional. No entanto, somente esse conceito, tomado isoladamente, não fornece os instrumentos suficientes para o entendimento do grupo profissional dos sociólogos e o estabelecimento de sua identidade profissional.

Como afirmado anteriormente, Abbott (1988) avançou com sua análise, fornecendo um viés mais social que técnico no interior do sistema profissional. Contudo, há limitações quanto ao alto valor que o conhecimento abstrato possui em sua teoria, e quanto à estagnação do sistema profissional, cujos agentes não têm a capacidade de criar “novas necessidades”. É este ponto de limitação de Abbott que Freidson (1998) explora de forma bastante significativa, avançando teoricamente.

2.2.2. Freidson: expertise, credencialismo e autonomia.

Freidson (1998) tem como ponto-chave metodológico a preocupação de, através dos agentes, entender o papel do saber institucionalizado no mundo. A profissão tem uma racionalidade cognitiva própria, científica e abstrata que credencia seus agentes para o exercício. Dessa forma, o controle dos profissionais e a autonomia com relação a sua atuação no mercado de trabalho são próprios dos grupos profissionais.

Esse controle origina-se da organização coletiva e das instituições para a construção da posição privilegiada do profissional no mercado. A profissão possui uma expertise, uma racionalidade cognitiva própria, de cunho científico.

³⁰ Com relação a concursos públicos, os sociólogos são preteridos pelos economistas ou assistentes sociais no preenchimento de vagas propostas nos editais, por exemplo, ponto levantado por vários entrevistados, como poderá ser visto mais adiante.

“Os profissionais têm total capacidade de controlar o seu próprio trabalho, estão organizados em associações, independentes tanto do Estado como do capital, e organizam e administram a prática de um corpo do conhecimento e competência ou jurisdição demarcados inequivocamente e monopolizados por seus membros”. (FREIDSON: 1998: 68).

A divisão do trabalho é inseparável da organização social como definidora de papéis ocupacionais, de seleção e de distribuição de indivíduos por meio do conteúdo desses papéis. A definição de papéis ocupacionais e seus conteúdos é feita mediante interação entre trabalhadores e entre esses e seus supervisores. É a constante negociação que delimita fronteiras jurisdicionais em situações concretas de trabalho; contudo, não se deve deixar de lado a legalização dessas fronteiras e da própria divisão do trabalho.

Há uma diferenciação técnica, como já foi discutido por outros autores, dentre eles os já citados, mas a dimensão da agência ganha destaque em Freidson ³¹. As relações de poder permeiam as disputas por delimitações de fronteiras jurisdicionais, pela capacidade que a profissão tem de se mostrar relevante à sociedade ³².

O autor parte do pressuposto de que toda e qualquer profissão representa um tipo de trabalho para ganhar a vida. Dentro dessa perspectiva mais abrangente, encontra-se a diferenciação das profissões em várias ocupações e variações de poder e prestígio. O credenciamento por meio de instituição de ensino superior é uma característica marcante da profissão e elemento de disputa por status. Neste ponto de valorização do conhecimento abstrato há uma aproximação entre Freidson e Abbot.

Essas credenciais de ensino variam de acordo com as garantias legais existentes e o prestígio adquirido. As profissões são caracterizadas pela capacidade de autocontrole e de auto-regulamentação, com a especialização desses profissionais, dedicados integralmente ao exercício de uma determinada atividade que requer uma “expertise”, um preparo especial que forneça garantias de cumprimento de determinada atividade, através do treinamento.

A sociedade moderna exige a expertise, pois não há tempo suficiente para que cada indivíduo ganhe treinamento e experiência mínimos para a realização das inúmeras tarefas cotidianas, relacionadas a vários tipos de conhecimento.

³¹ “... ao avaliar as perspectivas de crescimento da força das profissões, deve-se avaliar não apenas a situação de seu conhecimento e competência mas também o status de sua organização ocupacional...” (FREIDSON: 1998: 110).

³² Essa capacidade é o elemento central na definição de uma profissão, segundo Freidson (1998).

A estabilidade e a confiabilidade da expertise são garantidas pela institucionalização através das credenciais que determinado indivíduo tem por meio de treinamento suficiente que lhe conceda o título de especialista. No entanto, como balizador, o credencialismo é excluyente, pois fornece a possibilidade de trabalho àqueles credenciados, não aos demais, mesmo que estes possuam algum tipo de prática da atividade.

Seguindo seu pensamento, a autonomia das profissões, elemento-chave para o entendimento deste campo de estudo, sustenta-se no monopólio ocupacional que compreende várias dimensões. A econômica, no que diz respeito à indicação de quem tem a capacidade de exercer determinada tarefa e o número de especialistas disponíveis no mercado de trabalho e o próprio rendimento a ser recebido, pelo trabalho realizado. A política, em que a profissão e seus membros são representantes das normas de atuação. A administrativa, em que a prática profissional é avaliada internamente por seus pares. A autonomia³³ é a possibilidade de controle interno da profissão pelos próprios agentes participantes do grupo, sob estas dimensões.

Esse controle exercido pelos pares, deve ter supervisão de fora para que se assegure a revisão idônea baseada em valores técnicos. Ao mesmo tempo, os membros dos grupos unem-se como pertencentes à profissão, restringindo a entrada de outros agentes, mantendo instituições de treinamento padronizado que transmitam uma competência uniforme. A auto-regulação é um dos requisitos básicos para a constituição de uma profissão; é um controle dos profissionais feito por seus próprios pares em que o mercado de trabalho é o lugar da realização do controle mútuo.

Freidson (1996) analisa o papel do saber no mundo institucionalizado a partir dos agentes que criam e aplicam esse conhecimento, de nível superior e formalizado. É o sistema de credenciamento que identifica aqueles indivíduos capazes de exercer determinada atividade de forma legítima no mercado de trabalho. Além das credenciais, o papel do Estado na garantia da obrigatoriedade da utilização dos serviços dos profissionais é importante para compreender esse controle da demanda. O profissional independente não existe nesta realidade; está alicerçado em instituições de credenciamento que permitem a criação do mercado.

Dessa forma, analisando a “tríade” necessária à configuração dos grupos profissionais – expertise, credencialismo e autonomia – pode se dizer que os sociólogos

³³ “Autoridade sobre o trabalho suficiente para ter a liberdade de empreender uma ação arbitrária como se fosse uma coisa natural” (FREIDSON: 1998: 209).

possuem esses três componentes. A expertise enquanto corpo de conhecimento próprio para a realização da atividade, está presente, como também o credencialismo, através da disponibilização, por meio de treinamento, do diploma de ensino superior que atesta a capacidade de execução de um determinado trabalho, e a autonomia, como prestígio adquirido sobre a atividade profissional exercida que permite realizar de forma livre esse trabalho, parecendo ser algo natural, sem críticas dos demais membros da sociedade.

Contudo, um ponto-chave da teoria de Freidson não se encontra entre os sociólogos, pelo menos amplamente difundido, que seria a presença do Estado como agente direto na garantia de obrigatoriedade da utilização de seus serviços. Apesar de assegurar a validade acadêmica de sua formação, pelos cursos superiores³⁴, não atesta a necessidade de sua atuação, no que diz respeito à produção de demanda pela profissão, através da ampliação de cargos e de vagas no mercado de trabalho. Essa última consideração foi aprofundada na investigação empírica, com as entrevistas, para se verificar qual o papel do Estado na atuação dos sociólogos, na construção e fortalecimento de sua identidade profissional e também como os próprios sociólogos observam esse papel.

2.2.3. Starr e a questão da autoridade.

Starr (1982), desnaturaliza as relações profissionais, fornecendo importância histórico-estrutural à organização baseada em instâncias políticas, econômicas e sociais. Seu eixo fundamental de análise é a autoridade como mediação relevante na organização das profissões.

Sua pesquisa mais importante refere-se à profissionalização da Medicina nos EUA, com o predomínio de uma visão de mundo vista como verdadeira e legítima, do ponto de vista de suas relações com a esfera social e/ou cultural. Sua abordagem é cultural, levando em consideração instâncias como a econômica e a política, do ponto de vista da organização interna da profissão constituída historicamente, pela relação entre razão e poder. Dentro desse quadro, pelo monopólio de certos saberes, alguns

³⁴ A profissão de sociólogo foi regulamentada no ano de 1980 enquanto que o primeiro curso de Ciências Sociais no Brasil a ser ministrado em uma Universidade data de 1930. Essas informações, entre outras referentes à situação legal da profissão, podem ser encontradas no primeiro capítulo da presente dissertação.

grupos possuem mais poder para estabelecer nos quadros sociais suas necessidades e sua autoridade cultural.

O autor considera a profissão como base da ordem cultural e social. Os profissionais são indivíduos que, enquanto participantes do grupo, integram as várias esferas de poder. A autoridade cultural é a probabilidade de impor como válidos seus juízos e visões da realidade. A luta pela consolidação das profissões está relacionada tanto à autoridade quanto à mobilidade social. O conhecimento somente não basta, é preciso autoridade e é neste ponto que Starr (1982) acrescenta a esfera de poder como dimensão analítica relevante nas relações sociais como um todo, às proposições de Abbot e Freidson, situadas muito mais ao nível do conhecimento abstrato e da descrição das relações profissionais.

A hierarquia de poder estabelece-se nos planos do conhecimento, da autoridade e do controle sobre as instituições que financiam e administram as formas de racionalização do trabalho humano. A medicina moderna, estudada pelo autor, é um exemplo disso, de um complexo sistema de conhecimentos especializados, procedimentos técnicos e normas de conduta, imersos numa organização que combina a razão e o poder.

O poder da profissão surge pela dependência social dos conhecimentos e competências próprios de determinada atividade. A particularidade dessa relação está no fato de que as interpretações advindas das profissões regem a compreensão de mundo das pessoas em geral. Concernente à autoridade, o conhecimento científico adquiriu um grande status nas sociedades modernas como fonte de legitimidade. A medicina, como exemplo de profissão, é a mediadora entre esse saber científico e a experiência dos indivíduos. Essa legitimidade quanto ao trabalho que executa fornece um privilégio social, poderio econômico e influência política, conseqüências da autoridade desse profissional.

A autoridade significa possuir certa posição que induz a confiar e a obedecer, garantida pela possibilidade de uso da força legal ou da persuasão, pois se trata de uma autoridade legítima. No interior das profissões, há a dependência de um corpo de conhecimentos próprios, não partilhado pelos leigos, e também uma dependência psicológica e emocional, que ressalta ainda mais a autoridade do profissional e sua superioridade legítima. Essa autoridade não se dá ao nível individual, mas enquanto membros de um grupo que valida sua competência por normas partilhadas por todos.

O profissionalismo fornece significado ao trabalho e um controle efetivo da atividade legítima gerando uma espécie de solidariedade. A autoridade da profissão está baseada no monopólio de sua atividade por esses profissionais e na exclusão dos demais, mas também no controle das organizações que englobam essas atividades e que garantem o controle do mercado e podem levar à especialização do trabalho.

A homogeneização do grupo profissional acarreta uma padronização e maior eficácia na prestação dos serviços, proporcionando ao mesmo tempo a subsistência das profissões, pois produz uma mercadoria específica que pode levar à atribuição de um status na sociedade. As carreiras, que fazem parte deste processo, fornecem uma forma identitária aos grupos profissionais, oferecendo modelos de atuação.

O estudo de Starr (1982) sobre os médicos nos EUA e o aparato teórico construído, coloca como principal questão de pesquisa a possibilidade de encontrar evidências de que os sociólogos tenham obtido alguma legitimidade para controlar os serviços e conhecimentos na sua área de trabalho. Mas que o reconhecimento de sua autoridade cultural precisaria ser mais bem explorado, no intuito de entender não só em que medida ele existe como também o seu significado social.

2.2.4. Larson e a profissionalização como projeto.

Larson (1977) admite como elemento fundamental para a constituição de um grupo profissional a detenção e o controle sobre uma área específica de saber, uma propriedade sociológica tipicamente moderna. Vincula as profissões, antes de tudo, à compreensão dos mecanismos de funcionamento das desigualdades na sociedade moderna. O controle do grupo é iniciado nas universidades, no treinamento desses profissionais e na produção de indivíduos formados. Para isso, é formulada a padronização desse treinamento, o que garante uma homogeneidade de práticas, linguagem, visões e ações no mundo.

Esse é o ponto-chave encontrado na teoria da autora. A homogeneização de uma área de conhecimento através da socialização profissional adequada de seus membros é a base para a construção da autoridade de uma profissão. Através do processo de formação, pela socialização, torna-se possível que os agentes tenham uma perspectiva similar, uma estrutura de pensamento comum, que também orienta suas formas de agir e pensar no mundo, particularmente no trabalho.

Seu estudo teve como objeto a Medicina e a Engenharia nos EUA e Inglaterra a partir do século XIX, início do processo de profissionalização moderno, que ocorreu pela via capitalista, industrial e pelo desenvolvimento da classe média, levando à substituição do domínio das elites aristocráticas que detinham o monopólio sobre as credenciais, títulos e postos.

A profissionalização, fundada em princípios de racionalidade funcional, em sua visão, é uma estratégia para conquistar poder na sociedade, invocando a legitimidade da “expertise”. Esta estratégia se desenvolve simultaneamente na ordem econômica, defendendo um monopólio legal de atuação num mercado profissional, e na ordem sócio-simbólica, promovendo o status social da profissão. Na estrutura de estratificação social as profissões lutam por remuneração e prestígio.

Larson (1977) afirma que o modelo de autonomia das profissões relaciona-se à estrutura de classes. O mercado tornou-se a instância fundamental da sociedade moderna e a profissão passa a existir quando se insere neste mercado. O profissionalismo é a forma de organização das novas regras sociais de desigualdade³⁵: passa-se a valorizar o mérito, mudando os critérios de hierarquização do posicionamento social. Numa sociedade com domínio dos princípios profissionalizantes, o que importa é o que o indivíduo conhece e sua ocupação, e não sua linha hereditária, como em outros tempos.

Diante desse contexto de disputas por campos de atuação, as profissões precisam criar seu mercado e, ao mesmo tempo, demonstrar a necessidade de sua existência, desenvolvendo suas estratégias para conseguir seu objetivo de reconhecimento, tendo a base cognitiva como força legitimadora. O ponto fundamental de controle é a garantia de competência da resolução das questões referentes à organização interna do grupo profissional. A credibilidade dos grupos profissionais é baseada num conhecimento específico calcado na ciência. Os pontos acima citados aproximam Larson às proposições de Starr, anteriormente tratado, que também discute a questão das estratégias adotadas pelos grupos e das relações de poder que permeiam essas disputas por campos de atuação.

³⁵ Larson (1977) afirma serem as profissões as definidoras do padrão de desigualdade presente nas sociedades modernas; no entanto, repensando sua idéia sob a luz da teoria de Bourdieu, autor a ser discutido mais a frente, as profissões não geram o padrão único de desigualdade, mas sim mais um padrão, em confronto com outros, específicos de cada momento histórico, defendido pelos grupos dominantes.

A singularidade de seu aparato teórico consiste no estudo do tipo de conhecimento que o grupo domina que determinaria, pelo menos em parte, sua possibilidade de mercantilização (“marketability”). Este conceito relaciona-se à qualidade do produto (o serviço prestado pelo grupo) oferecido ao mercado. Apesar de considerar que as relações em torno desse saber e entre os grupos são importantes para a constituição das profissões, é a natureza do conhecimento que determina seu poder e posição social, segundo Larson. Essa ênfase no conhecimento é encontrada também em Freidson e no próprio Starr, mas com percepções diferenciadas, como demonstrado anteriormente.

Larson reforça a idéia de que o controle de um determinado saber por uma profissão desenvolve um sistema de competências e recompensas diferenciado, organizando a sociedade de acordo com essa variação de competências e recompensas. O profissionalismo, relacionado a esse sistema, é um projeto coletivo de mobilidade social que articula um tipo de conhecimento controlado com um sistema de recompensas econômicas e sociais.

Verificam-se no mercado as possibilidades variadas de aplicação de cada tipo de conhecimento. Para controlar o atendimento das necessidades sob a égide das profissões é necessário o convencimento ideológico e a eliminação dos concorrentes que estão fora desses padrões pré-estabelecidos pelas próprias profissões.

A definição da posição das profissões nas relações de poder está associada ao grau em que um determinado serviço pode ser mercantilizado, isto é, que pode ser disponibilizado no mercado. Se a profissão controla um serviço socialmente relevante, ela consegue se fazer necessária no mercado. Larson verifica as probabilidades de sucesso do processo de profissionalização como projeto de mobilidade social a partir de três dimensões: o grau de independência em relação à estrutura do mercado; o grau de distância das fontes tradicionais de poder e prestígio e o grau de autonomia na definição das fontes para prestação do serviço.

O surgimento de outros mercados profissionais como consequência das transformações ocorridas na sociedade industrial permitiu uma maior competitividade por espaço, sendo, portanto, necessária a garantia do monopólio profissional. A partir dessa necessidade, passou a ser fundamental o controle da produção dos produtores, ou seja, o treinamento dos profissionais que formarão outros profissionais. Para que a profissão garanta o seu lugar no mercado ela precisa garantir que todos os profissionais prestem o mesmo serviço, o que se consegue garantindo uma formação unificada.

Esse é um ponto de destaque em sua elaboração teórica. A dimensão cognitiva centrada em um corpo de conhecimentos e técnicas que fazem parte do processo de profissionalização, define-se pelo monopólio desse “body of knowledge”. A produção engloba a homogeneização dos profissionais, que consiste no consenso em relação às práticas, linguagem, formas de ver e agir sobre o mundo, realizado pelas escolas profissionais, configurando uma profissão também pela capacidade de organização através de associações profissionais e o controle por meio de códigos de ética. Ou seja, a profissão constitui-se além da formação, mas num constante “aprender profissional”.

Seguindo as idéias de Starr, Larson também enfatiza a construção da necessidade de existência social da profissão, com a definição de “marketability”, como meio de regular determinados conhecimentos para inserir o grupo profissional no mercado, em disputa com outros grupos. No entanto, sua contribuição mais importante é a caracterização da profissionalização enquanto projeto coletivo de mobilidade social, ou seja, as relações entre os profissionais, sua atuação, são realizadas com essa idéia mais abrangente de projeto coletivo. Nesse projeto coletivo, a vontade de prestar determinados serviços não pode ser separada da vontade de se estabelecer num ponto privilegiado da hierarquia social.

A configuração atual do mercado de trabalho entre os profissionais de Sociologia é maior e mais diversificada, pois os sociólogos estão atuando além da Academia (BONELLI: 1994); logo, se encontra um ponto de pesquisa a verificar entre os indivíduos entrevistados, a existência de um projeto coletivo de profissionalização.

A partir dessa observação, questiona-se se os sociólogos possuem esse projeto, se haveria uma caracterização de atuação mais homogênea desses profissionais, em que áreas essa atuação ocorre e como se configura esse mercado de trabalho. Também, a capacidade de homogeneização nos processos de formação profissional como base da identidade e da autoridade do grupo é essencial, a partir da perspectiva larsoniana, e constitui-se num ponto verificado por essa pesquisa.

2.3. Profissão vista como estamento.

No presente trabalho, abordar-se-á o grupo profissional dos sociólogos, enquanto um estamento, sob a luz da Sociologia de Weber (1973) e seus seguidores contemporâneos.

Antes de rever o conceito de Weber, gostaria de lembrar que status é um conceito atrelado a uma variedade de comportamentos específicos, ligados a valores correntes de uma sociedade, conforme a distribuição de honra e prestígio. Dessa forma, a análise da estratificação social leva em consideração aspectos variados, não somente o fator econômico ou técnico.

A abordagem weberiana dos grupos profissionais eleva o conceito de status a um patamar de significativa importância, pois a profissionalização passa a ser considerada como o processo no qual a luta por prestígio e aquisição de honra ocorre. De maneira simples, define-se status como uma relação de poder (TURNER: 1989).

O estamento, diferentemente da classe, representa a base possível de ação comunal racionalmente motivada, nos moldes de uma ordem econômica mais presente, em que os bens e serviços no mercado são elementos centrais de definição da situação de classe.

O estamento ou grupo de status é normalmente uma comunidade de tipo amorfo, cuja situação é baseada em uma estimativa de honraria – prestígio – social; conforme esse prestígio, um estilo de vida é esperado de todos que desejam pertencer ao círculo, como também o monopólio dos bens ideais e materiais. Seu desenvolvimento ocorre essencialmente pela estratificação que está relacionada a uma ordem social e econômica específica, mas que não é definido pela ordem econômica.

“... as ‘classes’ se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os ‘estamentos’ se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens representado por ‘estilos de vida’ especiais” (WEBER: 1973: 226).

Seguindo a linha de raciocínio de Weber (1973) pode-se afirmar que o grupo ocupacional ou profissional é por excelência um estamento, pois há uma monopolização da forma como as habilidades para os cargos são requeridas, assim como sua prática, ou seja, existe um controle por parte do grupo e mais especificamente, pela parcela do

grupo que detém o poder e é legitimada pelos demais, para que esse estamento mantenha-se enquanto tal; pode-se afirmar ainda que haja tanto uma socialização cognitiva como também social, que só se realiza diante do sentimento de pertencimento dos agentes enquanto parte da coletividade, neste caso, do grupo profissional.

Cada categoria profissional luta de alguma maneira pela defesa de seu mercado, pelo registro profissional, por sua remuneração, entre outras maneiras de se tornarem relevantes socialmente, almejando o prestígio, em última instância. Os grupos profissionais são vistos como estamentos, pois são capazes de ação coletiva e os membros têm clara consciência do pertencimento ao grupo. A disputa pelo domínio de cada estamento é também a disputa pelo monopólio dos símbolos de poder e a construção social em torno do diploma, dentro do campo das profissões, é definida como símbolo de poder, o que exemplifica essa visão.

Os grupos profissionais, enquanto estamentos, são responsáveis pelo estabelecimento de convenções, pelo controle dos comportamentos discordantes das regras estabelecidas como próprias ao grupo, além de proporcionar o desenvolvimento do sentimento de pertencimento, que proporciona a distinção diante dos demais grupos, além de fortalecer internamente sua organização.

“... um ‘grêmio profissional’ é também um estamento, pois normalmente reivindica as honras sociais apenas em virtude do estilo de vida especial que pode determinar” (WEBER: op.cit.: 226).

De acordo com Turner (1989), e sua abordagem da teoria weberiana, pode-se pensar o status profissional enquanto parte da estratificação social como um todo. O autor enumera as seguintes dimensões para a análise de status:

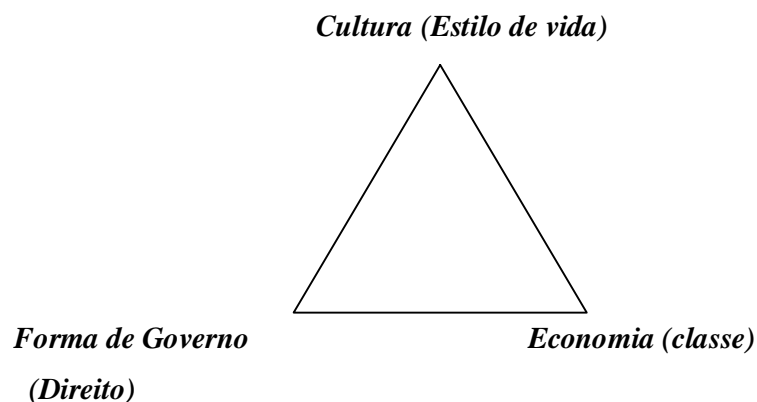
1) Dimensão político-legal: o status entra como elemento central da noção de cidadania, que se liga ao aparecimento do Estado moderno e à formação do que conhecemos como sociedade civil.

“O status como direito é o resultado de lutas e conflitos sociais pelos quais os vários grupos tentam monopolizar ou aumentar os seus privilégios e direitos”.
(TURNER: 1989: 100).

2) Dimensão cultural: status como estilo de vida, mecanismo de distinção.

“... o status social implica práticas que realçam e põem a nu distinções e diferenças culturais que são uma característica crucial de toda estratificação social (...) totalidade de práticas culturais como o vestir, o falar, a aparência e as características corporais. Podemos referir a vida como um hábito estruturado e constituído por todo o conjunto de práticas, tendências e gostos que constituem a percepção individual do espaço social” (TURNER: op.cit.: 10).

3) Dimensão econômica: como em Weber, trata-se da classe vista como possuidora e controladora de recursos na relação com os meios de produção e a integração dos indivíduos.



O diagrama acima expõe, ao mesmo tempo, a autonomia e a interligação entre as três dimensões da estratificação social. Sua perspectiva critica a redução da análise social a uma das dimensões salientadas, pois em seu entender são relações instáveis entre cultura, cidadania e classe. No entanto, apesar de se compreender que as três dimensões estão associadas no processo de estratificação social, pretende-se explorar de forma mais detida o aspecto do estilo de vida dos sociólogos, baseado na sociedade mais ampla, mas principalmente, ao grupo de status, o profissional, ao qual pertencem.

“A sociedade de massas e o consumo de massas são, portanto, campos sociais dos quais a luta pela diferenciação cultural é travada através da implantação de gostos e estilos de vida diferentes, separando os grupos de status em termos de um julgamento coletivo estruturado” (TURNER: op.cit.: 111).

Portanto, como foi demonstrado, o status pode ser atribuído de diferentes formas, como pela legislação, ou por convenções, ou por aspectos até mesmo ritualísticos da parcela dominante do grupo que detém o poder. Essa atribuição de status é importante na presente análise para conhecer o grau de prestígio que a profissão de sociólogo possui na sociedade, a partir da visão interna de seus membros e, mais detidamente, com a utilização do conceito de estamento é possível incorporar todos os elementos das abordagens discutidas anteriormente. Haverá, mais adiante, a complementação desse conceito por meio das proposições de Bourdieu, sobre as relações entre o campo e as ações individuais, e de Boltanski sobre as dificuldades em construir uma identidade coletiva.

2.3.1. Estamento e Ética.

Ao dissertar sobre ética, é necessário lembrar Durkheim (1977) que considera a divisão do trabalho como conseqüência integradora da especialização (orgânica), em funções profissionais determinadas, exercidas em sistema de cooperação. A moral seria o meio com o qual o indivíduo alcançaria a consciência de sua função na sociedade.

A ética também pode ser visto na obra de Weber (2004a) quando o autor analisa a valorização do trabalho, da mão-de-obra e o ascetismo, como características de uma classe social burguesa que surgia, e por contraste, a aristocracia, então submetida a um conceito de honra como base principal de diferenciação social. O mundo social que desvalorizava o trabalho passa a ser guiado, na sociedade moderna, por uma vida eticamente e metodicamente racionalizada.

“... o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do ‘espírito capitalista’, uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida” (WEBER: 2004a: 67).

No entanto, na época da Reforma e do estabelecimento dessa visão, a profissão era vista como maneira de racionalizar a vida do mundo, mas de olho em outro mundo, ou seja, como meio metódico e correto para a consecução da salvação (idéia presente no protestantismo ascético). *“Não o trabalho em si, mas o trabalho profissional racional, é isso exatamente que Deus exige” (WEBER: op.cit.: 147).*

Era, portanto, uma ética ligada à salvação da alma. O comportamento profissional era guiado por essa ótica. Já Parsons (1968), analisando outro período histórico, trabalha com a questão da ética no sentido de orientação para as ações profissionais. Classifica em dois tipos essa conduta: a primeira, seria o “ideal de serviço”, baseado em valores compartilhados pelo grupo, afastados daqueles defendidos pelo mercado. A segunda conduta é a relacionada a um padrão associativo próprio, diferente daquele adotado pelas organizações burocráticas e, mais uma vez, pelo mercado. Seguindo esse modelo, os profissionais, mediante conhecimento específico e exclusivo de seu grupo, tem controle autônomo de suas ações, pois colocam em primeiro plano os interesses de seus clientes, segundo a descrição do “ideal de serviço”.

Goode (1960) contribui para a compreensão do que significa etilhos profissional, discutindo sobre as fronteiras jurisdicionais e a atribuição de responsabilidades a cada profissão. Segundo o autor, o processo de profissionalização é composto por relações entre os pares e entre estes e a sociedade, que produzem as visões de poder, prestígio e o estabelecimento do próprio nível de remuneração da atividade profissional. No entanto, esses elementos derivados de relações intra e extra campo profissionais, fundamentam-se tanto no conhecimento-base da ocupação como na orientação coletiva, que se resume ao tipo de serviço produzido para a sociedade e realizado por todos os membros de um grupo profissional.

A orientação coletiva, ponto problemático encontrado na teoria sociológica sobre profissões, seria a disposição seguida por todos os membros do grupo para a realização de determinada tarefa, conceito este bastante próximo do ideal de serviço elaborado por Parsons (1968). Dessa maneira, permite-se dizer que o comportamento dos sociólogos seria orientado segundo a ética da responsabilidade, dedicada à função

em si, não existindo a relação com um cliente para o qual o serviço é oferecido. Essa ausência é ponto importante para a investigação a respeito da ética profissional e do próprio reconhecimento profissional, elemento presente da construção da identidade coletiva.

A relação cliente-profissional é baseada em controles rígidos da profissão sobre seus membros, protegendo-os diante de avaliações de leigos. Já a ética que permeia a profissão de sociólogo está relacionada a competências científicas de um campo específico; é a Ciência, o saber, não a organização burocrática, que define os padrões de trabalho nesta área ³⁶. Acrescenta-se à discussão proposta, a visão de Weber (1993) sobre a especialização como tomada de consciência dos próprios indivíduos e das relações objetivas nas quais estão inseridos e com as quais baseiam suas ações. Não há uma ética pairando sobre suas cabeças, mas sim uma conduta a ser vivida e compreendida por cada indivíduo pertencente ao grupo profissional, que orientará suas ações pela consciência desse pertencimento.

A atividade profissional pode ser vista como fim único para a ação ou, por exemplo, como forma de conseguir bens materiais. Sua realização é, tipicamente, permeada pela ética (da responsabilidade ou dos fins). A ética é relacionada ao estabelecimento de deveres e o exercício da própria profissão pode ser visto como um dever, uma obrigação que se impõe pelo conteúdo da atividade.

A “ética dos fins últimos” guia a busca por alcançar objetivos sem que haja o cálculo dos meios utilizados pra sua consecução; a “ética da responsabilidade” ou o “paradoxo das conseqüências” refere-se à orientação do agente através da motivação para realizar ações, cujas conseqüências são racionalmente calculadas³⁷. Essa discussão entre a ética dos fins e a ética da responsabilidade, baseada na previsão das conseqüências de uma conduta, relaciona-se à objetividade científica, que apesar da defesa da neutralidade, não está livre dos ideais do cientista, o que acaba por introduzir uma certa dose do primeiro tipo de ética numa atividade cuja orientação mais importante seria pela ética da responsabilidade.

Toda a abordagem weberiana insere-se num quadro de divisão social do trabalho como forma de organização das diferenças entre as esferas da vida social, o que

³⁶ A escolha da profissão e a trajetória correspondente são determinadas pelo valor dado à educação (WEBER: 2004 b).

³⁷ Com relação à visão de ética de Weber, cabe ressaltar que não há aproximação com o pragmatismo, que identifica a verdade com o contexto mais interessante para validar suas ações; não há escolha por alguma ética, de acordo com o contexto que se vive. Há uma ética que se adota nas ações que se empreende.

proporciona relações sociais diversas. O grupo profissional visto como modelo de estamento, portanto, compreende o compartilhar do mesmo status e a adoção de um estilo de vida próprio, cuja conduta é permeada pela ética da responsabilidade, mas não é orientado exclusivamente por ela.

O campo científico, no qual a Sociologia se insere, é um campo social onde residem relações de forças e monopólios, lutas e estratégias, interesses e lucros (luta concorrencial pelo monopólio da autoridade científica legítima). O valor distintivo neste campo consolida-se através da construção de um nome, baseado em sua originalidade científica e na qualidade do trabalho, ao mesmo tempo em que seu reconhecimento relaciona-se com o prestígio que seu objeto de estudo possui na hierarquia próprio do campo (BOURDIEU; 1994: 132).

“Não há escolha científica – (...) – que não seja uma estratégia política de investimento objetivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares – concorrentes” (BOURDIEU: 1994: 126-127).

Outro autor que ajuda a analisar a questão da ética das profissões é Freidson (1998) que afirma ser o profissionalismo determinado por vários elementos, entre os quais a relação profissional e cliente, as atividades associativas e o papel do conhecimento. A organização social das profissões gera compromissos que estão relacionados ao grau em que a dominação e o monopólio realizam-se. Esses compromissos são tão mais respeitados pelos integrantes de uma profissão quanto maior o grau de organização e de reconhecimento que essa profissão possui na sociedade, e quanto mais delimitadas são as fronteiras jurisdicionais.

Esses compromissos estão também fortemente relacionados à segurança na carreira, ou seja, baseiam-se nas reais possibilidades que o profissional possui de melhorar sua posição na hierarquia da ocupação³⁸.

³⁸ Boltanski (1987), autor a ser tratado a seguir, também discute as possibilidades de melhorias nas trajetórias profissionais como ponto importante para o fortalecimento do grupo profissional, pela ação dos indivíduos.

“A educação vocacional superior não apenas introduz ‘conhecimento’ nas cabeças das pessoas, mas também constrói expectativas e compromissos que não são facilmente dominados pela racionalização política ou administrativa. Constrõem-se identidades ocupacionais especializadas e organizadas” (FREIDSON: 1998: 138).

A discussão da ética, sob o ponto de vista profissional, apresenta-se importante para entender o projeto profissionalizante, com a disputa por controle de espaço no mercado de trabalho, associado a um sistema de recompensas econômicas e sociais (LARSON: 1977); a ética, como elemento fundamental para a definição do equilíbrio das ações, estaria presente na elaboração das estratégias para a execução deste projeto, de forma coletiva.

2.4. Estilo de Vida e construção de identidades coletivas.

Cada profissão possui uma socialização cognitiva própria, controle, autonomia, critérios de entrada e saída, estratégias de definição e proteção de fronteiras jurisdicionais, entre outros fatores demonstrados na literatura clássica das profissões. Apesar da importância que esse estudo atribui ao aparato teórico da Sociologia das Profissões, deter-se aos seus elementos somente não daria conta de um universo tão rico de elementos simbólicos. Dessa maneira, dividir-se-á a análise a seguir em duas partes. Uma dedicada ao eixo teórico de Bourdieu e outra dedicada ao estudo dos “cadres” realizado por Boltanski e tão importante, tanto teoricamente quanto metodologicamente, para a compreensão dos sociólogos.

2.4.1. Bourdieu e o capital cultural nos grupos profissionais.

“A Sociologia da Ciência só é tão difícil porque o sociólogo está em jogo no jogo que ele pretende descrever; ele só poderá objetivar o que está em jogo e as estratégias correspondentes se tomar por objeto não somente as estratégias de seus adversários científicos, mas o jogo enquanto tal, que comanda também suas próprias estratégias, ameaçando governar subterraneamente sua Sociologia, e sua Sociologia da Sociologia” (BOURDIEU: 1994: 155).

Bourdieu (1994) possui uma perspectiva que se pretende seguir ao longo desse trabalho, qual seja sua abordagem praxiológica, em que articula dialeticamente ator social e estrutura social, abordagem que se assemelha a de Weber, e que vai fundamentar o entendimento das bases de ação individual no interior de um estamento específico.

Enquanto, como pôde ser visto, Weber observa o mundo objetivo como resultado de uma rede de intersubjetividade, ou seja, de ações dirigidas para o “outro” e que adquirem significado, pois o “outro” compartilha o mesmo mundo social, Bourdieu supera tanto essa perspectiva fenomenológica, apesar de se aproximar, e supera totalmente o objetivismo durkheimiano, introduzindo as relações de interação e de poder, ponto central para a abordagem proposta nesta pesquisa.

A mediação entre agente social e sociedade faz-se por meio do *habitus*:

“(…) sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio que gera e estrutura as práticas e as representações que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem que por isso sejam o produto de obediência de regras, objetivamente adaptadas a um fim, sem que se tenha necessidade da projeção consciente deste fim ou do domínio das operações para atingí-lo, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação organizadora de um maestro” (BOURDIEU: 1994: 15).

O *habitus* sustenta-se por esquemas de classificação engendrados objetivamente na realidade social e que estruturam as escolhas dos agentes. A interiorização do *habitus*

acontece de acordo com as posições sociais desfrutadas pelos indivíduos. É uma importante noção para se entender um estilo de vida que vincula práticas e bens. É um sistema de preferências, de visão e de divisão de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada; poder-se-ia dizer que o *habitus* é constituído por “improvisações reguladas”. No entanto, o estilo individual está relacionado a um contexto histórico e de grupo específicos, ponto que deverá ser visto no caso dos sociólogos.

Outro conceito bastante importante do mesmo autor é o de campo, como espaço em que as posições dos agentes estão fixadas e onde se realizam as lutas entre esses agentes em torno de interesses específicos. São manifestas, no campo, relações de poder baseadas numa distribuição desigual de “capital social”. Dentro do campo distinguem-se a ortodoxia (dominantes) e a heterodoxia (dominados) que, embora em posições antagônicas, participam dos mesmos pressupostos de manutenção do campo e de sua ordenação. O campo é espaço de lutas e os agentes que fazem parte dos campos disputam internamente e externamente a possibilidade de dirigirem os vários capitais a partir de disposições sociais incorporadas, que constituem o *habitus*.

Campo social é definido como “*espaço multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes*” (BOURDIEU: 2005: p.135).

O campo profissional é lugar de concorrência pelo monopólio de dizer alguma coisa, onde se defrontam agentes investidos de competência técnica e social, consistindo na capacidade reconhecida de exercer alguma atividade.

“A elaboração de um corpo de regras e de procedimentos com pretensão universal é produto de uma divisão do trabalho que resulta da lógica espontânea da concorrência entre diferentes formas de competência ao mesmo tempo antagonistas e complementares que funcionam como outras tantas espécies de capital específico e que estão associadas a posições diferentes no campo” (BOURDIEU: 2005: 216-217).

As estratégias de ação dos agentes dependem de sua posição no campo, no caso dos sociólogos, essas estratégias são baseadas no capital científico e no poder conferido por ele na produção e circulação científicas sobre os lucros produzidos. As estratégias

de conservação são estabelecidas pelos dominantes e as estratégias de sucessão são realizadas pelos novatos, que almejam um lugar de destaque no grupo; existem ainda as estratégias que objetivam a transformação dos grupos, as denominadas estratégias de subversão. Todos esses tipos de estratégias determinam a dinâmica do grupo.

“A Sociologia oficial visa não a se realizar enquanto ciência, mas a realizar a imagem social da ciência que a Sociologia oficial da ciência, espécie de instância jurídica que a comunidade dos sociólogos oficiais se atribui, tem por função fornecer-lhe, ao preço de uma reinterpretação positivista da prática científica das Ciências da Natureza” (BOURDIEU, 1994: 149).

As análises relativas a grupos específicos de “especialistas da produção simbólica” permitiram situar o ato de criação individual no âmbito de um campo ou de um mercado particulares (BOURDIEU: 2005). A identidade social está relacionada à capacidade de poder impor uma visão de mundo social através de princípios próprios, objetivo esse fundamental entre as profissões.

“... as classificações objetivas incorporadas ou objetivadas, por vezes em forma de instituição e a relação prática, ‘atuada’ ou representada, com essas classificações e, em particular, as estratégias individuais coletivas pelas quais os agentes procuram pô-las ao serviço dos seus interesses, materiais ou simbólicos, ou conservá-las e transformá-las; as relações de forças objetivas, materiais e simbólicas, e os esquemas práticos graças aos quais os agentes classificam os outros agentes e apreciam a sua posição nestas relações objetivas e, simultaneamente, as estratégias simbólicas de apresentação e de representação de si que eles opõem às classificações e às representações que os outros lhes impõem” (BOURDIEU: 2005: 122-123).

Segundo Bourdieu (2005), as profissões são grupos que se caracterizam pela forma diferenciada de apropriação e mobilização de um tipo de capital, o cultural, considerado como princípio de hierarquização oposto, mas também integrado ao capital econômico e social e elemento produtor de diferenciação e distinção. O capital cultural é definido pelo conhecimento, relação social que inclui saber, nome da profissão, representação e disposições dos agentes. Os grupos profissionais são, portanto, produto

de um trabalho social de instituição, realizado também por eles mesmos num quadro de luta social pela dominação.

Sua existência social é estabelecida quando há uma representação externa deste grupo, pela sociedade em geral, ou seja, quando a necessidade criada pelo grupo profissional é reconhecida pelos demais agentes sociais.

Para esse objetivo concretizar-se, é preciso adotar um sistema regado em que a linguagem específica é expressão e é estruturada em códigos próprios. É uma incorporação de códigos pela socialização, em que as práticas são incorporadas como etapas da constituição do *habitus*. Este é um ponto importante na teoria de Bourdieu e que está presente em quase todos os autores tratados até aqui: a socialização é incorporação de códigos, sejam esses relacionados à linguagem, à prática profissional ou mesmo ao estilo de vida que cada agente passará a adotar, por fazer parte e se sentir parte de determinado grupo.

A linguagem específica é um meio de diferenciação entre leigos e profissionais e uma “tradução”, em termos específicos ao campo profissional, da realidade social. Bourdieu fornece ao estudo das profissões enquanto grupos sociais muitas contribuições ao identificar várias espécies de capitais interagindo por meio de agentes em constante luta no interior dos diversos campos. As várias formas de capital cultural, como princípios de hierarquização, concorrem pela proximidade do capital dominante, na linha classificatória da sociedade. Para o autor, o elemento definidor das profissões é o capital cultural, construído pelo saber monopolizado e certificado, mas também pela posição do grupo, sua representação, as disposições dos agentes. Os grupos profissionais são construídos a partir de sua instituição no interior de relações de dominação e também da distinção simbólica atribuída ao nível das representações que constroem visões de mundo específicas. A seguir, encontra-se a transcrição de um trecho de uma obra de Bourdieu que reforça a idéia de socialização realizada em grupos profissionais, interiorizando certos modos de vida:

“O princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como ‘escolhas’ da ‘vocação’, e muitas vezes consideradas efeitos da ‘tomada de consciência’, não é outra coisa senão o habitus, sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação do futuro objetivo e das

*esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas”.*³⁹

Dessa forma, Bourdieu contribui para a análise dos sociólogos, enquanto indivíduos inseridos em um sistema de hierarquização, em que existem dominantes e dominados e mesmo no interior do grupo, essa configuração de estratificação é encontrada. A socialização é uma realidade objetiva de interiorização de disposições determinadas, específicas quanto à área de formação. Contudo, cada profissional é concebido não só pela sua formação, mas também por suas relações próprias, por sua experiência, seus laços afetivos, entre outros fatores importantes. A distinção entre os grupos profissionais vai mais além do simples treinamento desses agentes, encontrando disposições em estilos de vida, linguagem, relações de proximidade, entre outros elementos.

Sendo assim, os sociólogos também parecem possuir um estilo de vida determinado, mas que não os distinguiria propriamente enquanto tais na sociedade, no mais das vezes, talvez, apareceriam como intelectuais, mas não como sociólogos. Parece não haver construção, por parte desses profissionais, da necessidade social de seus serviços, o que dificultaria a própria construção da identidade profissional.

“O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, móvel, vestimentas, linguagem ou héxis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo que se entrega diretamente à intuição e que a análise destrói ao recortá-lo em universos separados” (BOURDIEU: 1994: 83-84).

O estilo de vida também se define pela trajetória social; no entanto, Bourdieu enfatiza a importância do capital cultural e escolar, muito mais do que o econômico, nas escolhas e gostos. É esse ponto que será verificado entre os sociólogos entrevistados.

³⁹ BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.201-202.

2.4.2. Boltanski e “Les cadres” ou as dificuldades do processo de construção das identidades coletivas.

Boltanski (1987) pesquisou os *cadres*, categoria social francesa composta de gestores em diversos níveis e áreas, com cargos diferentes no interior de um grupo bastante heterogêneo. Seu estudo demonstra como, ao longo dos anos, a configuração deste grupo modificou-se, com novas estratégias de distinção e de representação social, gerando, por meio da institucionalização, maneiras de agir e de estar – formas de distinção – que permitem a integração legal na ordem “natural” das coisas. Sua principal contribuição para a pesquisa sobre a identidade profissional dos sociólogos é reconhecer o processo de organização, de entrada e saída de membros do grupo, como definidor de seus limites de atuação. A identificação de um indivíduo com o grupo será baseada na proximidade com o pólo de atração do grupo, determinado pela descrição de sua atividade.

A existência social é possível para aqueles indivíduos cujas posições objetivas estão em relação às estruturas circunscritas, em coincidência com os pontos institucionalizados e representados do espaço social. Para se entender o grupo social é preciso compreender como cada profissional entende o grupo e como se vê no interior da estrutura. O estudo dos “cadres” permite compreender a maneira pela qual os grupos sociais são formados, como ou por que seus membros aproximam-se, estabelecendo relações que vão além das estritamente profissionais, também mostrando como o reconhecimento social se constrói a partir dessas relações internas.

Os “cadres” surgem num momento de distinção e união: para garantir seus interesses, contra o “ataque” dos trabalhadores, gerentes, supervisores e executivos distinguiram-se dos empregados; mas também a necessidade de agir contra a classe trabalhadora exigiu uma modernização coletiva e uma unificação simbólica da “classe média” ao redor do costume tradicional do “patrimônio”, o único símbolo inicialmente disponível de integração.

Em uma sociedade baseada na meritocracia não poderia existir uma distância tão acentuada entre uma competência baseada em anos de estudo e um retorno em prestígio social e econômico tão baixo. De acordo com essa afirmativa, pode-se analisar por que a imagem do grupo profissional era formada por uma elite de engenheiros, com origem na burguesia alta e ao mesmo tempo surgiam os engenheiros industriais, de origem mediana e guiados pelo ideal meritocrático.

O diploma passa a ser um elemento de distinção. Os “cadres” surgem como um grupo desorganizado, ambíguo, relacionado ao grupo dos engenheiros, como um contraponto negativo (quem não era engenheiro, fazia parte dos “cadres”). Já os engenheiros compõem um grupo reconhecido e lideram a vida social; seus valores são universalmente aceitos e a identidade social dos próprios engenheiros e dos “cadres” inferiores é moldada pelos engenheiros, que possuem reconhecimento em seu papel social. Uma das propriedades do “campo” é o grau em que esse sistema de títulos e posições é unificado, estandardizado e institucionalizado (BOLTANSKI: 1987: 228).

“The engineers became the core element around which a number of other social groups organized” (BOLTANSKI: op. cit.: 79).

Os “cadres” tiveram no capital social importante apoio quando houve o aumento do número de profissionais com este título, ocorrendo uma competição pelas promoções e a busca pelo crescimento das carreiras. As relações sociais não foram somente meio útil para conseguir um emprego, nessas circunstâncias, mas um investimento, de contatos que poderiam vir a fornecer uma legitimidade, mantida por relações de prestação e contraprestação.

O grupo é composto pelos considerados “autênticos”, que possuem todos os atributos de determinado “modelo de existência social”, e pelos indivíduos ambíguos, que giram em torno dessas identidades autênticas, o que proporciona dificuldade de se sentir como membro do grupo. Essa distinção também está relacionada àquela analisada por Bourdieu entre ortodoxia e heterodoxia⁴⁰.

A divisão do trabalho não é construída somente em termos técnicos, mas como fato social mediado por sistemas simbólicos que fornecem representações de classe e de grupo. Ocorrem conflitos entre os vários atributos objetivos dos atores e as estratégias que esses indivíduos adotam. As aptidões tecnológicas são utilizadas como “estratégias de distinção social”. Dessa maneira, o grupo social não pode ser definido a priori, pois o que há é um constante processo social de formação que não deve ser deixado de lado no momento da investigação.

Boltanski analisa a reconstrução dos “cadres” afastando-se da idéia já existente, realizando uma análise mais profunda e também levando sempre em consideração que

⁴⁰ Essa distinção encontra-se na pág. 45.

esse grupo social é produto de uma prática e seu próprio processo simbólico de definição faz-se importante para o entendimento.

O período de aumento da importância dos “cadres”, na década de 1960, é caracterizado pelo valor social atribuído à técnica, à democratização da educação e à eliminação gradual da distinção entre trabalhadores manuais e intelectuais, e esses elementos são defendidos pelo grupo. Uma autêntica existência social é possível somente para aqueles grupos cujas posições objetivas estão em conformidade com as estruturas circunscritas, coincidindo com pontos institucionalizados e representados do espaço social.

Boltanski, portanto, é um autor importante para o estudo dos sociólogos e de sua identidade, pois estuda a dificuldade no estabelecimento das identidades coletivas, segundo um processo de lutas e de conquistas, instáveis ao longo da história. Essa característica parece ser importante para estudar os sociólogos, dada à dificuldade encontrada na pesquisa realizada por Bonelli (1994), em suas entrevistas com os sociólogos de São Paulo no início da década de 1990 e propriamente pelo conhecimento prévio da estrutura do campo profissional, do qual a presente autora faz parte. Também a relevância dada ao contexto social no qual os profissionais desenvolvem suas competências, as estratégias elaboradas, as condições objetivas que interferem nessa elaboração são pontos a serem constantemente requeridos como fundamento da análise dos sociólogos e de sua identidade. Porém, acima de todos esses pontos levantados, merece destaque a importância que Boltanski (1987) confere ao trabalho dos membros do grupo para fazerem mostrar a sociedade que existem e que merecem/precisam existir.

Tanto Bourdieu (2005) como Boltanski (1987) tratam as profissões como grupos heterogêneos e como espaço de hierarquias, em que os conflitos se dão por meio da capacidade de se criar diferenciações sociais concretas a partir do simbólico.

Todos esses trabalhos até aqui discutidos serão fundamentais como base teórica para lidar com o grupo profissional dos sociólogos.

2.5. Metodologia.

2.5.1. Introdução.

De acordo com as bases teóricas detalhadas acima, estudar-se-á o grupo profissional dos sociólogos no contexto do mercado de trabalho e das relações de poder. Questiona-se, principalmente, a construção de uma identidade profissional desse grupo, segundo as diferentes atividades exercidas na área da Sociologia e, mais detidamente, se há um projeto coletivo de profissionalização, de acordo com a teoria de Larson (1977).

O estudo faz referência a dados quantitativos bastante importantes para a compreensão do quadro de formação e atuação dos profissionais em questão, mas são as entrevistas em profundidade que baseiam a verificação das especificidades encontradas no projeto de profissionalização dos sociólogos (LARSON: 1977), como já mencionado anteriormente. Informações sobre trajetória escolar, construção de carreira e visão a respeito do mercado de trabalho são importantes para entender a profissão enquanto coletividade⁴¹.

2.5.2. Aparato metodológico de referência.

O processo de construção da identidade profissional e do reconhecimento social das práticas adotadas por determinado grupo é elemento constitutivo das relações dominantes em uma sociedade. Seu estudo é relevante enquanto instrumento de compreensão das práticas inseridas em relações predominantemente de poder e de dominação (WEBER: 2004a).

Como referência para o presente estudo, adota-se Bonelli (1995) e sua pesquisa sobre cientistas sociais no início da década de 1990 em São Paulo, com formação acadêmica nas décadas de 1970 e 1980, como ponto de partida para o estudo.

Até a década de 1970, o caminho “natural” da profissionalização do cientista social era o estabelecimento de ensino superior⁴², a contratação pelo setor público. Essa

⁴¹ Na verdade, a maioria dos estudos na área da sociologia das profissões utiliza entrevistas como instrumento de coleta de dados mais importante.

⁴² Profissão acadêmica como identitária no campo da Sociologia. Ver SCHWARTZMAN & BALBACHEVSKY. **A Profissão acadêmica no Brasil**. São Paulo: NUNESP/USP, 1992.

situação foi alterada ao longo dos anos, passando a existir uma diversificação das áreas de atuação profissional, coincidindo com a necessidade de busca por novas ocupações.

Diante desse quadro, em sua tese de Doutorado, Bonelli constrói a idéia de “palco”, relacionada ao campo de atuação profissional e aos agentes que trabalham com Sociologia propriamente e a noção de “audiência”, composta por indivíduos que também possuem formação na área, mas que se declaram atuando em outros empregos, afastados da prática da profissão. Essa tipologia é baseada em sentimentos de pertencimento de cada indivíduo em relação ao grupo profissional, que nesse caso dos sociólogos tem como ponto de referência o campo acadêmico.

A autora discorda da visão dicotômica que descreve o campo das Ciências Sociais como dividido entre mercado e *intelligentsia*, ou seja, entre prática e teoria. Sua posição teórico-metodológica demonstra que há uma relação entre os membros dessa profissão que permite a conformação do grupo profissional, sem separações rígidas e é exatamente essa relação entre os indivíduos que estão atuando na profissão e os que dela declaram estarem afastados que configura o grupo profissional.

A análise da autora sobre a Associação Profissional de Sociólogos do Estado de São Paulo, na década de 1990 (BONELLI: 1994), em que foram entrevistados sociólogos de origens acadêmicas diversificadas, mas que faziam parte da associação servirá de importante parâmetro para a realização da pesquisa proposta, pois uma das fontes de entrevistados da presente pesquisa é a APSEJ (Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro). Este dado ressaltado é importante para se compreender em que ponto a profissão é organizada e estruturada em padrões reconhecidos pela totalidade de seus membros (PARSONS:1968; MERTON: 1982).

Agrega-se à metodologia proposta a análise de Freidson (1996) que parte dos agentes para entender o papel do saber no mundo. No interior de cada categoria profissional são destacados três agentes diferenciados por suas relações com o saber, seja de acesso ou controle do mesmo: pesquisadores/professores; técnicos e administradores. A classe de conhecimento controla o saber produzido e é fonte de manutenção da profissão; a classe administrativa possui mesma formação, mas ocupam cargos de gerência ou administrativos, com objetivos diferenciados da primeira categoria, ou seja, de controle das atividades de seus pares.

Sua metodologia de análise é fundamentada na abordagem das profissões enquanto grupos sociais, classificando-as quanto à origem, tipo e grau de organização,

além do por que e da maneira pela qual sua existência e sua organização são desenvolvidas e as conseqüências dessa organização para a divisão do trabalho.

Descreve um princípio de estratificação no interior do próprio grupo profissional, cujas divisões são fonte de tensões e conflitos entre os pares, pois as diferenças de tarefas são diferenças de poder, o que fomenta a configuração de hierarquias. Essa perspectiva será importante para basear a análise das diferentes trajetórias profissionais desenvolvidas pelos sociólogos em questão⁴³.

Apesar da aparente construção estanque e de caráter permanente da identidade profissional, sua configuração está em constante mudança, pois os interesses mudam, as percepções de mundo também e seus quadros estão em constante transformação, pela entrada de novos membros, ocorrendo um encontro de gerações, de gênero e de ocupações no interior desse campo profissional mais amplo.

De acordo com essa afirmação, a pesquisa dos sociólogos da cidade do Rio de Janeiro, sua morfologia enquanto grupo e sua visão da própria atuação são importantes para compreender a formação dos grupos, a disputa de poder e o reconhecimento de uma profissão em desenvolvimento constante, que vai mais além das linhas legais.

2.5.4. Amostra da pesquisa.

Dessa forma, foram realizadas entrevistas com sociólogos de formação em Ciências Sociais, com diploma prescrito por instituições de Ensino Superior da cidade do Rio de Janeiro (tabela 2.5.4.1). Partindo-se desse critério, estabeleceu-se para a escolha dos entrevistados a área de atuação, tentando alcançar um grupo heterogêneo quanto à atividade profissional. Diante desses dois critérios, leva-se em consideração os anos⁴⁴ em que atuam no mercado de trabalho, dividindo-se em faixas de até 5 anos; de 5 a 15 anos e de 15 anos ou mais, como ponto de referência para analisar o grau em que esse pertencimento e comprometimento com a profissão realiza-se.

⁴³ “... uma profissão se faz fazendo. Ela é resultado dos contrastes e das identidades que surgem do seu fazer, das posições conquistadas nessas disputas e daquelas perdidas para outros concorrentes” (BONELLI: 1995).

⁴⁴ Confere-se ao tempo de atuação no campo profissional uma importância particular como elemento na construção da identidade profissional do sociólogo, enquanto participante de uma coletividade.

Tabela 2.5.4.1 Instituições de Ensino Superior que possuem cursos de graduação e pós-graduação em Sociologia na cidade do Rio de Janeiro, concomitantemente.

| | |
|------|---------------------------|
| UFRJ | Graduação e Pós-graduação |
| UERJ | Graduação e Pós-graduação |
| PUC | Graduação e Mestrado |

Fonte: MEC/INEP/DEAS/2003.

Diante deste quadro, a amostra foi construída com 18 sociólogos, sendo que 12 são formados na graduação de Ciências Sociais pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro e 6 pela graduação oferecida na UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A não inclusão dos formados pela PUC foi uma escolha em analisar a identidade dos profissionais com formação em instituições públicas, para que se possa empreender uma comparação entre os programas e ementas de curso de ambas as instituições (UFRJ e UERJ). As entrevistas foram realizadas de forma individual, no segundo semestre de 2006.

Além da origem acadêmica, os profissionais foram selecionados por sua área de atuação: academia (universidades ou faculdades públicas e privadas), consultorias de pesquisa, empresas privadas, magistério (ensino médio), organizações não-governamentais e assessoria política ou funcionalismo público (tabela 2.5.4.2). É necessário ressaltar que, muitas vezes, os sociólogos entrevistados estão inseridos em mais de uma atividade aqui detalhada. No entanto, esse quadro é construído para um melhor desenho da amostra, utilizando como critério a atividade principal que compõe mais fortemente a renda.

Tabela 2.5.4.2 Quadro dos sociólogos entrevistados, segundo o ramo de atuação e a instituição de sua formação.

| Ramos de atuação profissional | UFRJ | UERJ |
|---|------|------|
| Academia | 3* | 1* |
| Consultorias de Pesquisa | 3 | 0 |
| Empresas Privadas | 1 | 1 |
| Ensino Médio | 4 | 2 |
| Ongs | 1* | 1 |
| Assessoria Política/funcionalismo público | 0 | 1 |

*Refere-se aos participantes da APSERJ (Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro).

Ter como ponto de partida a graduação em Ciências Sociais permitiu começar por um critério mais abrangente. Posteriormente, para delimitar um pouco mais a amostra, optou-se por entrevistar profissionais de formação acadêmica em universidades públicas. A não inclusão de alunos provenientes da PUC (Pontifícia Universidade Católica, universidade particular) deve-se ao fato de se querer comparar profissionais com formação em universidades igualmente públicas, delimitando a amostra, inclusive quanto à origem social. Finalmente, a área de atuação profissional foi outro critério de filtragem, como também os anos em que cada profissional está inserido no mercado de trabalho, seguindo faixas de tempo (até cinco anos; de 5 a 15 anos e mais de 15 anos).

Desta forma, segundo os critérios explicitados acima, desenhou-se a amostra de sociólogos atuantes no mercado de trabalho. A pesquisa teve como base três eixos principais: a formação acadêmica, responsável pela base de conhecimento e treinamento que cada profissional possui (FREIDSON: 1998); a experiência profissional, momento no qual a teoria e a prática aliam-se (PARSONS: 1968) e por fim, o estilo de vida próprio de cada profissional que explicita a identidade relacionada ao grupo ao qual pertence (BOURDIEU: 2005; BOLTANSKI: 1987).

2.5.3. Questões Principais do Estudo.

- Partindo-se da afirmação de que a matriz da identidade é relacional e formada por expectativas, ou seja, uma identidade existe somente porque há outras opostas a ela e relacionadas a ela, entre os próprios atores constituintes do grupo profissional, em que medida há uma negociação entre sociedade e grupo profissional na busca pela legitimação e pelo reconhecimento social? Quais as ações dos sociólogos para serem reconhecidos, terem mais espaço na sociedade?
- Há realmente a formação de um *ethos* profissional específico dos sociólogos, a partir de disputas por campos de conhecimento e de trabalho? Quem são esses profissionais, como atuam e, mais especificamente, qual discurso elaboram a respeito de sua atuação profissional?
- Até que ponto a participação de indivíduos em um estilo de vida, nesse caso o referente ao plano profissional, implica uma adesão que seja significativa para a

demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais (VELHO: 1994)? Há de fato a delimitação de práticas próprias, distintivas e percebidas como tais pelo grupo?

2.5.4. Estruturação da Entrevista.

Elaborou-se um roteiro de entrevista (ANEXO IV) de maneira que fossem abordadas as questões que norteiam essa pesquisa, que se referiam a:

- Dados sócio-econômicos (idade, sexo e renda), assim como informações referentes à escolaridade dos pais.
- Dados sobre a formação acadêmica, a avaliação do curso e sua própria escolha no momento de ingresso.
- Dados sobre a experiência profissional, a inserção e avaliação do mercado de trabalho dos sociólogos.
- Dados sobre gostos e estilo de vida (preferências musicais, literárias, lazer, viagens, entre outros itens).

Capítulo III – Análise de resultados.

3.1. Introdução.

Neste capítulo serão analisadas as entrevistas com os 18 sociólogos que compõem a amostra. A compreensão de seus discursos preservará suas identidades pessoais, levando-se em consideração apenas sua posição na sociedade e no interior do grupo profissional. O sigilo nominal será mantido.

Antes de se iniciar com a análise propriamente dita, será construído, como aparato teórico metodológico, o tipo ideal de profissional da Sociologia, baseado nas próprias características apontadas pelos entrevistados. Enquanto ações mais racionalizadas, portanto, mais previsíveis, o sociólogo pode construir uma ferramenta de análise, o “modelo” dessa conduta, para a partir dele interpretar outras conexões de sentido, mesmo que essas condutas sejam irracionalmente ou afetivamente condicionadas, o que as tornam desviantes do modelo. Esses modelos são os tipos puros ou ideais, que não são encontrados na realidade social, mas que, como instrumento de análise, são bastante importantes.

Esse tipo ideal de profissional servirá de fundamento para a compreensão da realidade empírica desse grupo, enquanto coletividade, porém através dos indivíduos que fornecem o significado das ações e das condutas, conforme explicitado na metodologia.

A análise, portanto, dividir-se-á pelas seguintes etapas: 1) informações socioeconômicas; 2) formação acadêmica; 3) experiência profissional; 4) gostos e estilo de vida e 5) compreensão do “fazer”, da atividade do sociólogo⁴⁵. Essas etapas de análise são fundamentadas na teoria apresentada anteriormente, explicitada principalmente nos conceitos de credenciamento, expertise e autonomia (FREIDSON: 1998); autoridade cultural (STARR: 1982); projeto de profissionalização (LARSON: 1977) e no que diz respeito à identidade, os aparatos teóricos de Bourdieu (2005) e Boltanski (1987).

⁴⁵ Essas etapas de análise são as mesmas encontradas no roteiro das entrevistas (ANEXO IV). Esta estrutura será a mesma adotada para a construção do tipo ideal proposto, a partir da representação que os sociólogos possuem de sua atividade profissional, que será subdividido em itens ao longo deste capítulo.

3.2. Tipo ideal de profissional.

Somente utilizar como critério definidor de pertencimento à profissão a aquisição do diploma universitário não é suficiente para se compreender a construção da identidade, no caso do presente estudo, o que faz do sociólogo um sociólogo, dito por seus pares e pela sociedade de forma geral.

A representação do grupo sobre seu trabalho, diante da sociedade, ganha força pela proliferação de cursos e faculdades, local legítimo do treinamento e do credenciamento dos profissionais (FREIDSON: 1998). Essa representação é construída baseando-se no ator coletivo definido pelo grupo, que detém o ideal de profissional. A partir desse modelo os profissionais atuam no mercado, como na vida social em sua dimensão mais abrangente, por meio de suas visões de mundo, mais ou menos próximos ao padrão de serviço definido (PARSONS: 1968).

O modelo de sociólogo construído nesse item, baseado nas entrevistas com profissionais que atuam em diferentes áreas da Sociologia, é relacionado à idéia de Weber (1992) de tipo ideal como meio de auxiliar a compreensão do mundo empírico, enquanto metodologia de pesquisa, não como definidor das percepções de mundo. Do ponto de vista heurístico é a busca pelas conexões causais, utilizando-se os tipos ideais, que se tornam uma alternativa interessante. O tipo ideal como instrumento de análise limita-se à racionalidade, à unilateralidade e ao caráter utópico. É utópico posto que não existe concretamente, sendo composto por traços essenciais da realidade. Ao longo da pesquisa, comparando com a realidade empírica, o tipo ideal ⁴⁶ conduz à percepção das características essenciais do controle estudado. Ou seja, iniciar-se-á com a exposição do conceito típico-ideal de sociólogo tal como ele é construído segundo a perspectiva dos presentes entrevistados.

⁴⁶ O tipo ideal de sociólogo proposto é construído a partir da representação que os sociólogos entrevistados possuem de seu trabalho, do que é relacionado ao seu status profissional e do que envolve, sensivelmente, sua prática. Essa escolha está baseada no conceito de socialização elaborado por Bourdieu (2005), que consiste em determinado grupo social, detentor de uma posição na sociedade, ser capaz de gerar práticas e comportamentos, pela incorporação de códigos, que serão partilhados por seus membros, definindo-se como *habitus*. Esse conceito de socialização também está relacionado àquele desenvolvido por Weber (2004 a) em que são ensinadas as maneiras para desempenhar os papéis, as formas de como partilhar com outrem determinadas significações, respondendo as suas expectativas, interiorizando normas, valores e sistemas de pensamento.

3.2.1. Construindo o profissional ideal: o que é e o que faz o sociólogo a partir da visão deles mesmos.

Estabelecendo como referência as entrevistas feitas com os sociólogos da amostra e a teoria proposta, iniciar-se-á a elaboração do tipo ideal de profissional da Sociologia, de acordo com as etapas assinaladas. Cada sociólogo possui características próprias e únicas, mas também tem a visão do que, de forma legitimada, é reconhecido como “profissional típico”⁴⁷.

Cabe observar que são muitas as visões de “bom profissional” (LARSON: 1977) entre os 18 sociólogos entrevistados, o que está relacionado à instituição em que se formou e à área profissional em que atua. No entanto, as características que mais aparecem serão levantadas a partir de agora.

A escolha do curso é um momento importante na construção do futuro profissional. A entrada no ensino superior, no curso de Ciências Sociais não parece ser, de forma geral entre os entrevistados, muito clara⁴⁸. Explicar-se-á melhor.

A entrada no curso é baseada em uma habilidade ou maior facilidade em lidar com as matérias da área de humanas, durante a formação escolar, e relacionando-se os cursos referentes a essa área, o de Ciências Sociais não é a primeira opção. Não há conhecimento prévio, pelo menos não tão aprofundado, sobre a formação como também a respeito da posterior participação no mercado de trabalho, por meio de uma atividade que não se sabe bem como se realiza.

“O curso (Ciências Sociais) não foi primeira opção. Prestei vestibular para História na UFF, onde meu irmão estudava Economia e ao mesmo tempo concorri ao curso de Ciências Sociais na UFRJ, para o primeiro semestre. Pretendia viajar por uns meses, mas como não pude, matriculei-me no curso. Gostei tanto que nem cheguei a fazer a inscrição na outra universidade. Fiquei no curso de Ciências Sociais”. (Antonio, Academia).

⁴⁷ Essa visão idealizada de “profissional típico” é baseada na socialização do grupo que produz certa equalização, fornecendo uma perspectiva comum, importante para a configuração da identidade profissional. “As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social” (BOURDIEU: 2005: 141).

⁴⁸ Essa escolha posterior ou segunda opção aparece não somente entre os entrevistados, mas também é relatada por eles como experiência recorrente entre seus colegas de curso, tanto na UERJ como na UFRJ.

“Fazia Museologia e tive disciplinas de Sociologia e Antropologia; gostei e prestei vestibular para Ciências Sociais. Acabei por concluir os dois cursos e optei por seguir à pós-graduação na área com que mais me identifiquei: Sociologia” (Joana, Empresa Privada).

Diante desse quadro de incerteza, como esses indivíduos chegam a prestar vestibular, possuindo como opção o curso de Ciências Sociais? Há um agente exterior presente, na maior parte das vezes um professor, e é este que lhes apresenta a oportunidade de ter uma formação geral bastante significativa (cultura geral também foi um termo utilizado pelos entrevistados). Dessa forma, é criada a expectativa que, em sua maioria, é mais do que satisfeita, em termos de aquisição de conhecimento e cultura geral. Formação para o trabalho, com obtenção de treinamento para disputa no mercado profissional não é uma preocupação, pelo menos dentre os sociólogos entrevistados, nesse primeiro momento de entrada e ambientação com o curso. Os indivíduos prosseguem a formação, investindo na procura por cursos extracurriculares, palestras e estágios, ligados principalmente à pesquisa (iniciação científica).

“Me dediquei 100% ao curso. Além das aulas na faculdade, também fazia cursos extras (sobre educação), como também palestras sobre temas que me interessavam. Buscava complemento para minha formação” (Ana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

“Optei por diversificar as opções de estágio. Além da bolsa de iniciação científica, estagiei em instituto de pesquisa de opinião, coordenando aplicação de questionários, e também em uma ONG. Essas oportunidades foram fundamentais para minha compreensão do que é pesquisa e de como é a realização do trabalho de sociólogo. Infelizmente, meus colegas não tiveram a mesma sorte que eu, de poder ter contato com tantos ambientes de trabalho diferentes” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

No que diz respeito à dedicação ao trabalho, são muitas as horas disponibilizadas em leituras, principalmente das últimas pesquisas na área pelos sociólogos entrevistados, já inseridos no mercado de trabalho. Esse empenho exaustivo, tido como um sacerdócio por muitos, é visto como o “ideal de serviço” (PARSONS: 1968), em

que o profissional se furtaria de parte da vida pessoal, de seu tempo para estar com a família muitas vezes, e de algum tipo de lazer, para aprimorar os estudos e aprofundar a pesquisa sociológica (o que chamam de “olhar”). Apesar dessa percepção de dedicação absoluta e exclusiva, é somente alcançada enquanto ideal; na realidade, conforme será visto mais adiante, as várias esferas da vida são desenvolvidas.

Essa dedicação, esse envolvimento com a formação permanente gera um sistema de recompensas, como bem dissertou a respeito Merton (1982). O interesse em estar permanentemente bem informado sobre o que acontece em seu meio profissional, como também aprimorando seus conhecimentos, não tem como explicação suficiente o simples bom exercício profissional. O que, verdadeiramente baseia essa postura são as recompensas, em diferentes níveis, que virão com esse domínio profissional (recompensa econômica e de prestígio social). Pode-se acrescentar a essa discussão a visão de Bourdieu (2005) sobre a posição que o profissional ocupa internamente ao grupo do qual faz parte. Para grupos que se organizam em torno do capital cultural certificado, como é o caso dos sociólogos, quanto mais capital cultural o indivíduo possuir, mais respeitabilidade e prestígio ganhará de seus pares, um maior retorno financeiro poderá ser alcançado e maior poderá ser o status atribuído a ele, dentro da profissão.

Como já mencionado, a dedicação total à profissão e ao seu aprimoramento⁴⁹ é somente alcançada enquanto ideal e essa visão é adotada por muitos dos entrevistados, cuja posição no conjunto da profissão é vista como inferior ou detentora de menos status, sensivelmente entre os professores de Sociologia no Ensino Médio:

“Sou professor de Ensino Médio e com muito orgulho. Não me considero menos sociólogo só porque não estou afiliado a algum projeto de pesquisa financiado pelo governo. Junto com meus alunos, em sala de aula, elaboro pesquisas, mesmo que pequenas, para que eles possam entender o que é de fato a Sociologia. É dessa maneira que a Sociologia passará a ser compreendida pelo todo da população, não por meia dúzia de intelectuais” (Mauro, Professor de Sociologia no Ensino Médio).

⁴⁹ Quando perguntados sobre o tempo médio em que se dedicavam aos estudos, todos os entrevistados afirmavam que não era o tempo ideal. Mas mesmo assim, a média de horas dedicadas aos estudos e leituras, chega a aproximadamente 20h semanais, sem contabilizar as horas dedicadas ao trabalho.

Esse sacerdócio, essa dedicação absoluta à tarefa profissional é acompanhada de uma formação acadêmica permanente, em que a pós-graduação torna-se, poder-se-ia afirmar, uma obrigação para quem quer seguir carreira na área de Sociologia. Faz-se necessário o domínio da teoria para conseguir alcançar uma compreensão maior da sociedade e de quem a compõe, esse seria o trabalho, por excelência, do sociólogo.

Nessa última frase, um tanto quanto geral e passível de ser destinada a outras profissões, está presente um ponto central da pesquisa: o que faz o sociólogo? Em termos funcionalistas, qual a função deste profissional na e para a sociedade? Os sociólogos em questão, no entanto, não compreendem a atividade que exercem em termos tão estanques e deterministas. Na maioria, acreditam realizar uma tarefa importante, qual seja, empreender um olhar sobre a sociedade, suas estruturas e relações, levantando questões para que os próprios cidadãos pensem e tracem estratégias de mudança.

Percebe-se com esta constatação que os sociólogos consideram sua atividade para além dos centros de pesquisa, do campo acadêmico ou da sala de aula. Acreditam ser, realmente, agentes questionadores, meios pelos quais a transformação do *status quo* pode ser conseguida.

“O sociólogo ‘real’ é aquele que atua além das portas de seu gabinete. É aquele que lança seu olhar particular sobre a realidade, elaborando discursos científicos e proativos, para que a sociedade possa pensar sua realidade” (Felipe, Consultor de pesquisa).

“Ser sociólogo é discutir a realidade, pesquisar (...) tentar entender as contradições da vida social (...) é denunciar as estruturas que impedem o desenvolvimento de uma vida amistosa entre todos” (João, Professor em Universidade Particular).

O profissional ideal, o sociólogo típico, está na Academia, dedicando-se à pesquisa e principalmente, à produção de conhecimento. Esta produção é um trabalho intelectual por excelência e quem não partilha dessa tarefa é tido como “menos sociólogo” ou mero “reprodutor da Sociologia”, ponto já levantado em um dos depoimentos. Cabe, portanto, a este sociólogo típico formar as futuras gerações de produtores, que seguirão esta mesma linha de atuação.

Sendo assim, para ter a possibilidade de seguir a “collective orientation” (MERTON: 1982) faz-se necessária a presença da família como financiadora da formação acadêmica que se apresenta tão longa⁵⁰. Todo o tempo é aplicado na construção da carreira, com dedicação plena ao treinamento⁵¹.

“Só pude prosseguir meus estudos, alcançar uma formação porque meus pais me deram apoio financeiro. Muitos de meus colegas não tiveram a mesma sorte” (Marcos, Consultor de pesquisa).

“Continuo morando com meus pais, ainda estou me inserindo no mercado de trabalho e não tenho condições de bancar uma casa sozinha com o que ganho” (Júlia, ONG).

Outro ponto a destacar é que não há qualquer tipo de filiação a associações profissionais ou sindicatos. O profissional ideal relaciona-se com seus pares que trabalham na mesma área ou na mesma instituição. Essa afirmação é encontrada também entre os sociólogos com algum tipo de filiação à organização profissional. Àqueles filiados a APSERJ⁵² apontam que a adesão ao órgão representativo é baixa e que a participação pode ser considerada bastante discreta. Entre os 18 sociólogos entrevistados, 9 não sabiam da existência da associação fluminense⁵³.

“Não me sinto mobilizado a fazer parte de uma associação profissional. Tenho orgulho da forma que escolhi para ganhar a vida, mas cada profissional pensa de uma maneira (...) querem coisas com as quais não concordo” (Mauro, Professor de Sociologia no Ensino Médio).

⁵⁰ Iniciando a formação acadêmica com a graduação, seguido os quatro anos para sua conclusão, ingressando sem interrupções no Mestrado, finalizado em dois anos e posterior ingresso imediato no Doutorado, completando-o em quatro anos, contabiliza-se um total de 10 (dez) anos de permanência nas instituições de treinamento.

⁵¹ 14 dos 18 sociólogos entrevistados apontam como fundamental a ajuda financeira recebida de seus pais durante a formação e inserção no mercado de trabalho.

⁵² Durante o período da pesquisa para a dissertação – 2005 a 2007 – verificou-se o conteúdo da discussão mantida pelos membros da APSERJ na internet, em torno principalmente, das seguintes questões: obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio e crítica quanto à criação de um Sindicato da categoria no Estado do Rio de Janeiro. Questões mais profundas a respeito da organização profissional, formação acadêmico-científica ou a atuação no mercado de trabalho pouco apareceram.

⁵³ Dentre os sociólogos entrevistados, 4 fazem parte da APSERJ e 3 de sindicatos de professores (de nível superior e médio).

“Não acredito em representatividade. O que existem são jogos de poder, política pura. Os sociólogos são desunidos, diferentemente do que acontece com médicos e advogados. Mas também não podemos nos culpar sozinhos por isso. A sociedade não sabe o que somos, a nossa função. Temos que mudar isso” (Paulo, Assessor Político).

De acordo com Durkheim (1977), as associações profissionais têm como função impor regras morais, promovendo a solidariedade orgânica. Através dessas associações, o grupo social fortalece-se e consegue com mais facilidade realizar sua função de promover uma perspectiva de vida ao indivíduo, papel social importante de integração da sociedade como um todo, por meio da regulamentação moral. No entanto, como pôde ser constatado nessa discussão, esse tipo de função, entre sociólogos não é cumprida e muito menos reconhecida pelos membros. Cada profissional sente-se fazendo parte de um grupo, mas não de um grupo fechado, altamente regulamentado; fazem parte de um grupo fluido, cujas regras são conhecidas no momento da formação e não mais fixadas por associações ou outro tipo de grupamento profissional ⁵⁴.

Finalmente, cabe indicar qual seria o estilo de vida do profissional típico. Sua renda não é considerada muito alta, mas em comparação com estratos de renda mais baixos e em maior número na sociedade, permite que seja mantido um estilo de vida confortável⁵⁵. Como já mencionado, o lazer é deixado de lado, muitas vezes, em nome do aprimoramento profissional. No entanto, algum tipo de ócio é necessário para que ocorra uma melhor ou mais eficiente produção no trabalho.

Quanto às preferências literárias, a de origem brasileira é a mais reconhecida, surgindo como ícone representativo, Machado de Assis e sua vasta obra. No que concerne à música, a clássica é a mais ouvida, sem que exista um conhecimento mais aprofundado, como acontece com a literatura citada. Todavia, se houvesse uma trilha sonora típica para compor o ambiente de trabalho do sociólogo, seja um gabinete, uma

⁵⁴ Esta questão não é adequada para ser levantada entre advogados, médicos, engenheiros ou fisioterapeutas, por exemplo, pois suas regras são conhecidas pelo grupo, estruturadas em códigos de ética conhecidos por seus membros e, em última instância, seu reconhecimento é condição essencial para o exercício profissional.

⁵⁵ Seis em cada dez estudantes de universidades públicas no Brasil pertenciam à camada mais rica da população. É o que mostrou um cruzamento feito, pela primeira vez, pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais divulgada em 2003. Segundo a pesquisa, 59,9% dos estudantes de instituições públicas de ensino superior têm renda familiar per capita que os coloca entre os 20% mais ricos da população. No outro extremo, a participação dos mais pobres nas universidades públicas é quase pífia. Os 20% mais pobres ocupam apenas 3,4% do total das vagas. De acordo com os dados da pesquisa, portanto, pode-se considerar que os sociólogos fazem parte da parcela da população mais rica do país.

sala de aula ou um escritório de empresa privada, seria definida por trechos de sinfonias de algum autor clássico de séculos atrás. A respeito de viagens, as que são realizadas por razões de trabalho aparecem em maior número e dentro do país.

“A gente mesmo faz uma idéia do que o sociólogo faz depois do trabalho. Será mesmo que deixa de ser sociólogo? Tipo deixa de ser intelectual? Ouviria funk? Iria à praia em dia de domingo? Não sei (...) os que conheço não fazem nada disso” (Joana, Empresa Privada).

O cinema é preferido com relação ao teatro, principalmente os filmes europeus. A programação da TV é restrita àquela oferecida pelos canais de assinatura (TV a cabo). Os passeios são sempre culturais, principalmente em visitas a museus, salas de concerto ou centros culturais. Praia ou prática de esportes não estão no roteiro do sociólogo típico descrito pelos entrevistados.

No que diz respeito à visão que possuem da política, o momento atual é de repensar e reavaliar a situação⁵⁶. No entanto, a coerência política é um item presente na ocasião da escolha do candidato.

“Não posso definir a qual corrente política faço parte porque o momento pelo qual passamos é de reavaliação. Não se tem definido nem princípios, nem maneiras de governar. Pensando bem, até fica claro para quem se governa: o mercado financeiro” (Fernanda, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

“Política e interesse privado estão misturados. Até pouco tempo pensava que havia uma parte dos políticos que não pensava assim. Hoje em dia acredito que me enganei (...) mas a esperança é a última que morre” (Luís, Empresa Privada).

A religião é apresentada como uma herança familiar e tal como a política, está em constante questionamento. Contudo, o que aparece de mais relevante é a compatibilidade entre seguir uma religião e adotar os princípios científicos em seu trabalho. Essa constatação é válida para todos os seguimentos da vida pessoal; a

⁵⁶ Vale ressaltar que as entrevistas foram feitas em um momento em que a chamada esquerda tradicional assumia novamente o poder, ocorrendo um questionamento de seus princípios em relação à prática e doutrina defendidas por essa corrente política, durante o exercício da governabilidade.

individualidade, as características de cada um não influenciam diretamente na elaboração e posterior conclusão do trabalho sociológico, mas com toda certeza (ponto levantado por todos os 18 sociólogos) a profissão de sociólogo, sua atividade é influência constante no modo de vida e na visão de mundo adotados cotidianamente.

“Fui criada na religião católica e acredito e sigo seus preceitos. Mas isso não influi na minha profissão, nas análises que faço e nem nas aulas que dou (...) Sei separar muito bem” (Ana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

“Meus colegas me perguntavam muito, durante a graduação, se ainda era evangélica, se continuava freqüentando os cultos (...) diziam que ainda não havia me desencantado com o mundo. Não considero a minha religião como dogma. Tento interpretá-la” (Aline, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

3.2.2. *Quadro explicativo.*

Acima foram apontadas as principais características mencionadas pelos sociólogos entrevistados, com relação ao “profissional típico”. Essa descrição não é uma verdade adotada e seguida por todos e nem deve ser interpretada dessa forma. O objetivo foi construir um modelo geral para compreender uma amostra heterogênea, e por isso mesmo considerada representativa do quadro de sociólogos da cidade do Rio de Janeiro. A seguir encontra-se o esquema que resume o que foi exposto anteriormente.

| Formação Acadêmica | Experiência Profissional |
|---|---|
| Pós-graduação como requisito básico | Dedicação ao trabalho enquanto “sacerdócio” |
| Disponibilização de muitas horas para o aprimoramento e atualização por meio de leituras de trabalhos recentes. | Academia: lugar de excelência do sociólogo. |
| Estágio em iniciação científica. | Produção de conhecimento, tarefa principal do sociólogo, juntamente com a pesquisa, a formação e treinamento dos próximos “produtores”. |
| Escolha sem muito conhecimento do curso (agente exterior) e surpresa positiva quanto ao curso, ultrapassando as expectativas. | |

| Gostos e Estilo de vida |
|--|
| Preferência Literária: literatura brasileira – Machado de Assis. /Gosto musical: música clássica. /Pouco lazer, quando há é dedicado a expressões culturais. |
| Viagens a trabalho, pelo país. /Cinema europeu. /Visão sobre a política em reavaliação. /Religião: herança familiar. /A profissão de sociólogo influencia fortemente a elaboração da visão de mundo do indivíduo, dele mesmo e dos demais, pois se considera um agente questionador. |

A partir de agora a análise tornar-se-á mais profunda. Seguindo os elementos destacados do aparato teórico proposto e o modelo ideal de profissional apresentado, verificar-se-á quem são os sociólogos que compõem o quadro geral de profissionais atuantes na área de Sociologia.

3.3. Entrevistas.

A amostra da presente pesquisa é composta por 18 sociólogos, com formação em Ciências Sociais, originados de duas instituições: UFRJ e UERJ, sendo que 12 da primeira e 6 da segunda. As conclusões dos cursos datam da metade dos anos 1990 até 2001⁵⁷. Portanto, se pode considerar que fazem parte da mesma geração e disputam vagas no mercado de trabalho. A identidade dos entrevistados será preservada, com a troca dos nomes, a divisão de idade em faixas etárias e a omissão do nome da organização ou instituição na qual o entrevistado trabalha.

O roteiro elaborado inclui perguntas a respeito da situação sócio econômica, da formação acadêmica, da experiência profissional e do estilo de vida. Esse roteiro baseia-se no aparato teórico e metodológico apresentado anteriormente, inserido na questão principal de pesquisa: se há uma identidade profissional própria dos sociólogos, enquanto projeto coletivo.

A realização das entrevistas ocorreu no segundo semestre de 2006, obtendo-se uma grande receptividade por parte dos sociólogos. Primeiramente, havia sempre uma expressão de surpresa quanto à escolha do objeto e a iniciativa era tida como bastante corajosa. Da “surpresa” inicial, passava-se para o próprio auto-questionamento sobre a conduta profissional, tanto de si mesmos como de seus pares. Muitos colocavam que

⁵⁷ Apenas um dos sociólogos concluiu seu curso na década de 1980 (João).

não paravam para pensar na profissão como um todo e em suas trajetórias em particular. E claro, como não podia deixar de ser, durante as entrevistas havia sempre o uso de uma categoria sociológica ou mesmo o questionamento sobre algum item a ser perguntado. Sociólogo, como objeto de pesquisa, realmente é bastante peculiar.

3.3.1. Perfil dos Sociólogos provenientes da UFRJ.

| Nome | Cor * | Faixa Etária (Anos) | Escola rid. Entrv. | Área em que atua | Escolaridade Mãe | Escolaridade Pai | Faixa de Renda (R\$) |
|----------|-------|---------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|----------------------|
| João | P | + de 35 | Mest. | Academia | Ens. Sup. | Ens.Méd | + de 4000 |
| Joyce | A | + de 35 | Mest. | Prof. E.M. | Ens Fun Incomp. | Ens. Méd | 3000-4000 |
| Juliana | B | 25-30 | Mest ** | Prof.E.M | Ens. Sup. | Ens. Méd | 1000-2000 |
| Antonio | B | 30-35 | Dout. | Academia | Ens. Méd. | Ens. Sup. | + de 4000 |
| Patrícia | B | 30-35 | Mest. | Academia | Mestrado | Ens. Sup. | 2000-3000 |
| Aline | N | 25-30 | Grad. | Prof.E.M. | Ens. Fund. | Ens. Fund. | Até 1000 |
| Marcos | B | 30-35 | Mest. | Cons.Pesq | Ens. Méd. | Ens. Méd***. | 2000-3000 |
| Luís | P | 35-40 | Mest. | Emp. Priv. | Ens. Fund. | Ens. Méd. | 2000-3000 |
| Leandro | B | 30-35 | Mest. | Cons.Pesq | Ens. Méd | Ens. Méd. | 2000-3000 |
| Julia | B | 25-30 | Grad. | ONG | Ens.FundI ncomp. | Ens Fund. | 1000-2000 |
| Flavia | P | 25-30 | Grad. | Prof. E.M. | Ens. Fund. | Ens. Méd. | Até 1000 |
| Felipe | B | + de 35 | Mest. | Cons.Pesq | Ens Sup. | Ens Sup. | 2000-3000 |

*Auto-declaração. A= afro-decedente; P= pardo; B= branco; N= negro.

**Atualmente, cursa o Doutorado.

***Ensino Médio Técnico.

Os entrevistados com formação concluída na UFRJ são em sua maioria branca, com equilíbrio no que diz respeito ao gênero, expressando um quadro de homogeneidade quanto às vagas preenchidas. Esse dado está de acordo com pesquisas sobre o curso de Ciências Sociais que mostram a distribuição linear no quadro de alunos, entre homens e mulheres ⁵⁸.

Em relação à pós-graduação, todos os homens possuem título, já entre as mulheres, três delas não possuem, recebendo também os menores salários. No entanto, a perspectiva de alcançar o título está presente. Essa descrição de maioria masculina titulada corrobora com as pesquisas na área que se preocupam com a questão de gênero, ou pelo menos fornecem alguma importância a ela, constatando ligeira predominância do sexo masculino nos Programas de Pós-graduação em Sociologia ⁵⁹.

A faixa etária compreende, em média, indivíduos de 30 a 35 anos, que possuem no mínimo o Mestrado.

Dos doze entrevistados, apenas quatro têm mães com nível superior, sendo que uma com título de Mestre (área de administração). Cinco dessas mães cursaram o ensino fundamental, destacando-se duas que não chegaram a concluí-lo. O grau de instrução é maior e mais equilibrado entre os pais, constando sete deles com nível médio. Em comparação feita entre pais e filhos, os filhos são mais escolarizados ⁶⁰.

Outro ponto que se pode destacar quanto ao aspecto socioeconômico dos entrevistados, diz respeito ao estado civil, predominando os solteiros e sem filhos. Somente um entrevistado, no conjunto de 12 formados pela UFRJ, tem filhos (Joyce – Professor de Sociologia no Ensino Médio) ⁶¹.

Quanto à renda ⁶², a média conseguida com a soma das rendas absolutas, fixa-se na faixa de R\$ 2000 – R\$ 3000, o que está de acordo com o gráfico (3.3.1.1) a seguir.

⁵⁸ VILLAS BÔAS, 1995. No período de 1982-1988 há um número um pouco maior de mulheres graduadas no curso de Ciências Sociais da UFRJ.

⁵⁹ MARTINS, C; et. al., 2002, p. 124. A predominância de homens nos programas de pós-graduação é de 53%. Esse indicador de desigualdade quanto ao nível de instrução pode ser contrastado com as faixas de renda dos entrevistados, acrescentando, como foi visto, que há maior número de mulheres preenchendo as vagas nos cursos de graduação em Ciências Sociais.

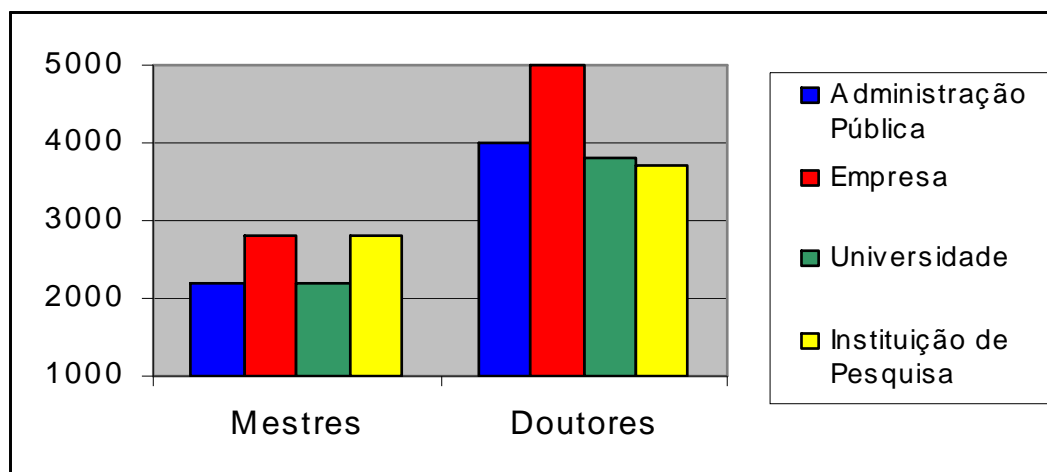
⁶⁰ Com relação à discussão sobre mobilidade social, utilizando-se como objeto os discursos de ex-alunos de Ciências Sociais, ver BASTOS, 2004.

⁶¹ Não se pode esquecer que a amostra é composta de jovens com uma média de idade de quase 32 anos. Vale acrescentar que a idade em que as pessoas casam também aumentou, segundo o IBGE. De acordo com o Anuário Estatístico, publicado em 2004 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a idade média dos homens ao se casarem aumentou de 26,9 anos em 1990, para 31,6 anos em 2002. Entre as mulheres, a média de idade subiu de 23,5 anos, para 26,3 anos no mesmo período.

⁶² Segundo gráfico elaborado pelo CEREQ (Centro de Estudos e Pesquisas sobre as Qualificações) na França, dos anos de 1988-1991 a profissão de sociólogo encontrava-se no último lugar no que se refere ao

Antonio, que faz parte do campo acadêmico e que possui o mais alto grau de instrução, também é o que possui o maior rendimento entre todos os sociólogos da pesquisa (mais de R\$ 4000,00), mesmo estando acima da média dos acadêmicos doutores.

Gráfico 3.3.1.1. Titulação em Sociologia/Média das classes de renda/Tipos de trabalho.



Fonte: MARTINS, C; et. al., 2002.

Segundo Velloso (2004), os sociólogos são a presença mais marcante nas universidades, em comparação com outros cursos de áreas tecnológicas e profissionais. Dentre os entrevistados, essa idéia aparece de forma bastante clara:

“A Universidade, a Academia é o lugar do sociólogo por excelência” (Patrícia, Universidade Particular).

3.3.2. Perfil dos Sociólogos provenientes da UERJ.

| Nome | Cor | Faixa Etária (Anos) | Escolarid. Entrv. | Área em que atua | Escolaridade. Mãe | Escolaridade. Pai | Faixa de Renda (R\$) |
|-------|-----|---------------------|-------------------|------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Vera | P | 30-35 | Dout. | Academia | Ens.FundInc omp. | Ens.FundI ncomp. | 3000- 4000 |
| Bruna | N | 25-30 | Mest. | ONG | Ens.Fund | Ens.Méd. | 1000- 2000 |
| Joana | B | 30-35 | Mest*. | Emp.Priv. | Ens.Sup. | Ens.Méd* | 1000- 2000 |
| Mauro | B | 25-30 | Grad. | Prof.E.M. | Ens.Fund | Ens.Fund | Até 1000 |
| Paulo | P | + de 35 | Grad. | Ass.Polit. | Ens.Fund Incomp. | Ens.Fund | 2000- 3000 |
| Ana | B | 25-30 | Mest. | Prof.E.M. | Ens.Sup. | Ens.Méd ** | 1000- 2000 |

*Atualmente, cursa o Doutorado, já em fase de finalização. No momento não trabalha, mantendo-se com a bolsa. A ocupação assinalada refere-se à última atividade exercida.

**Ensino Médio Técnico.

O quadro de entrevistados com formação feita na UERJ demonstra um equilíbrio entre brancos e não-brancos⁶³.

Quanto ao gênero, apresentam-se quatro mulheres e dois homens, fato que faz menção à pesquisa anteriormente citada, de que os cursos de graduação em Ciências Sociais são compostos por maioria feminina (VILLAS BÔAS, 1995).

Como demonstrado com a descrição dos formados pela UFRJ, há predominância de solteiros, sendo que aparece, nesse conjunto, um entrevistado solteiro com um filho e outro casado e com filhos.

⁶³ Essa universidade possui sistema de cotas, com vagas destinadas a alunos afro-descendentes e provenientes da rede pública de ensino. Esse tipo de processo de seleção é recente, não fazendo parte da realidade dos entrevistados, sendo que também não é o objetivo deste trabalho relacionar a questão da cor à formação acadêmica.

A pós-graduação é privilégio das mulheres entrevistadas. Os sociólogos do sexo masculino são somente graduados. Mas cabe aqui ressaltar que não há resignação diante da situação, ou seja, aqueles sociólogos que não possuem titulação pretendem conquistá-la futuramente, tanto visando o mercado de trabalho, como também pretendendo uma maior satisfação pessoal, adquirindo conhecimento:

“Não pude prosseguir com os estudos. Tive que trabalhar para sustentar minha família. Passamos por momentos difíceis. Não podia me dar ao luxo de ficar só estudando. Viver de bolsa não dá. Farei Mestrado com certeza. Quero enriquecer como pessoa” (Paulo, Assessor Político).

Com relação à faixa etária, observa-se que a média de idade encontra-se entre 25 e 30 anos, mesmo dentre os que já possuem o título de Mestre. Nota-se que houve o prosseguimento da formação acadêmica, sem interrupções de tempo⁶⁴.

A escolaridade dos pais deste conjunto da amostra é mais homogênea, mas inferior à encontrada entre os doze primeiros sociólogos. Dentre as mães, quatro possuem nível fundamental, sendo que duas não chegaram a completá-lo e as outras duas concluíram o ensino superior. Em referência à escolaridade dos pais, três possuem ensino fundamental (um sem concluí-lo) e os outros três têm nível médio, sendo que dois deles, de caráter técnico-profissionalizante. O ensino superior, portanto, é somente encontrado entre as mães.

No que diz respeito à renda, a faixa média está entre R\$ 1500- R\$ 2000, abaixo da encontrada entre os egressos da UFRJ. Esse dado baseia-se no fato de que, mesmo com titulação, as organizações, empresas ou instituições nas quais esses indivíduos trabalham não remuneram como as referidas pelos entrevistados do primeiro grupo⁶⁵.

⁶⁴ Muitos entrevistados afirmam que a decisão de prosseguir com os estudos, ingressando na pós-graduação foi baseada na perspectiva de conseguir um melhor emprego no futuro, não necessariamente no ensino universitário, como consta em Velloso (2004), com relação àqueles que possuem titulação mais elevada de Doutorado, seguindo com o trabalho na Academia.

⁶⁵ Cabe lembrar que Joana, indicada como trabalhando em empresa privada, no momento está desligada dessa função, pois está em fase de conclusão de seu Doutorado. No entanto, como trabalhou na empresa até meados de 2006, sua última ocupação foi levada em consideração no momento da montagem da amostra.

3.3.3. *Percepção sobre a formação acadêmica.*

Iniciar-se-á a discussão a respeito da formação acadêmica com a motivação dos entrevistados para a entrada no curso, em instituições credenciadas para oferecerem o treinamento adequado na constituição dos futuros quadros de cientistas sociais – sociólogos (FREIDSON: 1998).

Os entrevistados, ao prestarem vestibular, não tinham como alternativa primeira e única o curso de Ciências Sociais⁶⁶. Mesmo os que optaram pelo curso sem acompanhamento de uma segunda alternativa, fizeram-no baseados em poucas informações, sabendo de forma geral que fazia parte da área de humanas e que oferecia formação ampla. Alguns deles ingressaram no ensino superior por meio de outros cursos, sem relação com as Ciências Sociais. Abandonaram-nos e optaram pela área de conhecimento por influência de um professor ou amigos:

“Ciências Sociais não foram a minha primeira opção. Prestei vestibular para Comunicação e não passei. Soube melhor o que era o curso quando conversei com um amigo da minha mãe: Roberto da Matta” (Patrícia, Professora em Universidade Particular).

“O curso não foi minha primeira opção. Sempre gostei das matérias de humanas, mas como fiz ensino técnico na área da saúde, prestei vestibular para Farmácia. Não gostei do curso. O um ano e meio que fiz foi muito. Então me lembrei de um professor de Geografia do Ensino Médio, formado em Ciências Sociais, que sempre me falava sobre como era e que eu iria gostar muito” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Ao ingressar no curso, a impressão inicial é sempre positiva, pois o que é apresentado nos cursos introdutórios são informações a respeito de uma formação ampla, geral, que abrange uma gama variada de temas e objetos (grande variedade de autores e temas para discussão). Contudo, conforme o treinamento vai se tornando mais aprofundado e específico, com o envolvimento em pesquisa, principalmente em bolsa de iniciação científica, os discursos tornam-se mais refinados e críticos:

⁶⁶ Com relação à frequência candidato/vaga do curso de Ciências Sociais, na UFRJ e UERJ, ver ANEXO III.

“A formação é muito teórica. É ruim, frouxa e paradigmática. Poderia se dizer que é um curso de ‘História das Ciências Sociais’, não existindo formação para a prática. Deveria haver produção de pesquisa visando o desenvolvimento, inserido em um projeto de universidade mais amplo” (Juliana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

No entanto, a formação acadêmica é vista pela maioria como satisfatória:

“Foi uma formação suficiente para o prosseguimento dos estudos, fornecendo o aparato básico para posterior opção pela especialização” (Vera, Academia).

A percepção positiva quanto à formação compartilhada pela maioria, também é seguida pela observação de todos os entrevistados que apontam para a ausência de conexão entre treinamento adequado e mercado de trabalho, entre teoria e prática profissional. Este ponto, observado pelos sociólogos afeta, segundo Larson (1977), a configuração do projeto coletivo de profissionalização. Essa relação entre teoria e prática seria a base para identificar e construir as carreiras profissionais de forma estável.

A formação do sociólogo não se restringe ao diploma de graduação. Pelo contrário, a pós-graduação é tida quase como uma “obrigação” para aqueles que desejam construir uma carreira dentro da área de Sociologia. Alcançar o Doutorado é objetivo de muitos dos sociólogos em questão:

“Fiz Mestrado direto depois que terminei o curso. Fui procurar emprego. Tinha necessidade de pagar os meus próprios gastos. Queria ingressar no Doutorado, mas naquele momento não dava. No futuro, vou poder dar o *up grade* na minha vida, tanto pelo lado profissional como pelo lado pessoal. Adoro estudar” (Ana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

A abstração é um elemento que define a área de conhecimento da Sociologia e conseqüentemente, da própria profissão. Entre os entrevistados, a visão de sucesso profissional está relacionada ao alto grau de titulação, conseguida com mais anos de

estudo. Quanto maior o título, mais provavelmente o sociólogo estará na Academia, lugar de produção de conhecimento⁶⁷.

No entanto, apesar do alto grau de abstração, um dos elementos que definem o prestígio de uma profissão (PARSONS: 1968), apresentando-se isoladamente não se configura como suficiente para fortalecer o reconhecimento expressivo da profissão na sociedade. Essa afirmação pode ser constatada pelo discurso dos sociólogos ao ingressarem no curso, com pouco conhecimento da área, tanto com relação ao currículo, quanto em referência ao mercado de trabalho, como já foi exposto anteriormente.

3.3.3.1. Programas e Cursos.

Cabe explicitar nesse momento o quadro da formação das duas universidades em que os entrevistados concluíram sua formação acadêmica. A partir desse painel, poder-se-á confrontar os discursos que apresentam a respeito de sua formação e do conteúdo adotado pelos programas das disciplinas.

Tabela 3.3.3.1.1 – UFRJ e UERJ. Plano do Curso de graduação em Ciências Sociais e seu conteúdo. Ano de referência: 2007.

| Univ. Federal do Rio de Janeiro | Univ. Estadual do Rio de Janeiro |
|---|--|
| Bacharelado e Licenciatura | Bacharelado e Licenciatura |
| Turno: Manhã e Tarde | Turno: Manhã ou Noite |
| 25 disciplinas obrigatórias | 34 disciplinas obrigatórias |
| Mínimo de 154 créditos (2310h) | Mínimo de 176 créditos (2610h) |
| Inclusão dos clássicos na maioria das bibliografias, mesmo entre as disciplinas complementares. A tríade: Weber, Durkheim e Marx aparece como base de conceitos relativos a diferentes temas. | Inclusão dos clássicos nas disciplinas obrigatórias, responsáveis pela formação básica ⁶⁸ , mas existindo também investimento em leituras de autores contemporâneos, principalmente nas disciplinas eletivas. |
| Temas clássicos nas discussões das disciplinas: movimentos sociais, burocracia, instituições e trabalho. | Temas contemporâneos: futebol, cinema, mídia. |
| Não há monografia no fim do curso. | Há monografia no fim do curso. |

⁶⁷ Segundo Velloso (2004) entre os doutores constata-se predomínio das atividades acadêmicas. Os doutores das áreas básicas, onde a Sociologia encontra-se, compõem mais de 70% dos docentes em universidades.

⁶⁸ A formação básica de ambas as universidades é praticamente composta pelo mesmo número de disciplinas e conteúdo programático semelhante, variando quanto à inserção, maior ou menor, de autores contemporâneos e também daqueles pertencentes à Sociologia, Antropologia ou Ciência Política brasileiras.

Diante do quadro acima, verificamos que existem semelhanças e diferenças entre os cursos que formam cientistas sociais na cidade do Rio de Janeiro. Primeiramente, ambos os cursos oferecem bacharelado e licenciatura, existindo a possibilidade de serem cursados ao mesmo tempo, sendo que para iniciar a licenciatura, faz-se necessário um mínimo de créditos que somente é alcançado quando se chega ao quinto período do bacharelado. Sendo assim, o graduando faz a escolha de habilitar-se nas disciplinas pedagógicas ou não, dentro da mesma universidade. Os entrevistados apontaram essa possibilidade como um ponto positivo do curso, mas também deixaram claro que o oferecimento deveria ser acompanhado de uma melhor formação dos professores e elaboração do conteúdo do corpo de disciplinas:

“Optei por fazer a Licenciatura junto com o Bacharelado porque acreditei que teria mais chances no mercado de trabalho. Mas a formação é bastante fraca, pouca base me foi oferecida para que eu pudesse realizar a tarefa docente de forma satisfatória” (Aline, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Outro ponto a destacar da estrutura do curso é o oferecimento pela UERJ do curso noturno, procurado pela maioria dos estudantes que necessitam trabalhar ao mesmo tempo em que prosseguem com sua formação. Na UFRJ, pelo contrário, o que é oferecido é um curso com aulas pela manhã e a tarde, o que muitas vezes impossibilita conciliar trabalho e formação universitária⁶⁹. Dentre os entrevistados, apenas 1 (um) cursou o turno noturno de Ciências Sociais e tem a seguinte impressão:

“Cursei o turno da noite de Ciências Sociais porque tinha que trabalhar. Minha origem é humilde, meus pais não tinham como me sustentar. Acredito que tive uma formação inferior aos meus colegas que tiveram a oportunidade de fazer o curso pela manhã. Podiam ir a palestras, ter as bolsas de iniciação científica, se dedicar mais. Fiz o melhor que pude, me esforcei, e hoje me considero um sociólogo bem realizado” (Paulo, Assessor Político).

⁶⁹ Essa constatação pode fazer pensar sobre a origem social dos alunos de ambas as universidades, dado importante para se entender a formação da identidade profissional, juntamente com a formação acadêmica.

Em relação ao conteúdo dos programas e bibliografias, a maioria aponta como satisfatória a escolha dos autores a serem lidos e os temas que são tratados. No entanto, por parte dos egressos da UFRJ, a crítica que mais aparece é no que diz respeito à repetição dos temas ou autores em disciplinas diferenciadas e também reivindicam uma carga maior de leituras de autores contemporâneos. Já entre os sociólogos com formação pela UERJ, o que falta são as bases teóricas proporcionadas pelos clássicos. Ou seja, o ideal dos conteúdos seria a consecução de um equilíbrio entre a bibliografia clássica da Sociologia e a visão dos contemporâneos sobre os temas atuais:

“A formação teórica básica é excelente. No entanto, somente essa formação não é suficiente para conseguir um lugar de prestígio dentro da profissão. Quem quer seguir com pesquisa, tem que procurar uma especialização” (Vera, Academia).

“São muitos clássicos! Relemos não sei quantas vezes durante a Graduação e depois na Pós (...) Sei que são importantes, mas é necessário fazer uma ligação com as idéias que estão presentes no debate sociológico atual” (Julia, ONG).

Finalizando a parte de levantamento da situação dos cursos e conteúdos programáticos, em relação ao discurso dos sociólogos, aparece uma importante diferença entre uma instituição e outra: a monografia. Na UERJ há esse trabalho no final do curso, em que o aluno é orientado a desenvolver uma pesquisa, possuindo também uma disciplina específica para atender às dúvidas quanto à metodologia e à realização da pesquisa. Entre os formados pela UFRJ não há essa oportunidade, item bastante criticado. Dentre os 12 entrevistados com formação por essa Universidade, somente 1 não levantou essa questão como problemática:

“O fato de eu ter sido obrigado a apresentar uma monografia me fez realmente entender o que é a pesquisa, do que quero viver profissionalmente. Na faculdade, é verdade, aprendemos muita teoria, mas nos falta colocar em prática o que realmente aprendemos. Me ajudou na posterior construção do meu objeto de pesquisa para o Mestrado” (Ana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

“Não tive monografia. Gostaria muito. Apesar de ter bolsa de iniciação científica, o processo de elaboração de uma pesquisa, o trabalho de campo, a posterior construção do texto fez falta. Aprendi tudo isso no Mestrado e quase arranquei os cabelos!” (Leonardo, Consultor de pesquisa).

Ficou demonstrado o quanto são próximas e ao mesmo tempo distantes as percepções que os sociólogos entrevistados possuem sobre o curso e sua formação. No entanto, fica claro que a preocupação com a melhoria da formação é sempre assinalada, sendo que a alternativa a ser alcançada é o equilíbrio entre teoria clássica e contemporânea, com a discussão de temas atuais, juntamente com a possibilidade de colocar em prática essa teoria, com a pesquisa de final de curso, corretamente orientada.

Segundo a teoria proposta para a análise, a boa formação é fator fundamental no desenvolvimento de uma profissão, de forma sólida e reconhecida pela sociedade. Diante do quadro exposto acima, não há propriamente uma homogeneidade quanto à forma como os alunos que estão concluindo o curso, recebendo o certificado de cientistas sociais, são avaliados. Não há um controle igual para todas as instituições de ensino, da saída para o mercado desses formandos, o que acarreta um problema de controle interno, ponto bastante discutido pela teoria das profissões e que demonstra o quanto que uma profissão é ou não mais prestigiada (FREIDSON: 1998; LARSON: 1977). O controle de saída desses formados deveria ser feito durante todo o treinamento, por meio de programa unificado, com disciplinas oferecidas por todas as instituições credenciadas e a monografia, por fim, seria o último estágio de avaliação desses novos profissionais.

3.3.3.2. Estágios e Licenciaturas.

Dentro da formação ampla do bacharelado em Ciências Sociais, há a licenciatura, que habilita o aluno a ministrar aulas no Ensino Médio de Sociologia. Essa habilitação, nas duas instituições em que os entrevistados formaram-se, é uma opção definida, na maioria das vezes, por volta do quinto período da graduação e não é obrigatória⁷⁰.

⁷⁰ Na UFF (Universidade Federal Fluminense), a escolha entre os cursos de bacharelado e de licenciatura em Ciências Sociais é realizada no momento em que o aluno inscreve-se para o vestibular.

A licenciatura é composta por disciplinas teóricas, ligadas à pedagogia e a princípios da psicologia, e pelo estágio em sala de aula, prática obrigatória para alcançar a certificação. Além do estágio em docência de Sociologia, na escola, também há, no interior da Universidade, as bolsas de iniciação científica, oferecidas aos alunos de bacharelado, responsáveis pela introdução desses estudantes na elaboração de pesquisas, em leituras mais específicas e no trabalho de campo, em área mais especializada do conhecimento sociológico⁷¹.

Quase todos os entrevistados receberam bolsas de iniciação científica⁷², sendo que uma das entrevistadas estagiou fora do Instituto em que cursava Ciências Sociais, mas ainda estava na Universidade (sub-reitoria). Outros dois entrevistados estagiaram em institutos de pesquisa de opinião (Patrícia e Leandro), complementando a experiência da bolsa. Ainda com relação à iniciação científica, todos os entrevistados assinalaram que a experiência enriqueceu suas formações, fornecendo a parte prática para a pesquisa sociológica:

“Quando tive bolsa de iniciação, pude conviver com alunos pós-graduados e que estudavam vários temas e objetos interessantes. Pude conhecer melhor como se faz pesquisa, o que realmente é o trabalho do sociólogo. Só com as aulas, mesmo levadas a sério, não dá, não são suficientes” (Marcos, Consultor de pesquisa).

A licenciatura, por outro lado, não fez parte da formação de muitos desses sociólogos. Do conjunto de 18 sociólogos, seis não cursaram as disciplinas pedagógicas complementares, alegando como motivo principal a fraca formação dos professores e o conteúdo bastante inconsistente, em termos teóricos, das disciplinas:

“Me inscrevi em uma disciplina da Faculdade de Educação, mas nem cheguei a terminar. Achei o curso parecido com uma Sociologia aplicada, de caráter normativo, não me agradou” (Antonio, Academia).

⁷¹ Apesar da importância conferida pelos sociólogos ao treinamento mais relacionado à prática, alcançado com as bolsas de iniciação científica, o número disponível não abrange todos os alunos do curso, ocorrendo seleções internas. Mesmo assim, pode-se discutir o significado prático das atividades, se a prática profissional é alcançada realmente.

⁷² Apenas 1 dos entrevistados, dentre os 18 não obtiveram essa oportunidade, Paulo, que cursava o curso de Ciências Sociais na UERJ, no período noturno.

A observação tanto da formação teórica como da prática dos profissionais de Sociologia, está relacionada com a idéia de Larson (1977) de homogeneização de uma área de conhecimento. Esta seria feita por meio da socialização profissional adequada de seus membros, quando edificado um consenso em relação às práticas, linguagem, formas de ver e agir sobre o mundo, constituindo-se como base para a construção da autoridade de uma profissão, e os estágios fazem parte desse processo. Pelo que se pôde verificar nos depoimentos e na caracterização dos cursos, os sociólogos encontram dificuldades nesta área.

3.3.4. *Experiência Profissional.*

Neste momento da dissertação o foco de análise passa a ser a prática profissional e como os sociólogos entrevistados compreendem seu próprio trabalho e aquele de seus pares.

Optou-se, na construção da amostra, por apresentar um quadro heterogêneo quanto à ocupação profissional, para que se pudesse ter acesso a discursos de sociólogos que aplicam seus conhecimentos em diferentes organizações e instituições.

Dessa maneira, a amostra é composta por quatro sociólogos que são professores universitários, dois em instituições públicas e dois em particulares; cinco são professores de Sociologia no Ensino Médio da rede estadual de Educação⁷³; três trabalham com consultoria de pesquisa, de forma autônoma; dois são funcionários de empresas privadas, na área de pesquisa⁷⁴; outros dois trabalham em organizações não-governamentais e por fim, um dos sociólogos presta serviço, há pelo menos 10 anos, como assessor político.

De forma geral, a experiência profissional que esses sociólogos possuem está associada ao estágio que tiveram durante sua formação acadêmica⁷⁵. Entre os que trabalham em pesquisa unicamente (consultorias de pesquisa e na empresa privada), o primeiro contato com a pesquisa foi feito para além das bolsas de iniciação científica,

⁷³ Cabe ressaltar que mais um entrevistado é Professor de Sociologia, mas da rede federal (Joyce), o que totaliza 6 professores de Sociologia.

⁷⁴ As pesquisas são relacionadas à área de marketing e à recepção dos produtos (consumo) da mesma empresa na qual os sociólogos trabalham.

⁷⁵ No caso de Paulo, no entanto, não houve essa relação entre estágio e trabalho, sendo o único, entre os sociólogos entrevistados.

trabalhando com pesquisas de opinião realizadas por algumas instituições (IBGE, IBOPE, por exemplo) que, apesar de não garantir o emprego após o término da formação, proporcionou o acúmulo de experiência que colaborou na consecução dos cargos que ocupam atualmente.

“O trabalho de pesquisa sempre esteve presente durante a minha formação. Além da bolsa (iniciação científica) também era chamado para aplicar questionários e tabular dados, junto com outro colega. Esse contato me fez aprender mais sobre metodologia de pesquisa, o que hoje me faz ganhar a vida” (Leonardo, Consultor de pesquisa).

“Quando fiz licenciatura consegui encontrar o que queria: dar aula de Sociologia sem ter que ter um ar intelectual (...) na minha frente tinha alunos jovens, em formação moral. Estava ali o que queria fazer da minha vida” (Mauro, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

A média de horas trabalhadas entre esses profissionais gira em torno de 40h semanais, destinadas a sua atividade principal. Cabe ressaltar que alguns dos sociólogos entrevistados dedicam-se a mais de uma atividade, na realidade, do total de 18, 5 deles associam mais uma atividade para conseguir alcançar maior renda. Essas tarefas são de cunho intelectual, como traduções, revisões de texto ou de metodologia para teses e dissertações.

“Dou aula de Sociologia para alunos do curso de Publicidade em Universidade Particular, sobre consumo, mas também faço revisão técnica de textos e quando aparece, faço alguma pesquisa com uma amiga” (Patrícia, Professora em Universidade Particular).

“Sou professora do Estado (de Sociologia), mas também dou aula como professora substituta no ensino superior e também como consultora de Metodologia” (Juliana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Dentre os sociólogos que tem maior tempo no mercado de trabalho, Júlio passou por várias instituições de pesquisa, inclusive com uma experiência em empresa privada, até conseguir alcançar o status profissional de professor universitário. Segundo seu depoimento, a universidade é o lugar do sociólogo.

Sua opinião é compartilhada por alguns de seus pares entrevistados, mas não é unanimidade; pelo contrário. Para estes, a posição acadêmica é vista como algo distante de seus planos profissionais, em que os conhecimentos pessoais são, muitas vezes, mais relevantes que a formação ou, mais além, que a produção não corresponde a remuneração:

“O ensino de Sociologia me realiza (...) A lógica da Academia é permeada por indicações, conhecimentos pessoais que influenciam e formam círculos fechados. Não gosto desse tipo de coisa. Parece uma ‘fogueira das vaidades’” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

“O campo da Sociologia é muito fechado, restrito e comandado pelo mundo acadêmico, defensor de seus princípios intelectuais e científicos, que fecha os olhos para as várias possibilidades de se conseguir trabalho com a nossa remuneração, fora da Academia” (Julia, ONG).

Os dois discursos apresentados acima fornecem um tom negativo em relação à postura acadêmica diante do mercado de trabalho e também apresentam críticas as relações internas ao campo. No entanto, não deixam de conferir o status mais elevado dentro da profissão à Academia ⁷⁶.

Essa afirmação foi encontrada na pesquisa realizada por Bonelli (1994) com sociólogos paulistas, em que a autora estabelece como ator principal do “palco” ⁷⁷ o pesquisador universitário. Diante dessa centralidade, os demais atores, alocados em outras áreas de trabalho, lidavam com a profissão e construíam sua identidade.

⁷⁶ “Alto clero e baixo clero, produtivistas e puristas, empiristas e teóricos, filosofantes e sociologizantes, elitistas e populistas, eis algumas das oposições com que os agentes do campo em questão costumam remendar simbolicamente diferenças de situação material, de graus de reconhecimento e prestígio, de identificação e de estilos de vida e de pensamento” (MICELLI: 1989: 22).

⁷⁷ “Palco” é a categoria construída por Bonelli (1994) para identificar aqueles sociólogos que estão atuando no campo profissional, em contraposição à idéia de “audiência”, formada por atores que, apesar de formação em Ciências Sociais, declaram-se não participantes da área de Sociologia.

Os sociólogos cariocas, no entanto, sentem que estão todos atuando no “palco” profissional. A referência que fazem a “audiência” está relacionada a colegas que ainda estão em formação (mestrandos e doutorandos) ou tantos outros que não conseguiram estabelecer-se no mercado de trabalho.

“Alguns amigos meus estão em fase de finalização na formação, não estão no mercado ainda. Outros que conheço, tentaram trabalhar na área, mas consideram o salário muito baixo. Procuram fazer concursos públicos” (Leonardo, Consultor de pesquisa).

“O campo é difícil. Mas não faria outra coisa que não dar aula. Tenho a Sociologia na pele. Posso ganhar pouco, mas sou muito feliz com o que faço” (Fernanda, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Entre os profissionais que estão no mercado há até 5 anos, sete entre os 18 sociólogos, três (quase a metade entre os sete sociólogos destacados) possuem somente a graduação, pouco mais da metade têm Mestrado, sendo que 1 desses está cursando o Doutorado. O caminho escolhido por quase três quartos desse conjunto de sete sociólogos com inserção recente no mercado de trabalho é lecionar Sociologia no Ensino Médio⁷⁸ e pouco mais de um quarto dedica-se ao trabalho em organizações não-governamentais.

Tabela 3.3.4.1. Profissionais com Mestrado e atuação no mercado de trabalho.

| <i>Área do conhecimento</i> | <i>Mercado acadêmico (%)</i> | <i>Mercado não-acadêmico (%)</i> |
|-----------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| Administração | 36,7 | 63,3 |
| Química | 60,2 | 39,8 |
| Engenharia Civil | 39,3 | 60,7 |
| Economia | 39,1 | 60,9 |
| Advocacia | 19,7 | 80,3 |
| Física | 66,7 | 33,3 |
| Sociologia | 64,5 | 35,5 |

Fonte: Velloso, 2002.

⁷⁸ Cabe lembrar que houve um concurso para a contratação de professores pela rede estadual de educação do Rio de Janeiro em 2004, ano em que esses profissionais estavam em fase de conclusão do curso de Ciências Sociais.

“Quero mais do que ensinar Sociologia. Eu gosto, mas quero trabalhar com pesquisa. Quando aparecer uma oportunidade, não deixo escapar” (Ana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Por meio dos discursos apresentados pelos sociólogos em questão, observa-se o quanto que o campo de possibilidades de trabalho para esses profissionais é variado. A formação adquirida foi de base comum e também é considerada homogênea a maneira com a qual cada um lida com o conteúdo teórico da profissão: a prática gira em torno dos eixos do ensino e da pesquisa, ora separados, ora em conformidade numa mesma atividade.

A padronização do serviço é um fator importante para o fortalecimento de uma profissão, pois a uma associação imediata entre quem pratica e o que é praticado (LARSON: 1977). No entanto, o que chama a atenção nos discursos analisados é a crítica feita à união entre teoria e prática, designada como “frouxa” ou “mal realizada”. Na realidade o que se percebe é a falta de conhecimento do próprio campo de trabalho. A Universidade não é a única instituição que pode absorver esses profissionais, como pôde ser visto pela variedade de ocupações dos entrevistados. Segundo o aparato teórico de Bourdieu, os discursos desses sociólogos estão marcados por sua posição no interior do grupo profissional, posição essa definida tanto internamente como externamente, por meio de lutas pelo reconhecimento e prestígio. A seguir, será discutida a opinião desses profissionais a respeito do mercado de trabalho.

3.3.4.1. Mercado de trabalho.

Durante as entrevistas, o mercado de trabalho foi um assunto bastante discutido pelos sociólogos, segundo as impressões que tinham da situação de seus pares e da que viviam, classificada, por todos, como complicada.

Contudo, antes de iniciar a análise dos discursos a esse respeito, aponta-se como referência o trabalho de Bastos (2004), em que as perspectivas quanto ao mercado de trabalho dos sociólogos formados pela UFRJ são discutidas, apresentando uma visão dos que ainda estão em treinamento ou que obtiveram há pouco tempo o treinamento ao nível da pós-graduação.

O mercado de trabalho acadêmico é apontado como o meio principal de absorção desses profissionais, com investimento na pós-graduação como mecanismo para alcançarem melhores posições na estrutura das ocupações. Não é considerado o único campo, mas é, sem dúvida, o mais prestigiado.

Os mestrandos e doutorandos entrevistados pela autora apontam a existência de outras opções de trabalho, como ongs e institutos de pesquisa, mas também afirmam que não há a preocupação dos professores de informá-los sobre as possibilidades no mercado de trabalho.

Esta questão é discutida por Schwartzman (1995) que afirma ser o curso de Ciências Sociais homogêneo quanto ao seu conteúdo, sem interesse em mostrar alternativas sobre a formação profissional que não seja a acadêmica ou o magistério.

Obtendo como referência o ponto de vista daqueles sociólogos formados, mas não inseridos no mercado de trabalho, iniciar-se-á a discussão a respeito do que pensam os sociólogos entrevistados da presente pesquisa, que fazem parte desse mercado e exercem as atividades em organizações variadas.

O mercado de trabalho para o profissional de Sociologia é classificado como fechado, restrito e disputado com profissionais de outras áreas, principalmente com os que possuem formação em humanidades.

“O mercado de trabalho é restrito e pouco divulgado. É permeado pela lógica da Academia, por conhecimentos pessoais que fecham os círculos e restringem as oportunidades” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

“O mercado é definido ainda pela formação de tipo ‘antiga’, com forte teor acadêmico, o que dificulta a abertura de outras possibilidades profissionais” (João, Professor em Universidade Particular).

A disputa com outros profissionais é permanente, principalmente quando há concursos ou ofertas de vagas em institutos de pesquisa. Essa disputa foi descrita pelos entrevistados como sendo vivida cotidianamente.

“O mercado de trabalho seria mais amplo se houvesse conhecimento por parte dos responsáveis pelos processos seletivos, maior conhecimento sobre a formação em Ciências Sociais. Não há concursos (...) Algumas vezes a função descrita pode ser realizada por nós, mas não somos sequer lembrados (...)” (Bruna, ONG).

“No mercado, quem tem mais capital social tem mais oportunidade (...) Campo muito fechado (...) Procurei outra formação (Serviço Social) para poder dar conta de concorrer com outros profissionais. Mas também tenho bastante sorte, muitos de meus colegas não têm nem parecida a trajetória” (Juliana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Os dois trechos destacados são ilustrativos para se compreender a situação da profissão de sociólogo, no que diz respeito à consecução de espaço no mercado de trabalho. Em todas as profissões ocorrem disputas, tanto internas, entre os pares, quanto externas, com profissionais formados em outras áreas, pela definição das fronteiras de jurisdição (ABBOTT: 1988). Cabe a cada profissão traçar estratégias que permitam conseguir definir suas tarefas e possibilidades de realizá-las.

Concernente à profissão de sociólogo, essa delimitação é, no mínimo, fluida, pouco consistente e clara, aos olhos de quem contrata. Essa característica demonstra a falta de organização que a profissão possui, pois não basta ter os órgãos de credenciamento, que forneçam a legitimidade à formação (FREIDSON: 1998), mas também deve conjugar-se a explicitação do que são as habilidades desse profissional e de que maneira a atividade pode realizar-se.

Essa contradição entre o lado teórico e o lado prático da profissão (LARSON: 1977) corrobora para que a dependência em relação às instituições de ensino superior permaneça, provocando o isolamento da área acadêmica como escoamento para os formados de Ciências Sociais e de seus programas de Pós-Graduação. No entanto, a absorção dos quadros de sociólogos formados, pela Academia, não é possível de forma completa, o que faz com que a disputa com profissionais de áreas diversas como jornalismo e economia exista, acrescentando o fato, como já visto em depoimento anterior (Juliana), que há procura por complementação de formação para que a disputa seja concluída com sucesso.

Além disso, essa disputa extra-profissional, em que as limitações das áreas de jurisdição não estão bem definidas poderá dever-se ao fato de que não há uma associação coletiva dos sociólogos enquanto categoria profissional, para a concretização do projeto coletivo de profissionalização (LARSON: 1977). O que há, como observado pelas entrevistas, é uma disputa individual, realizada por cada profissional, quase sempre preocupantemente, de pouco sucesso.

3.3.5. Gostos e Estilos de Vida.

A escolha por incluir na análise sobre a identidade profissional aspectos da vida cotidiana, incluindo gostos e estilos de vida, está fundamentada no aparato teórico de Bourdieu, pois a identidade profissional é construída não apenas por práticas relacionadas ao trabalho propriamente, mas vai mais além, englobando também maneiras de ver e estar no mundo.

O *habitus*, esquema de classificação relacionado ao grupo em que o agente está inserido, é constituído por “improvisações reguladas”, ou seja, as ações dos indivíduos acontecem por meio de escolhas, mas são escolhas baseadas em valores legitimados e aceitos pelo grupo específico. O estilo de vida, de acordo com essa perspectiva, consiste em um conjunto de gostos distintivos, que inclui vestimentas, linguagem, entre outras preferências.

No caso da presente pesquisa, o grupo profissional é a referência legitimadora dessas escolhas, disponibilizando práticas que vão além do treinamento *strito sensu*, proporcionando também um estilo de vida que distingue esse profissional dos demais, além da diferenciação da formação.

Como Bourdieu (1994) enfatiza, é um erro tentar analisar, separadamente, o estilo de vida enquanto unidade. Antes de mais, é um conjunto de preferências distintivas construídas por um grupo, e relacionado a outros grupos que também possuem suas práticas e códigos próprios. No entanto, cada agente, possuindo uma origem social e uma carga de capital social e escolar próprios, lida com essa referência e delimita suas escolhas e gostos ⁷⁹.

⁷⁹ Cabe ressaltar, quanto à origem social dos entrevistados há um equilíbrio. A maioria advém de famílias de classe média que tinham condições financeiras para o investimento em educação. Contudo, é entre os alunos com formação pela UERJ que se encontra o maior percentual de indivíduos com mais dificuldades

Seguindo essa linha de raciocínio, elaborou-se um conjunto de questões relacionadas às preferências literárias e musicais; às visões políticas e religiosas e também quanto ao lazer.

Este ponto das entrevistas foi o que mais se aproximou do tipo ideal de sociólogo formulado. Há diferenças, até mesmo oposições quanto ao gênero musical ou a forma com que aproveitam alguma hora vaga, mas de forma geral as semelhanças prevalecem.

Dentre os 18 sociólogos entrevistados, 13 têm como autor preferido Machado de Assis e a literatura brasileira como a mais lida. Os cinco sociólogos restantes possuem gostos variados, partindo da literatura portuguesa, até chegar a alguns autores russos. Quanto ao gênero musical, a MPB (Música Popular Brasileira) é a mais ouvida por mais de três quartos da amostra (14 sociólogos); o restante, um quarto, considera-se eclético, variando seu gosto musical.

“Ouço de tudo, até funk (...) Sei que sociólogo não deveria dizer isso, pelo menos confessar, mas eu gosto” (Patrícia, Professora em Universidade Particular).

“Passei a ouvir música clássica há pouco tempo. Antes não conhecia. Aprendi a gostar através de um colega de turma” (Ana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

Em relação à política, foram poucos os entrevistados que tinham uma posição definida: 2 afirmaram votar na esquerda, 1 votava em partido de direita e outro entrevistado, em uma figura política específica. O discurso predominante entre os demais profissionais baseava-se em um momento de reflexão sobre a situação em que o cenário político encontra-se no país ⁸⁰.

Segundo os entrevistados, cabe ao sociólogo, utilizando-se de seu “olhar” específico, contraído por treinamento profissional, avaliar a situação política de forma retida e se posicionar; no entanto, o momento é classificado como de “reflexão”.

financeiras, não só atualmente, mas também no período em que passaram pelo treinamento (mais da metade da amostra de egressos dessa Universidade).

⁸⁰ A referência quanto à corrupção, à venda de votos e outros episódios recentes da conjuntura política brasileira foram a justificativa das respostas apresentadas pelos sociólogos que se declararam sem uma visão política definida.

“Sempre votei no (partido X), mas depois dos escândalos todos que aconteceram, acabei por anular meu voto no segundo turno (...) Não tinha opção (...) Agora é hora de reavaliar a minha visão política” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

A religião é elemento presente na vida dos sociólogos entrevistados. Mais da metade é praticante de uma religião, sendo que quase todos são católicos e de famílias com a mesma formação religiosa ⁸¹. Contudo, algo que chamou a atenção foi o fato de que os sociólogos associaram o tipo ideal que possuem do profissional, em todas as esferas de ação, da seguinte maneira:

“Sociólogo não tem religião (...) Não é assim que se pensa? Quando entrei no curso, foi logo o que vi e me disseram (...) Mas o fato de ser católica nunca me prejudicou, nem entre colegas e nem no meu trabalho” (Fernanda, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

As horas de lazer são dedicadas a assistir filmes (mais da metade dos entrevistados) e em viagens nacionais, de curta distância (um pouco mais da metade da amostra). As viagens a trabalho são mais constantes entre aqueles que estão nas universidades e nas empresas privadas. No entanto, cabe ressaltar que são poucos esses momentos de ócio e lazer, pois a dedicação ao trabalho é permanente, incluindo os fins de semana.

(...) “As horas que eu trabalho? Que pergunta difícil (...) Além da sala de aula, tenho que preparar as aulas, corrigir trabalhos, ir a congressos, bancas, orientar teses (...) Trabalho todos os dias, descanso quando é possível” (Vera, Academia).

O estilo de vida associado ao profissional de Sociologia está presente entre os entrevistados, não de forma plena, mas algumas preferências aparecem, em gostos relacionados às distinções elaboradas pelo grupo. São esses sistemas simbólicos, encontrados como parâmetros para as escolhas de cada um desses profissionais, que fornecem as representações de grupo, reconstruídas, permanentemente, pelo processo

⁸¹ Nesse conjunto específico, há um sociólogo espírita e dois evangélicos.

simbólico de representação, realizado tanto ao nível individual quanto coletivo (BOLTANSKI, 1987).

Esse processo, no entanto, não segue com a participação equânime de todos os profissionais. Não se pode perder de vista a idéia de Bourdieu (1994) de que a posição que o profissional ocupa no interior do grupo tem importância significativa no que diz respeito ao reconhecimento de seus discursos ou à aceitação de suas idéias. A hierarquização é fator presente também na formação do conjunto de “disposições reguladas”, responsáveis pelos gostos e escolhas de cada agente individual e coletivo.

3.3.6. O que faz do sociólogo, sociólogo – a identidade profissional.

A questão da identidade no mundo do trabalho já foi debatida em diversos estudos no campo do pensamento sociológico. No que concerne ao estudo das profissões⁸², atividades tradicionais como Medicina, Direito e Engenharia foram analisadas em seus mais complexos pontos de atuação e reconhecimento. Com relação aos sociólogos, não há essa variedade de análises, pelo contrário, são poucos os estudos, como demonstrado até aqui e tentar perceber como é o processo de construção desse grupo profissional e de sua identidade, é, no mínimo, instigante.

Nesse item, pretende-se verificar, finalmente, de que forma os próprios sociólogos compreendem sua atividade profissional, tanto no âmbito individual, de carreira, como no âmbito geral, enquanto função a ser exercida no interior da divisão social do trabalho (DURKHEIM: 1977). Esta questão, aparentemente simples, foi a que mais rendeu reflexão, por parte dos entrevistados e a que gerou o maior número de respostas diferentes.

A importância da consciência plena com relação à atividade que é exercida, no sentido de entender perfeitamente o funcionamento de seu campo profissional, tanto com relação à atividade em si mesma como os seus mecanismos práticos é inegável. Também é necessário o conhecimento das áreas em que é possível que essa “expertise” seja empreendida, ou seja, é imprescindível que exista a conexão entre teoria aprendida e as formas da prática possível, para que a profissão possua controle efetivo sobre sua área de atuação e, a partir daí, obtenha poder e prestígio (LARSON: 1977).

⁸² Ver referências sobre pesquisas pontuais relacionadas ao tema e suas abordagens teórico-metodológicas (1960-1994). BONELLI, M. G; DONATONI, S. **Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras**. BIB. Anpocs, 41, 1996.

Antes de se iniciar a análise dos depoimentos, cabe expor o próprio juramento da profissão, no momento da formatura do curso de Ciências Sociais, pois ele permite compreender as dificuldades que o sociólogo enfrenta na construção de sua identidade profissional:

“Prometo, no exercício da atividade de cientista social, dedicar-me à promoção humana e tudo fazer, quanto permitam minhas forças, pela prosperidade e grandeza da minha terra”⁸³.

Somente pelo juramento, não se poderia identificar a que tipo de atividade profissional o discurso diz respeito, ou melhor, se realmente se refere a algum tipo de profissão, pois não trata de trabalho algum ou qualquer atividade específica. Muito pelo contrário, talvez pudesse ser proferido por qualquer cidadão ou indivíduo preocupado com o lugar em que vive. O sentido contrário aparece no juramento feito pelos formandos em Direito, cujo conteúdo está relacionado ao objeto de seu exercício profissional, independentemente da área de atuação e das correntes jurídicas defendidas.

“Prometo exercer a advocacia com dignidade e independência, observar a ética, os deveres e prerrogativas profissionais e defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da Justiça, e o aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas”⁸⁴.

A partir dessa comparação, constatando a ausência de um “ideal de serviço” que seja explicitado no momento da saída das instituições de treinamento e entrada no mercado de trabalho (PARSONS: 1968), constata-se que dentre os 18 sociólogos entrevistados, cada um possui uma visão do que seria a atividade profissional. A questão colocada foi a seguinte: O que o sociólogo faz, como se caracteriza sua atividade profissional? As interpretações que serão destacadas a seguir são ilustrativas quanto ao pensamento variado encontrado na amostra.

⁸³ Fonte: juramento realizado pelos formandos em Ciências Sociais da UFRJ, no segundo semestre de 2003.

⁸⁴ Fonte: juramento feito pelos formandos em Direito pela UFRJ, no segundo semestre de 2006.

“Ser sociólogo é ser pesquisador. É ver a vida dos homens e da sociedade por um microscópio, que aumenta e desvenda lugares, pessoas, sentimentos, razões, desejos. Com essa visão, ajuda a criar políticas públicas e teorias de entendimento da vida que nos possibilite viver melhor. Sociólogo é ser o médico da sociedade” (Joana, Empresa Privada).

“Ser sociólogo é discutir a realidade, pesquisar (...) tentar entender as contradições da vida social (...) é denunciar as estruturas que impedem o desenvolvimento de uma vida amistosa entre todos” (João, Professor em Universidade Particular).

“Ser sociólogo é ser atuante, é ser um intérprete dos problemas sociais; um educador da sociedade (...) suas análises contribuem no sentido de problematizar, indicando não serem os problemas sociais, as estruturas de poder e dominação elementos naturais (...) colabora, afinal para fazer da sociedade um artifício” (Vera, Academia).

Os depoimentos acima destacados são pontuais para discutir a visão que muitos sociólogos têm de que sua profissão possui um tom crítico, de mudança ou de denúncia com relação ao mundo social. A profissão é vista por eles como meio de transformação da realidade, através de um discurso baseado em treinamento próprio. O fato de pesquisarem acontecimentos realizados por homens e no interior da sociedade, fundamentados em conhecimentos científicos, fornece a legitimidade necessária para validar seus discursos e que estes sejam tomados pelos indivíduos e grupos em geral, para que aconteça, enfim, a transformação da sociedade.

Esse tipo de visão aproxima-se do ideal de Sociologia imaginado por Durkheim, quando esse tipo de entendimento foi importante para o fortalecimento da disciplina como Ciência, com a aproximação de seu conteúdo e prática aos valores defendidos pelas Ciências Biológicas, parâmetros consolidados no contexto histórico moderno. A frase: “Sociólogo é o médico da sociedade” (Joana) e “(...) denunciar as estruturas que impedem o desenvolvimento de uma vida amistosa entre todos” (João) são trechos que ilustram essa máxima de que o sociólogo transforma e conduz a sociedade para o bem estar total, através de sua visão legitimada como verdadeira pelos ditames científicos.

No entanto, de forma diferenciada daquela adotada pelo autor acima citado, essa perspectiva levantada pelos dois entrevistados não explicita qualquer conteúdo técnico ou científico para o trabalho que exercem, levando ao equívoco da aproximação da atividade profissional com a militância política.

Este não é o pensamento encontrado entre todos os sociólogos entrevistados. Muitos deles separam o que definem como sociólogo professor, que empreende um trabalho moral com seus alunos, de reforço das regras sociais e de construção de pensamento crítico e o sociólogo pesquisador, responsável pela produção científica para a compreensão da sociedade.

“O fazer do sociólogo tem duas vertentes. Ensino Médio, onde se formam pessoas, trabalho conservador, reproduzindo as desigualdades – tipo “conselheiro”, “intermediador de conflitos”. Na Universidade, desenvolve a prática científica para entender os fenômenos sociais. São dois papéis” (Juliana, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

A mesma formação, portanto, proporcionaria duas possibilidades de atividades: uma vista como conservadora e outra como produtora de desenvolvimento científico. As práticas profissionais são vistas pelos entrevistados como merecedoras de status diferentes, ou seja, uma é menos prestigiada que a outra. A primeira, relacionada à atividade em sala de aula, é vista como reprodutora e a segunda, como a atividade por excelência do sociólogo. A união entre ensino e pesquisa é encontrada nos estabelecimentos de Ensino Superior⁸⁵ e valorizada por toda a amostra.

Essa distinção é realizada e sentida pelo profissional no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à remuneração, mais baixa entre os professores de Ensino Médio. No entanto, essa legitimidade é configurada no momento do treinamento, por meio da produção dos produtores, realizada pelos professores-pesquisadores universitários. É a partir da socialização, que acontece no interior das instituições credenciadas de ensino, que a pesquisa é elevada ao patamar mais alto do status profissional e o ensino é alocado no fim da escala. Na verdade, a formação profissional oferecida é uma reprodução da concepção dominante do sociólogo como um acadêmico.

⁸⁵ Os entrevistados que estão em instituições de ensino privadas não trabalham com pesquisa associada ao ensino de Sociologia.

Ainda assim, essa socialização não é adequada, porque não ocorre uma homogeneização de pensamento quanto ao trabalho do sociólogo. O que se pode ver na prática, é o aumento do número de professores de Sociologia no Ensino Médio e a dificuldade em se contratar mais profissionais que trabalhem com pesquisa e ensino, em Universidades. A desvalorização da atividade docente, principalmente fora das universidades e faculdades, provoca um maior afastamento dos sociólogos de seu campo profissional, enfraquecendo ainda mais os laços que constroem a percepção do grupo enquanto coletividade (LARSON: 1977).

“Sou socióloga de formação, dou aula de Sociologia, mas não sei se poderia me classificar como tal (...) Acho que sou mais professora do que socióloga” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

O olhar do sociólogo, tantas vezes destacado pelos entrevistados, seria um instrumento para entender a realidade social e transformá-la, mas não com o tom utilizado pelos sociólogos dos depoimentos acima, mas como maneira de compreender melhor a sociedade e a partir dessa compreensão, os indivíduos perceberiam melhor a sociedade em que vivem e agiriam de acordo com esse ideal. Quando foi utilizado o termo “transformação” ou “olhar crítico”, os profissionais em destaque anteriormente quiseram expor a detenção da verdade absoluta, última, legitimada por um corpo de conhecimentos científicos específicos. A possibilidade de mudança é vista por todos, mas de que maneira acontece realmente é que se apresenta de forma diferenciada.

“O papel do sociólogo é observar os grupos sociais, é tentar fazer uma releitura dos movimentos sociais (...) desconstrói, através de seu olhar particular, as verdades tidas como absolutas” (Patrícia, Professora em Universidade Particular).

“O fazer do sociólogo consiste em olhar o que está a sua volta de forma crítica, encontrando explicações pela teoria de forma sistemática, para dar sentido às coisas” (Joyce, Professora de Sociologia no Ensino Médio).

A homogeneização do grupo, alcançada por um treinamento adequado, em que modelos de atuação são estabelecidos, é importante para a construção de uma forma identitária sólida em torno de uma coletividade (STARR: 1982). No entanto, o que se percebe entre os sociólogos entrevistados são visões diferenciadas do que seja a prática profissional, prevalecendo a idéia de profissional crítico da sociedade, ou melhor, profissional cuja tarefa resumir-se-ia a formular elementos para o embasamento do senso comum sobre a maneira ideal de se viver em sociedade ou educar para a cidadania.

Se há uma variedade de apreensões do que seja a profissão, entre os profissionais, não se poderia requerer encontrar na sociedade um entendimento pleno do que seria a profissão. Cabe à profissão se mostrar como relevante socialmente e para isso, é preciso que os próprios profissionais saibam o que sua tarefa é e o que representa para o mundo social. Essa condição não é, poderia se dizer, encontrada entre os sociólogos, a partir da verificação da existência de muitos discursos sobre o “fazer profissional”.

Boltanski (1987) demonstra em seu trabalho sobre os “cadres” a dificuldade em se construir identidades coletivas, pois envolve não somente termos técnicos, conhecimentos específicos jurisdicionados por determinada profissão. Se fosse dessa maneira, os sociólogos teriam o material para erguer essa identidade, pois possuem um arsenal teórico e técnicas de pesquisa próprios. Contudo, o autor destaca o elemento simbólico como importante para a construção da identidade coletiva, pois fornece as maneiras de estar e ser no mundo, mesmo o agente circulando em outras esferas sociais. A identidade profissional, portanto, faz-se por meio de uma “expertise” própria e de um conjunto simbólico referente à atividade profissional, em que o estilo de vida é um dos componentes da representação. Mas a ele deve acrescentar-se a atividade de instituição do lugar do grupo na sociedade, coisa que só poderia ser feita se os sociólogos, eles mesmos, pudessem oferecer uma perspectiva unificada, uma visão única e partilhada das suas atividades.

Finalmente, para ilustrar como a profissão é vista pelos sociólogos entrevistados, destaca-se o seguinte depoimento, em que a profissão é tida como mais do que uma maneira de ganhar a vida ou um ideal de atuação como cidadão. A profissão é compreendida, entre todos os sociólogos entrevistados, como uma maneira de estar no mundo, relacionada a um estilo de vida reflexivo e à crítica permanente. O verbo

correto para agregar à idéia de profissão, no caso dos sociólogos, não seria o fazer ou o ter e sim, o ser.

“O sociólogo se faz a partir da sociabilidade na Universidade, com leituras, pesquisas, produção de conhecimento (...) lança um olhar particular sobre eventos que também têm outros discursos (...) realidade social compreendida. Identidade de sociólogo basta, **o sociólogo é como uma segunda natureza**” (Antonio, Academia).

Pode-se observar, novamente, nenhuma referência a alguma atividade profissional, apenas uma crítica discursiva. Nenhuma prática ou conhecimento científico efetivo, substantivo, é elevado a parâmetro para a construção da identidade profissional do sociólogo.

3.4. Resumo da análise.

Inicialmente, este resumo tratará da construção do tipo ideal de profissional a partir das características levantadas pelos próprios entrevistados, sobre a representação de seu trabalho. Na segunda parte, tratar-se-á mais detidamente das entrevistas, com a seguinte divisão da análise: 1) perfil socioeconômico; 2) formação acadêmica; 3) experiência profissional; 4) gostos e estilos de vida; 5) construção da identidade.

A construção do tipo ideal baseou-se nas representações que os entrevistados possuem sobre a atividade profissional que exercem e o estilo de vida que adotam, enquanto modelo de conduta ideal. Esse instrumento metodológico (WEBER: 1992) é importante para se compreender as ações dos indivíduos inseridos em um grupo profissional, ações essas que são reguladas por modelos de conduta aprovados pelo grupo (PARSONS: 1968).

O profissional ideal iniciou sua formação a partir de informações obtidas com amigos e principalmente com professores do Ensino Médio da área de humanas e não foi a primeira opção para ingressar no nível superior. No entanto, a partir do momento em que se está no curso, esse profissional em formação não o abandona, acrescentando ao seu treinamento cursos extracurriculares, sejam eles na própria área de Sociologia, mas também com o investimento no aprendizado de línguas estrangeiras.

O estágio em iniciação científica é requisito obrigatório, fazendo parte também uma dedicação integral aos estudos e a procura por atualização quanto ao campo de pesquisa sociológica. Essa dedicação é prosseguida pela vida profissional, criando um elemento constituinte do “ideal de serviço” (PARSONS: 1968), quase como um sacerdócio em relação ao constante acúmulo de informações sobre a produção científica. Essa dedicação possui o respaldo da família, como financiadora de sua formação ao longo dos anos.

Esse investimento em horas de leitura de novas pesquisas proporciona alcançar um sistema de recompensas econômicas e sociais, principalmente, através do prestígio que o profissional, por seu maior conhecimento do campo, acaba por conseguir (MERTON: 1982). Quanto maior o capital cultural que esse profissional possui, mais elevada é sua posição no interior do grupo e maior é o seu prestígio (BOURDIEU: 2005).

A titulação também está presente nessas representações, sendo que, como já foi mencionado, quanto maior o grau de escolaridade, maior será seu status na profissão. Esse é um dos requisitos para a consecução de melhores salários no mercado de trabalho. Segundo os sociólogos entrevistados, quanto maior a titulação, maior será a recompensa alcançada por seu trabalho, sem contabilizar as horas trabalhadas. A Academia é tida como o lugar de excelência do sociólogo para, de forma mais completa, aplicar seus conhecimentos teóricos na produção de artigos, pesquisas sociológicas e no treinamento dos novos profissionais, recebendo razoavelmente bem por essas tarefas. Portanto, o que se pode notar é que a atividade profissional do sociólogo ideal deveria aliar ensino e pesquisa.

Apesar dessa clareza quanto ao que deveria fazer o sociólogo, a representação simbólica em torno de sua atividade é que parece ser bastante instigante. O sociólogo não é somente o profissional que produz interpretações científicas a respeito da sociedade e das ações de seus membros, mas, antes de tudo, é aquele que transforma a realidade a partir de seu discurso, enquanto agente transformador e portador de uma postura política. O que parece contraditório é aliar a neutralidade e produção científicas ao discurso de participação na transformação da realidade social.

O profissional ideal não está associado a nenhum tipo de organização representativa de sua profissão, atuando de forma individual na construção de sua carreira. Pensando o profissional ideal que está na Academia e que apreende com clareza as regras que regem esse campo em que ele mesmo, como membro, é

dominante, o peso que uma associação poderia fazer não é o mesmo para aqueles que estão atuando em outras áreas da Sociologia.

Por fim, o aspecto simbólico é relacionado a esse profissional, que não possui uma renda muito alta e o lazer é colocado em segundo plano para que a realização profissional seja plena. As preferências literárias são resumidas às obras de autores brasileiros, principalmente as pertencentes a Machado de Assis. A música clássica é a preferida e suas viagens são a trabalho, para congressos e defesas de dissertações e teses. Os filmes europeus são os mais assistidos e os programas culturais são os que preenchem as poucas e raras horas vagas desse profissional.

Quanto à política, o momento atual é de reflexão e um posicionamento mais definido não é desenvolvido. No entanto, a coerência política existe e é característica marcante em sua conduta. A religião, outro ponto dito problemático na definição de um profissional ideal pelos entrevistados, seria uma herança de família e está em constante questionamento, não parecendo ser uma postura importante em sua vida.

Seguindo como referência as características levantadas pelos entrevistados na construção desse modelo ideal, prossegue-se com a análise das entrevistas dos 18 sociólogos que compõem a amostra, sendo que 12 são formados pela UFRJ e 6 pela UERJ, atuando em diversas áreas, enquanto sociólogos.

O perfil dos entrevistados com formação pela UFRJ demonstra uma maioria branca e com equilíbrio entre os gêneros. A faixa etária compreende indivíduos entre 30 e 35 anos, com graduação concluída em meados dos anos 1990. A titulação também é abrangente, sendo que somente entre as mulheres apresentam-se profissionais sem pós-graduação. A escolaridade de seus pais é mais elevada que a de suas mães, com quase todos possuindo o nível médio completo. Esse conjunto da amostra é composto, em quase maioria, por solteiros e sem filhos, atentando-se ao fato de que a faixa etária deles é de jovens. Quanto à renda, a média encontra-se na faixa de R\$ 2000,00 a 3000,00⁸⁶.

Já o perfil encontrado entre os seis entrevistados com formação pela UERJ demonstra equilíbrio entre brancos e não-brancos, com maioria feminina. A faixa etária é mais jovem, de 25 a 30 anos, com maioria de solteiros. São as mulheres que possuem pós-graduação. Quanto à escolaridade dos pais, é mais baixa em relação ao conjunto acima descrito, com a predominância do nível fundamental, muitas vezes incompleto. A

⁸⁶ A moda (valor que mais se repete entre o conjunto de faixas de renda apresentadas) é igual à média, o que, poder-se-ia dizer, demonstra equilíbrio entre os salários dos entrevistados, não havendo um desvio padrão alto.

renda também é inferior, encontrando-se na faixa de R\$ 1500 a R\$ 2000, 00, provavelmente explicado pelo fato da baixa titulação e de suas ocupações, em maioria, serem destinadas ao ensino de Sociologia em nível médio.

Estabelecendo os perfis dos entrevistados, parte-se para a análise de seus discursos a respeito de sua formação acadêmica. O curso de Ciências Sociais não foi primeira opção para a maioria, mas ao ingressarem não mais abandonaram, investindo na conclusão de cursos de pós-graduação. Quanto ao conteúdo do curso, suas disciplinas e corpo docente são bastante elogiados, mas quanto ao treinamento que recebem para fins práticos, fazem-se ressalvas. O aparato teórico vasto é tido como bem ministrado, mas sua posterior aplicação, para além das dimensões do campo acadêmico, não é informada para os alunos. A relação entre teoria e prática que não se encontra no momento da formação pode fazer falta na construção das carreiras, de forma estável, futuramente (LARSON: 1977).

Os cursos de Ciências Sociais, quanto ao corpo teórico apresentado pelas ementas das disciplinas e sua estruturação em horas/aula e contagem de créditos, assemelham-se. Ambos os cursos oferecem bacharelado e licenciatura, com conteúdos teóricos próximos, mas a UERJ tem a particularidade de possuir curso noturno, o que possibilita que os alunos que tenham que trabalhar, façam-no durante o período da manhã e tarde. A monografia é outro elemento somente presente na avaliação final dos que estão a caminho de se formar pela UERJ e a ausência dessa avaliação é uma crítica recorrente entre os formandos pela UFRJ. A monografia pode apresentar-se como um instrumento importante para o controle de saída desses profissionais para o mercado de trabalho (FREIDSON: 1998).

Os estágios aparecem como importantes para a conclusão satisfatória do treinamento em Sociologia. A maioria dos entrevistados foi bolsista de iniciação científica durante a graduação, o que foi apontado como positivo na compreensão melhor das técnicas de pesquisa. A licenciatura também apareceu como opção para o incremento da formação, com o objetivo de se ter uma habilitação a mais no momento da competição por vagas no mercado de trabalho. Mas também não foi seguida por todos, por ser considerada fraca em termos de conteúdo teórico e até mesmo em relação à preparação pedagógica de técnicas de ensino.

A amostra foi construída de forma a conseguir englobar o maior número possível de atividades realizadas por sociólogos e que exigem sua formação em Ciências Sociais. Dessa forma, o quadro é composto por quatro sociólogos que são

professores universitários, dois em instituições públicas e dois em particulares; cinco são professores de Sociologia no Ensino Médio da rede estadual de Educação⁸⁷; três trabalham com consultoria de pesquisa, de forma autônoma; dois são funcionários de empresas privadas, na área de pesquisa; outros dois trabalham em organizações não-governamentais e por fim, um dos sociólogos presta serviço, há pelo menos 10 anos, como assessor político.

A experiência profissional está associada ao estágio que realizaram durante a graduação, o que produziu, além dos conhecimentos e da própria vivência com o trabalho, contatos que ajudaram na consecução de seus cargos de forma efetiva. A média de horas trabalhadas é de 40h, sendo que muitos sociólogos realizam mais do que uma atividade, produzindo ainda mais horas de dedicação ao trabalho. Agrega-se ainda o tempo despendido na leitura e preparação de aulas e atualização com a leitura dos mais recentes artigos referentes aos campos de interesse de cada sociólogo.

A posição acadêmica é vista por todos como a mais elevada dentro do campo profissional, mas também é criticada quanto aos ditames que impõe, visto que são as instituições de ensino superior que formam os futuros profissionais e que deveriam estar atentas a melhor inserção dos mesmos no mercado de trabalho. A mesma crítica aparece na pesquisa de Bonelli (1995) sobre os sociólogos de São Paulo, em que as idéias de “palco” e “audiência” foram construídas a partir da constatação de que o campo acadêmico é o que possui maior status na profissão e o pesquisador universitário é o ator principal do “palco”. Na presente pesquisa, no entanto, todos os sociólogos descrevem-se como participantes do “palco”, do cenário principal da profissão, mesmo que não estejam na Academia.

O caminho escolhido por quase três quartos do conjunto de sete sociólogos com inserção recente no mercado de trabalho é lecionar Sociologia no Ensino Médio e pouco mais de um quarto dedica-se ao trabalho em organizações não-governamentais. O quadro que se apresenta, portanto, é de variedade de possibilidades para a atuação profissional.

O mercado de trabalho, segundo os entrevistados, é restrito e fechado, pois a disputa com outros profissionais, formados em outras áreas, é uma constante entre os sociólogos. A disputa acontece em todas as profissões, seja internamente, entre pares, como entre outros profissionais por espaços no mercado de trabalho, mas cabe a cada

⁸⁷ Acrescenta-se mais um professor de Sociologia, mas da rede federal (Joyce).

profissão traçar estratégias que permitam conseguir definir suas tarefas e possibilidades de realizá-las, no espaço de sua jurisdição (ABBOTT: 1988).

Para inserir o aspecto simbólico na construção dessa identidade analisa-se de que maneira os sociólogos entrevistados estão no mundo, a partir de seus gostos e escolhas que vão além do aspecto do trabalho. O *habitus* configura essas “improvisações reguladas” baseadas em valores legitimados por seu grupo específico, neste caso, o grupo profissional (BOURDIEU: 2005).

Quanto às preferências literárias, 13 entrevistados têm como autor preferido Machado de Assis e a literatura brasileira como a mais lida. Os cinco sociólogos restantes possuem gostos variados, partindo da literatura portuguesa, até chegar a alguns autores russos. Quanto ao gênero musical, a MPB (Música Popular Brasileira) é a mais ouvida por mais de três quartos da amostra (14 sociólogos); o restante, um quarto, considera-se eclético, variando seu gosto musical.

Não havia, na maioria dos entrevistados, uma posição definida sobre política ou sobre qual perspectiva partidária adotar. O momento é de reflexão e o sociólogo possuiria elementos para conseguir empreender da melhor forma essa revisão. Mais da metade dos entrevistados segue uma religião e a pratica constantemente. As viagens a trabalho são as mais realizadas, sendo que os entrevistados aproveitam suas horas de lazer assistindo a filmes ou procurando realizar algum tipo de programação cultural (ida a museus ou exposições).

O estilo de vida associado ao profissional de Sociologia está presente entre os entrevistados, não de forma plena, mas algumas preferências aparecem entre eles, em gostos relacionados às distinções elaboradas pelo grupo. Esses gostos, no entanto, são determinados pela corrente dominante, neste caso os agentes que estão inseridos no campo acadêmico, apoiada na legitimidade fornecida à hierarquização (BOURDIEU: 1994).

Cada sociólogo entrevistado possui uma visão particular a cerca do que seria sua atividade profissional. Alguns enfatizaram a tarefa de questionar o *status quo* e tentar modificá-lo a partir de um discurso baseado em fundamentos científicos. Outros separam nitidamente a função conservadora adotada pelo sociólogo-professor, responsável pelo reforço de regras sociais e a função inovadora do sociólogo-pesquisador, que produz conhecimento. Outros apontam como comum a todos os profissionais que recebem um mínimo de treinamento e posterior reforço, pela experiência profissional, o “olhar”, próprio do sociólogo, que seria o melhor

instrumento para compreensão da realidade social, para a realização de sua atividade, qual seja a interpretação da realidade social a partir de conhecimentos científicos próprios.

Como verificado, são muitas as visões a respeito do fazer profissional, o que parece demonstrar que a socialização não é adequada, posto que não ocorre uma homogeneização de pensamento quanto ao trabalho do sociólogo, sobre como exercer sua profissão por meio de modelos de atuação, dificultando a construção identitária (STARR: 1982).

A identidade profissional, portanto, faz-se por meio de uma “expertise” própria, um corpo de conhecimentos e de um conjunto simbólico referente à atividade profissional, em que o estilo de vida é um dos componentes da representação. Mas a ele deve acrescentar-se a atividade de instituição do lugar do grupo na sociedade, coisa que só poderia ser feita se os sociólogos, eles mesmos, pudessem oferecer uma perspectiva unificada, uma visão única e partilhada de seu fazer profissional (BOLTANSKI: 1987).

Capítulo IV – Conclusão.

Pelo que pôde ser analisado, através das entrevistadas e da bibliografia de referência, o mundo moderno tem como principal referência a aplicação de uma especialização científica para resolver os problemas que surgem na sociedade, próxima às tradições acadêmicas. Desta forma, os membros individuais de uma profissão possuem menos proteção, pois o que é preservado é o valor dado a Ciência e não aos que a produzem, diretamente. A certificação científica das atividades é o que prevalece, perdendo força as associações profissionais que, sempre foram construídas em torno de um serviço reconhecido por todos de forma bastante clara, baseado principalmente na relação com a sociedade e mesmo a proximidade entre cliente e profissional.

Poder-se-ia apontar, primeiramente, um equívoco na construção do modelo de “ideal de serviço”, próximo ao que se denomina de “ética da convicção”, crença de que em nome de um ideal compartilhado por todos do grupo o trabalho realiza-se inequivocamente, e mais do que isso, alcançando um altruísmo que na realidade não existe. A ética da responsabilidade é a que guiaria o trabalho dos sociólogos, a própria motivação que possuem de sua atividade, racionalmente calculada quanto às conseqüências possíveis.

Analisando o grupo profissional dos sociólogos, verifica-se que a autoridade necessária para o reconhecimento social não é encontrada. Apesar de terem como base um conhecimento científico próprio, sistematizado, a sociedade parece não depender de suas competências. Esse ponto é importante para a construção da identidade dos sociólogos, pois problematiza justamente a relação entre profissão e sociedade e a criação da indispensabilidade por sua função.

São os agentes pertencentes ao grupo que, através de um projeto coletivo de profissionalização, elaboram estratégias para determinar, ou melhor, criar sua indispensabilidade diante da sociedade. A necessidade não advém da sociedade como defendia Durkheim, mas é na sociedade que é feita, pelos próprios profissionais cientes do que fazem.

De acordo com os depoimentos, o pouco conhecimento sobre a profissão de sociólogo esteve presente na escolha pelo curso superior, quando as informações foram recolhidas entre amigos e principalmente, por meio de professores, mas sempre de forma geral, sem que houvesse a especificação quanto à atividade exercida. Mesmo após a entrada no curso de Ciências Sociais e ao longo do treinamento, o conhecimento

sobre a profissão continuou geral, inconsistente, no que tange de forma especial ao mercado de trabalho.

A ausência de homogeneização quanto ao fazer profissional dificulta a elaboração de estratégias para o fortalecimento do grupo, que pode ser visto como tal por sua formação teórica única, mas não é baseada por uma atuação no mercado de trabalho revestida por ações coletivas. Pelo contrário, o que ocorre são investimentos individuais que visam ao sucesso individual, não existindo a idéia bem resolvida de “grupo”.

Essa afirmação é reforçada pela pouca atuação da Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro (APSERJ), cuja existência é pouco conhecida entre os entrevistados. Uma participação mais significativa da associação poderia tornar o grupo profissional mais coeso, colaborando na definição das fronteiras profissionais e assegurando vagas no mercado de trabalho.

A profissão pode ser considerada como não sendo bem configurada, produzindo diplomados sem perspectiva definida quanto à inserção no mercado de trabalho, que não seja aquela obtida no campo acadêmico. Isso é comprovado pelos depoimentos dos entrevistados que optaram por outro caminho para a profissionalização, que o fizeram a partir de alguma experiência anterior de estágio ou mesmo por conhecimentos pessoais, com a indicação para cargos feita por amigos ou conhecidos de sua rede social. Esse quadro, poder-se-ia dizer, consiste em uma falta de conhecimentos dos próprios produtores dos novos sociólogos, acadêmicos por excelência, e que não preparam os formados em Sociologia para um mercado mais abrangente, composto por trabalhos em empresas, institutos de pesquisa, entre outras organizações. No máximo o que se apresenta é a opção de trabalho em escolas de nível médio, o que é visto como postos de trabalho de menor status.

O campo acadêmico, “palco” por excelência da profissão, define suas próprias condições e prioridades, possuindo a capacidade de delimitar seus espaços de atuação e conseguindo o reconhecimento social sobre sua função. No entanto, é esse mesmo campo que produz sociólogos que vão atuar em outras instituições que não as de Ensino Superior, que não possuem as mesmas regras ou prioridades, ocorrendo, no mínimo, um descompasso entre formação teórica e prática profissional.

Em longo prazo, uma organização mais ampla da profissão poderia elevar seu status, pois o reconhecimento social seria maior. No entanto, o que se verifica atualmente é um quadro de organização pouco consistente da profissão, cujos ditames

definidores da própria atividade de sociólogo são pouco conhecidos entre os pares. Apresenta-se uma idéia muito geral e pouco relacionada à atividade em si, de pesquisa e análise dos fatos sociais.

Essa compreensão, no mínimo pouco clara, advém de uma formação muito teórica e pouco voltada para a prática. Enquanto que em outros cursos da própria área de humanas há a preocupação em se profissionalizar os indivíduos em formação, nas Ciências Sociais a importância volta-se para o ensinamento de conteúdos teóricos sem a conseqüente relação com a prática, que não a atividade acadêmica.

Todavia, o quadro apresentado é de saturação de vagas no Ensino Superior, com o complementar preenchimento dos quadros docentes e a procura por novos espaços de atuação no mercado de trabalho torna-se uma luta, a ser empreendida em termos individuais, sem que ocorra uma associação coletiva para assegurar as fronteiras profissionais.

O estilo de vida comum ao grupo aparece, em seus traços mais gerais, entre os sociólogos entrevistados, mas ao mesmo tempo sua existência é problemática, posto que uma questão apresenta-se pouco clara, qual seja até que ponto a participação de indivíduos em um estilo de vida, nesse caso, em um mundo profissional específico, implica em uma adesão que seja significativa para a demarcação de fronteiras e elaboração de identidades sociais. Há de fato, a delimitação de práticas próprias, diferenciadoras em relação a profissões próximas? Diante do quadro apresentado pelos depoimentos, há a adoção de um estilo de vida próprio, mas não existe uma conformidade com estratégias para a definição de sua atividade e posterior consecução de reconhecimento social.

Conforme alguns autores estudados apontam, a profissão de sociólogo possui os alicerces para fortalecer seu reconhecimento social: saber científico próprio, regulação legal com o aval do Estado, instituições credenciadas para o treinamento dos futuros profissionais. Contudo, não há uma evidente participação coletiva desses agentes; somente a partir de uma ação efetiva é que a autoridade pode ser construída e o prestígio social realmente assegurado.

Anexo I

Projeto de Lei que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e outras previdências.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I Dos Órgãos de Fiscalização Profissional

Art. 1º. Ficam criados o Conselho Federal de Sociólogos (CFS) e os Conselhos Regionais de Sociólogos (CRSs), dotados de personalidade jurídica e forma federativa, com autonomia administrativa e financeira, constituindo em seu conjunto um serviço público sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com órgãos da administração pública, destinado a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Sociólogo e zelar pela fiel observância dos princípios da ética e disciplina da categoria.

Art. 2º. Os membros dos Conselhos são eleitos por maioria de votos, em escrutínio direto e secreto, em eleições realizadas em todo o território nacional, para o CFS e nas respectivas unidades da Federação, para os CRSs.

§ 1º. O Estatuto e Regimentos Internos dos Conselhos Federal e Regionais estabelecerão o número de Conselheiros e dos membros das respectivas diretorias, suas competências, duração dos mandatos e regras e procedimentos eleitorais.

§ 2º. Para concorrer ao cargo de conselheiro o candidato deve ter habilitação profissional na forma da legislação vigente e estar em pleno gozo dos direitos profissionais e civis.

§ 3º. O exercício do mandato de conselheiro federal e regional é gratuito e meramente honorífico, podendo haver ajuda de custo para a participação em reuniões e viagens a serviço do órgão fiscalizador.

Seção I Do Conselho Federal

Art. 3º. O Conselho Federal de Sociólogos é o órgão supremo dos Conselhos Regionais, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 4º. Compete ao Conselho Federal de Sociólogos:

- I - elaborar seu Estatuto e Regimento Interno e homologar os Regimentos Internos dos Conselhos Regionais;
- II - orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Sociólogo;
- III - expedir as resoluções que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento desta Lei e da legislação que trata das atribuições e competências dos profissionais de Sociologia;
- IV - elaborar e aprovar o Código de Ética Profissional do Sociólogo;
- V - funcionar como tribunal superior de ética profissional;
- VI - julgar, em última instância, os recursos às deliberações tomadas pelos Conselhos Regionais de Sociólogos;
- VIII - fixar os valores das anuidades e demais contribuições, de multas, taxas e emolumentos a serem pagos pelos Sociólogos, empresas e entidades em todo o país;

- IX - propor aos Poderes Executivo ou Legislativo as alterações na legislação e normatização do exercício profissional;
- X - fixar as composições dos Conselhos Regionais;
- XI - promover a intervenção nos Conselhos Regionais na hipótese de sua insolvência ou de transgressões disciplinares sérias;
- XII - dirimir dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- XIII - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por lei e por seu Estatuto.

Seção II

Dos Conselhos Regionais

Art. 5º. Os Conselhos Regionais de Sociólogos, com sedes nas capitais de cada unidade da Federação, são órgãos destinados a orientar, disciplinar, fiscalizar e zelar pela fiel observância dos princípios da ética e do exercício da profissão de Sociólogo em sua jurisdição.

Art. 6º. Compete aos Conselhos Regionais de Sociólogos:

- I - aprovar o seu Regimento Interno, submetendo-o à homologação do CFS;
- II - orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional em sua área de competência;
- III - expedir a Carteira de Identidade Profissional do Sociólogo;
- IV - arrecadar anuidades, emolumentos, taxas e multas e adotar todas as medidas necessárias à efetivação de sua receita e do CFS;
- V - zelar pela observância do Código de Ética Profissional;
- VI - funcionar como tribunal regional de ética profissional, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos;
- VII - julgar e decidir, em grau de recurso de primeira instância, os processos relativos às infrações à presente Lei e ao Código de Ética Profissional, interpostos diretamente pelos profissionais inscritos e em acordo com as normas complementares fixadas pelo CFS;
- VIII - sugerir ao CFS as medidas necessárias à orientação e fiscalização do exercício profissional;
- IX - autogerir-se financeira e administrativamente;
- X - manter o registro atualizado de todos os profissionais, entidades e empresas inscritos em sua jurisdição, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Federal.

Capítulo II

Da Renda dos Conselhos

Art. 7º. Constitui renda dos Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos:

- I - parte da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;
 - II - doações, legados, subvenções, rendas patrimoniais e rendas advindas do estabelecimento de intercâmbios, convênios e outros instrumentos, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, das áreas científicas, acadêmicas e de prestação de serviços dos campos de abrangência da presente Lei.
- Parágrafo único - As quotas partes das rendas destinadas ao CFS e aos CRSs e os respectivos prazos de repasse são estabelecidos no Estatuto.

Art. 8º. As rendas do CFS e dos CRSs, só podem ser aplicadas na organização e funcionamento de serviços úteis à fiscalização do exercício profissional e em atividades de caráter educacional e de formação profissional, quando solicitadas por entidades associativas ou sindicais da sua área de abrangência.

Capítulo III

Do Exercício Profissional e das Inscrições nos Conselhos

Art. 9º. O exercício da profissão de Sociólogo depende de prévio registro no Conselho Regional respectivo, que é feito a requerimento do interessado, mediante a apresentação de cópia autenticada de documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nas alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do artigo 1º da Lei n.º 6.888, de 10 de dezembro de 1980, cumpridas as formalidades estatutárias e regimentais.

§ 1º. O registro de empresas ou entidades de prestação de serviços para a realização das atividades previstas no artigo 2º da Lei n.º 6.888, é efetuado de conformidade com as normas fixadas pelo CFS, observadas as demais exigências da citada Lei.

§ 2º. Caso algum pedido de inscrição seja indeferido pelo Conselho Regional, o interessado será informado dos motivos do indeferimento e poderá recorrer da decisão ao Conselho Federal, nos prazos regimentais.

§ 3º. Para revalidar as inscrições junto aos CRSs, os profissionais, entidades ou empresas já registrados nos órgãos regionais do Ministério do Trabalho, nos termos da legislação anterior, devem apresentar, juntamente com o requerimento, cópias autenticadas das Carteiras de Trabalho anotadas ou de outros documentos comprobatórios dos registros anteriores.

§ 4º. Os órgão regionais do Ministério do Trabalho devem repassar aos CRSs todas as anotações e registros de profissionais, empresas ou entidades efetuados de acordo com a legislação anterior.

Art. 10. A Carteira de Identidade Profissional, expedida pelo respectivo CRS após aceita a inscrição, serve como prova para o exercício da profissão e como carteira de identidade, tendo fé pública em todo o território nacional.

Art. 11. Os profissionais, empresas e entidades inscritos nos CRSs nos termos desta Lei ficam obrigados ao pagamento das anuidades e taxas estabelecidas pelo Conselho Federal, conforme o disposto no Estatuto.

Capítulo IV

Das Infrações e Penalidades

Art. 12. Constituem infrações disciplinares:

I - transgredir preceito do Código de Ética Profissional;

II - exercer a profissão quando impedido de fazê-lo, ou facilitar, por qualquer meio, o seu exercício aos não inscritos;

III - violar o sigilo profissional;

IV - praticar, no exercício profissional, ato que a Lei defina como crime ou contravenção;

V - não cumprir, nos prazos definidos, determinação emanada de órgãos ou autoridades dos Conselhos Regionais, em matéria de competência destes, após regularmente notificado;

VI - deixar de pagar regularmente, aos Conselhos Regionais, as contribuições obrigatórias;

VII - faltar a qualquer dever profissional previsto na presente Lei;

Parágrafo único - As faltas são apuradas levando-se em conta a natureza do ato e as circunstâncias de cada caso.

Art. 13. As penas disciplinares consistem em:

I - advertência;

II - repreensão;

III - multa;

IV - advertência pública;

V - suspensão do exercício profissional pelo prazo de até 3 (três) anos, ressalvadas as hipóteses previstas no § 6º deste artigo;

VI - cancelamento do Registro Profissional.

§ 1º. Salvo os casos de gravidade manifesta ou reincidência, a imposição das penalidades obedece à gradação deste artigo, observadas as normas estatutárias;

§ 2º. Na fixação das penas, são levados em conta os antecedentes profissionais do infrator, o seu grau de culpa, as circunstâncias atenuantes e agravantes e as conseqüências da infração.

§ 3º. As penas de advertência, repreensão e multa são comunicadas pela instância própria, em ofício reservado, não se fazendo constar no prontuário profissional, salvo em casos de reincidência;

§ 4º. As penas de suspensão e cancelamento do Registro devem ser publicadas, podendo, por decisão absoluta dos membros do Conselho Regional, ser dada publicidade das demais penas previstas;

§ 5º. Da imposição de qualquer penalidade, cabe recurso com efeito suspensivo, à instância superior, nos prazos regimentais.

§ 6º. A suspensão por falta de pagamento de anuidade, taxas ou multas, só cessa com o pagamento da dívida, podendo ser cancelado o registro profissional se, depois de decorridos 5 (cinco) anos, o débito não for resgatado.

§ 7º. É lícito ao profissional punido requerer à instância superior a revisão do processo, nos prazos regimentais.

Capítulo V

Da Assembléia de Delegados Regionais

Art. 14. Constituem a Assembléia de Delegados Regionais, com atribuições previstas nesta Lei e no Estatuto, os representantes dos CRSs devidamente instalados em todas as unidades da Federação.

Art. 15. A Assembléia dos Delegados Regionais reúne-se ordinária ou extraordinariamente, nos prazos e casos previstos no Estatuto, para, entre outras atribuições:

I - destituir membros do CFS que atentem contra o prestígio, o decoro e o bom nome da profissão de Sociólogo;

II - aprovar os planos e metas de trabalho da direção do CFS para um determinado período;

III - aprovar a proposta orçamentária, julgar e aprovar as contas da diretoria e do CFS.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 16. Os sindicatos e entidades representativas de Sociólogos indicarão representantes para a reunião que escolherá, por comum acordo, os nomes dos membros da diretoria provisória do CFS, que terá por finalidade proceder, no prazo de 12 (doze)

meses, às eleições do primeiro Conselho e da primeira diretoria, estabelecendo as normas provisórias para esse pleito, bem como a constituição de personalidade jurídica própria da instituição.

Parágrafo único - Para participar do processo de indicação dos membros da diretoria provisória de que trata este artigo, os sindicatos e associações deverão comunicar sua intenção à Federação Nacional dos Sociólogos, dentro de 60 (sessenta) dias a partir da promulgação da presente Lei.

Art. 17. Enquanto não for estabelecido o Código de Ética Profissional, prevalecerá, com caráter indicativo, o Código de Ética aprovado pela Plenária de Encerramento do X Congresso Nacional dos Sociólogos, ocorrido na cidade de Porto Alegre, no dia 13 de setembro de 1996.

Art. 18. A exigência da Carteira de Identidade Profissional de que trata a presente Lei passará a ser obrigatória após 12 (doze) meses da data de instalação dos respectivos Conselhos Regionais.

Art. 19. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Anexo II**Código de ética do Sociólogo****TÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1 - O Sociólogo na sua atuação profissional está obrigado à observância do presente Código, bem como a fazê-lo cumprir.

Art. 2 - Compete aos Sociólogos, Sindicatos, Associações Profissionais e à Federação Nacional zelar pelo seu cumprimento e sua divulgação.

TÍTULO II.**DOS PRINCÍPIOS ÉTICOS E FUNDAMENTAIS**

Art. 3 - O compromisso fundamental do Sociólogo é o de interpretar a realidade dos fatos e das relações sociais através da aplicação de métodos científicos e técnicas sociológicas, buscando contribuir, a partir desses estudos, sua aplicação e divulgação para melhorar a qualidade de vida socio-ambiental da humanidade.

Art. 4 - O compromisso com a produção de informações com base científica a respeito da realidade social e sua divulgação pública precisa e correta é um direito inerente à condição atual de vida em sociedade, é um direito do cidadão que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse, é uma obrigação social que o Sociólogo deve assumir e defender.

Art. 5 - O Sociólogo tem o compromisso de lutar pelo exercício da soberania popular e auto-determinação dos povos em seus aspectos políticos econômicos e sociais.

Art. 6 - O Sociólogo tem o compromisso de opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

TÍTULO III**DOS DIREITOS E DEVERES DO SOCIÓLOGO****CAPÍTULO I - DOS DIREITOS**

Art. 7 - São direitos dos Sociólogos

- a) Garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas estabelecidas na Lei de Reconhecimento da Profissão e neste Código;
- b) Livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- c) Participar das entidades representativas e sindicais da categoria;

d) Propiciar ou realizar a investigação da realidade social a partir de critérios científicos e metodologia adequada que garantam a credibilidade e defesa pública quanto ao resultado do trabalho:

e) Propiciar a divulgação de informações resultantes de seus trabalhos e estudos que sejam de interesse público e possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida;

f) Garantir que a divulgação pública dos resultados de pesquisas e de outros trabalhos se dê de forma precisa sem omissão ou alteração de dados que prejudiquem os resultados bem como respeitar normas de citação de fontes, autores e colaboradores:

g) Garantir a devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos:

h) Recusar empregos, tarefas ou atribuições que comprometam a dignidade do exercício da profissão bem como recusar substituir colegas exonerados ou demitidos por defender os princípios e normas deste Código:

i) Receber remuneração por seu trabalho profissional garantindo o piso salarial da categoria, os valores delimitados nos contratos coletivos de trabalho e dissídios coletivos, a equivalência com outros profissionais de nível superior nos planos de cargos e salários dos órgãos públicos ou, no caso de atividade autônoma, os valores mínimos definidos por entidades representativas da categoria:

j) Denunciar aos órgãos competentes sempre que leigos estiverem no exercício ilegal da profissão ou lidem com resultados de pesquisa ou investigações sociológicas sem os critérios devidos:

l) Receber desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional:

m) Apoiar as iniciativas e os movimentos de defesa dos interesses da categoria:

n) Denunciar a agressão e abuso de autoridades às organizações da categoria aos órgãos competentes.

o) Ter acesso às oportunidades de aprimoramento profissional.

CAPÍTULO II

DOS DEVERES

Art. 8 - São deveres do Sociólogo:

a) Desempenhar suas atividades profissionais observando a legislação em vigor:

b) Conhecer, cumprir, divulgar e fazer cumprir este Código:

c) Valorizar e dignificar a profissão bem como defender seu livre exercício:

d) Prestigiar as entidades representativas da categoria na defesa de seus direitos: as entidades científicas no aprimoramento das Ciências Sociais e as entidades democráticas na defesa da liberdade de expressão e da justiça social:

e) Combater e denunciar formas de corrupção e manipulação de informações, em especial quando comprometam o direito público da veracidade dos fatos, as ações políticas dos cidadãos e a justiça, e o favorecimento pessoal ou de grupos;

f) Combater a prática da perseguição ou discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais ou juízo subjetivo, bem como defender o respeito ao direito à privacidade do cidadão;

g) Recusar e denunciar o desenvolvimento de pesquisas ou divulgação de seus resultados, quando houver manipulação nos critérios da metodologia científica e das normas internacionais, quando visar interesse ou favorecimento pessoal ou de grupos, com vantagens políticas ou econômicas, ou quando forem contrários aos valores humanos.

h) Ao atuar junto às instituições, responsabilizar-se por suas ações no sentido de contribuir para o desenvolvimento de seus objetivos, de acordo com os princípios e normas deste Código;

i) Responder pelas informações resultantes de estudos e pesquisas bem como pelas intervenções, assessorias e orientações desenvolvidas, desde que o trabalho em questão não tenha sido alterado por terceiros;

j) Não ser conivente com erros, faltas éticas ou morais, crimes ou contravenção de serviços profissionais;

l) Na realização de estudos e pesquisas, respeitar a dignidade de pessoas e grupos envolvidos nos trabalhos aos quais devem ser informados sobre os riscos e resultados previsíveis da sua informação e participação;

m) Procurar viabilizar a devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos;

n) Denunciar às autoridades e órgãos competentes as coações e agressões físicas e morais sofridas no exercício da profissão;

o) Aprimorar de forma contínua os seus conhecimentos, colocando-os a serviço do fortalecimento da organização e consciência da sociedade.

p) Pagar regularmente suas obrigações com as entidades profissional às quais for associado.

CAPÍTULO III

DO SIGILO PROFISSIONAL

Art. 9 - O Sociólogo deve observar o sigilo profissional sobre todas as informações confiadas e/ou colhidas no exercício profissional.

Parágrafo 1 - A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situação cuja gravidade possa trazer prejuízo aos direitos humanos.

Parágrafo 2 - A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devem tomar conhecimento.

Art. 10 - É vedado ao Sociólogo revelar sigilo profissional.

Parágrafo único - Intimado a prestar depoimento, deverá o Sociólogo comparecer perante a autoridade competente para declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, nos termos do Código Civil e deste Código.

TÍTULO IV

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS

CAPÍTULO I

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS COM AS INSTITUIÇÕES

Art. 11 - São direitos dos Sociólogos:

a) Ter condições adequadas de trabalho, respeito a autonomia profissional e dos princípios éticos estabelecidos neste Código;

b) Denunciar falhas nos regulamentos, normas e programas de instituições em que trabalha quando os mesmos ferirem os princípios e direitos contidos neste Código;

c) Recorrer às entidades representativas da categoria, ao nível estadual e nacional, contra decisões ou omissões da instituição diante de denúncias referidas no inciso anterior.

Art. 12 - É vedado ao Sociólogo:

a) Adotar determinação que fira os princípios e diretrizes contidas neste Código, ao prestar serviço incompatível com as diretrizes da regulamentação profissional;

b) Emprestar seu nome a firmas, organizações ou empresas que utilizem métodos e técnicas das ciências sociais sem seu efetivo exercício profissional;

CAPÍTULO II

DAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS ENTRE SOCIÓLOGOS

Art. 13 - Cabe aos Sociólogos manter entre si a solidariedade que consolida e fortalece a organização da categoria

Art. 14 - O Sociólogo, quando solicitado, deverá colaborar com seus colegas, salvo impossibilidade real, decorrente de motivos relevantes.

Art. 15 - A crítica pública ao trabalho profissional de outro Sociólogo deverá ser sempre comprovável, de inteira responsabilidade de seu autor e fundamentada nos preceitos deste Código.

Art. 16 - É vedado ao Sociólogo:

- a) Ser conivente com falhas éticas e com erros praticados por outro profissional;
- b) Prejudicar deliberadamente a reputação de outro profissional divulgando informações falsas;
- c) Prevaler-se de posição hierárquica para publicar em seu nome trabalho de subordinado, mesmo que executado sob sua orientação, sem citar as fontes e os colaboradores;
- d) Deturpar dados quantitativos e qualitativos;
- e) Apropriar-se da produção científica de outro profissional.

Art. 17 - Ao Sociólogo deve ser assegurada a mais ampla liberdade na realização de seus estudos e pesquisas.

CAPÍTULO III

DAS RELAÇÕES COM AS ENTIDADES DA

CATEGORIA E DEMAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Art. 18 - O Sociólogo deve defender a profissão através de suas entidades representativas, participando das organizações que tenham por finalidade a defesa dos direitos profissionais no que se refere a melhoria das condições de trabalho, à fiscalização do exercício profissional e ao aprimoramento científico.

Art. 19 - O Sociólogo deverá apoiar as iniciativas e os movimentos de defesa dos interesses da categoria e divulgar no seu espaço institucional as informações das suas organizações, no sentido de ampliar e fortalecer o seu movimento.

Art. 20 - É vedado ao Sociólogo valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.

Art. 21 - O Sociólogo, ao ocupar uma chefia, não deve usar a sua autoridade funcional para obstaculizar a liberação total ou parcial da carga horária do profissional que a solicite, com base legal, às instâncias superiores.

TÍTULO V

DA APLICAÇÃO E CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE ÉTICA

Art. 22 - A Federação Nacional dos Sociólogos, os Sindicatos e Associações Profissionais manterão Comissão de Ética para assessorá-la na aplicação e observância deste Código.

Art. 23 - A Comissão de Ética será eleita por voto secreto, de forma separada da Diretoria da entidade, tendo mandato de igual duração.

Art. 24 - Fica a critério das entidades definir sua composição de acordo com seus Estatutos aprovados em Assembléia Geral da categoria.

Art. 25 - O descumprimento do presente Código de Ética fica sujeito a penalidades desde a advertência à eliminação dos quadros da entidade, na forma dos dispositivos legais e/ou regimentais.

Art. 26 - Constituem infrações disciplinares:

- a) Transgredir preceito do Código de Ética;
- b) Exercer a profissão quando impedido, ou facilitar o seu exercício por quem não esteja devidamente habilitado;
- c) Aos que violarem sigilo profissional;
- d) Aos que tenham conduta incompatível com o exercício profissional;

Art. 27 - São medidas disciplinares aplicáveis;

- a) Advertência em aviso reservado;
- b) Advertência pública;
- c) Eliminação dos quadros da entidade.

Art. 28 - A pena de advertência, reservada ou pública, será aplicada nos casos previstos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do Art. 27.

Art. 29 - A pena de eliminação dos quadros da entidade será aplicada:

- a) Nos casos em que couber a pena de advertência e o infrator for reincidente;
- b) Aos que fizerem falsa prova dos requisitos exigidos para registro profissional;

Art. 30 - Serão considerados na aplicação das penas os antecedentes profissionais do infrator e as circunstâncias em que ocorreu a infração.

Art. 31 - Qualquer Sociólogo, cidadão ou instituição poderá dirigir representação escrita e identificada aos Sindicatos, Associações Profissionais ou à Federação Nacional para que seja apurada a existência de transgressão cometida por Sociólogo.

Art. 32 - Cabe à Comissão de Ética, criada pela entidade referida no artigo anterior, analisar as infrações a este Código que cheguem ao seu conhecimento.

Parágrafo 1 - Decidindo a Comissão pela apuração dos fatos, será notificado o indiciado, garantindo-lhe acesso aos documentos e fatos componentes da acusação e a apresentação de defesa em vinte dias úteis.

Parágrafo 2 - Após o encerramento da apuração dos fatos e apresentada a defesa, a Comissão decidirá dentro de 10 dias, dando conhecimento da decisão ao Sociólogo.

Parágrafo 3 - A decisão entrará em vigor após a certificação do seu recebimento pelo profissional objeto da apuração.

Art. 33 - A não observância pelo Sociólogo à convocação ou prazos definidos no artigo precedente, implica na aceitação dos termos da representação.

Art. 34 - A partir da data da notificação da decisão da Comissão de Ética, o Sociólogo poderá recorrer a Assembléia Geral da categoria convocada para este fim, desde que sejam respeitados os Estatutos dos Sindicatos, Associações Profissionais e da Federação para a referida convocação.

Art. 35 - Compete à Federação Nacional dos Sociólogos estabelecer procedimentos quanto aos casos omissos neste Código.

Art. 36 - O presente Código somente poderá ser alterado em Congresso Nacional da categoria, cuja proposta de modificação deverá ser encaminhada às entidades para discussão com o prazo mínimo de 90 dias.

Art. 37 - Este Código entra em vigor na data da sua votação e aprovação no X Congresso Nacional de Sociólogos do Brasil.

São Paulo, 9 de março de 1997

Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho
Presidente da Federação Nacional dos Sociólogos - FNS - Brasil
Presidente dos Trabalhos da 8ª Reunião Plenária do CD da FNS
Alcione Prá
Diretor da Federação Nacional dos Sociólogos - FNS - Brasil
Regional Sudeste e Secretário dos Trabalhos da 8ª Reunião
Plenária Nacional do Conselho Deliberativo da FNS

Anexo III

Tabela A1. Relação candidato/vaga no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. (120 vagas).

| Curso/Ano | 2002 | 2003 | 20004 | 2005 |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ciências Sociais | 5,70 | 5,86 | 6,23 | 5,29 |

Fonte: vestibular UFRJ.

Tabela A2. Relação candidato/vaga no curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ. (100 vagas).

| Curso/Ano | 2000 | 2001 ⁸⁸ | 2006 |
|------------------|-------------|--------------------|-------------|
| Ciências Sociais | 9,23 | 14,33 | 7,51 |

Fonte: vestibular UERJ.

⁸⁸ Em 2001 foi a primeira vez em que o Vestibular da UERJ foi dividido em duas etapas, com uma segunda chance para ser repetir a primeira fase do processo seletivo, composta por questões de múltipla escolha. Essa possibilidade ser uma justificativa para uma maior procura por cursos nessa instituição.

Anexo IV**Roteiro das Entrevistas**

1) Dados socioeconômicos: sexo, idade, cor, estado civil (com ou sem filhos), escolaridade dos pais e renda própria (sem contabilizar a renda familiar).

2) Formação acadêmica:

A) Motivação para escolha do curso;

B) 1ª opção de vestibular;

C) Instituição em que cursou a graduação e a pós-graduação, quando a tiver;

D) Ano de ingresso/conclusão do curso de graduação (e pós-graduação, quando a tiver);

E) Curso superior (outra área);

F) Comentários quanto à formação (corpo docente, infra-estrutura da faculdade, conteúdo programático, etc.);

G) Bolsa de iniciação científica e estágios;

H) Licenciatura.

3) Profissão e Trajetória:

A) Área de atuação profissional (qual trabalho realiza e em que tipo de organização está empregado);

B) Tempo médio em que trabalha, por semana;

C) Faixa de tempo em que está atuando no mercado de trabalho, como sociólogo;

D) Trabalhos anteriores, mesmo que seja fora da área de Sociologia;

E) Comentários sobre o mercado de trabalho atual do sociólogo.

F) Participação e conhecimento sobre associações profissionais e sindicatos da área.

4) Gostos e Estilo de vida:

- A) Consumo e renda (manutenção da casa, lazer, teatro, cinema);
- B) Preferências literárias e musicais;
- C) Viagens (lazer e trabalho);
- D) Política;
- E) Religião;
- F) Tempo médio de estudos, por semana.

5) Definição da atividade profissional do sociólogo.

Referências Bibliográficas

ABBOT, A. **The Sistem of Professions: an essay on the division of expert labour.** The University ok Chicago Press, 1988.

ALMEIDA, M. H. T. de. **Castelos na areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: BIB nº24, 1987.

ALVES, A. M. **Alguns temas e problemas da Sociologia no Brasil – uma análise de conteúdo da revista Sociologia (1939-1941).** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1993.

BALBACHEVSKY, E. *A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida* In Brock C; Schwartzman, S. (org). **Os desafios da educação no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BARBOSA, M. L. de O. **A Sociologia das Profissões: em torno da legitimidade de um objeto.** Rio de Janeiro: BIB nº36, ANPOCS/Relume Dumará, 1993.

BASTOS, A. P. B. L. **Herdeiros ou sobreviventes: mobilidade social no ensino superior no Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGSA/UFRJ, 2004.

BOLTANSKI, L. **The making of a class – cadres in French Society.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BONELLI, M. da G. **As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro.** Rio de Janeiro: BIB, nº 36, 2º sem., 1993.

_____. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp/IFCH, 1993.

_____. **O mercado de trabalho dos cientistas sociais.** RBCS nº25, junho de 1994.

_____. *O mundo das Ciências Sociais*. In Micelli, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. II. São Paulo: Sumaré: Fapesp, 1995.

BONELLI, M. G.; DONATONI, S. **Os estudos sobre profissões nas Ciências Sociais brasileiras**. BIB, Anpocs, 41, 1996.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva: 1974.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Sociologia**. Renato Ortiz (org). Coleção Grandes Cientistas Sociais. (39). São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Razões Práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

CASTRO, M. H. de M. *Estado e mercado na regulação da educação superior* In Brock C; Schwartzman, S. (org). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

CHAPOULIE, J. M. **Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels**. R. franç. Sociol. XIV, 1973.

CHENU, A. **La non-professionalization de la Sociologue française**. Montreal: 14^o Congresso Mundial de Sociologia, 1998.

COELHO, E. C. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

COHN, G. (org). **Weber**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.

CUNHA MARINHO, M. J. da. **A profissionalização da Sociologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Dados, v. 30, n^o 2, 1987.

DINIZ, M. **Os Donos do Saber: Profissões e Monopólio Profissionais**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995.

DURKHEIM, E. **A Divisão do Trabalho Social**. Lisboa: Presença, 1977.

_____. **A Divisão do Trabalho Social**. Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

_____. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREIDSON, E. **Professional Powers**. University of Chicago Press, 1986.

_____. **Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais**. RBCS, n.31, 1996.

_____. **Renascimento do Profissionalismo – teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998.

GIDDENS, A. **Capitalismo e Moderna Teoria Social**. Lisboa: Editorial Presença, 1976.

GOODE, W. J. **Community within a community: the professions**. American Sociological Review, 22, 1957.

_____. **The profession: reports and opinion**. American Sociological Review. Vol.25, n.6, 1960.

LARSON, M.S. **The rise of professionalism**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.

MARTINS, C; VILLAS BÔAS, G; BARBOSA, M.L; MAGGIE, Y. **Mestres e Doutores em Sociologia**. BIB, São Paulo, nº. 53, 2002.

MERTON, R. K. **Social Research and the practicing professions**. Cambridge, Massachusetts: Abt Books, 1982.

MICELLI, S. **Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil**. In RBCS, Anpocs, 2, out. 1987.

_____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. I. São Paulo: Vértice, 1989.

MIGLIEVICH RIBEIRO, A. M. **Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos: entrelaçamento de círculos e formação das Ciências Sociais na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2000.

_____. **O Sociólogo nos anos 90: uma profissão em redefinição?** Salvador: XI Congresso Nacional de Sociólogos, 1999.

PARSONS, T. **Professions**. International Encyclopedia of Social Science, 12, 1968.

_____. **The Social System**. New York: The Free Press, 1951.

SCHWARTZMAN, J. **Dificuldades e Possibilidades de se construir um ranking para as Universidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Revista Ensaio, v. 3, n. 6, jan./março de 1995.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

_____. **Universidade, Ciência e desenvolvimento**. Dados, nº 19, 1978.

STARR, P. *Orígenes Sociales de la Soberanía Profesional* In **La Transformación social de la Medicina em los Estados Unidos de América**. México: Biblioteca de la Salud, 1982.

TAWNEY, R. H. **The Acquisitive Society**. New York: Harvest Books, 1946.

TURNER, B. **Status**. Lisboa: Estampa, 1989.

VELHO, G. *Projeto e Metamorfose* In **Antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VELLOSO, J. **A Pós-Graduação no Brasil: formação e trabalho de Mestres e Doutores no país**. Vol. 2. Brasília: Capes, 2002.

_____. **Mestres e Doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação**. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set/dez. 2004.

VILLAS BÔAS, G. **A vocação das Ciências Sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1995.

_____. *Tempos de Formação: currículo e evasão na UFRJ – 1939/1988*. In Pessanha, E; Villas Bôas, G (orgs). **Ciências Sociais – Ensino e Pesquisa na Graduação**. Rio de Janeiro: Jornada Cultural, 1995.

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Distrito Federal: UNB, 2004a.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar: 1973.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004b.

_____. **Ciência e Política – duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)